



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MÁRCIA REGINA PAIVA

**COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO E DO
CONHECIMENTO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE MARINGÁ:
CONTRIBUIÇÕES DE UM REPOSITÓRIO TEMÁTICO
INSTITUCIONAL EM MODA E *DESIGN***

MÁRCIA REGINA PAIVA

**COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO E DO
CONHECIMENTO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE MARINGÁ:
CONTRIBUIÇÕES DE UM REPOSITÓRIO TEMÁTICO
INSTITUCIONAL EM MODA E *DESIGN***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação - Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora:
Prof^a Dr^a Maria Júlia Giannasi-Kaimen.

Londrina
2011

Dados internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Paiva, Márcia Regina
P635c Compartilhamento da informação e do conhecimento na Universidade Estadual de Maringá: contribuições de um repositório temático institucional em Moda e *Design* / Márcia Regina Paiva. – Londrina: UEL, 2011.
173 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Gestão da Informação, 2011.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Júlia Giannasi Kaimen.

1. Compartilhamento da informação e do conhecimento . 2. Repositórios temáticos institucionais. 3. Comunicação científica. 4. Acesso livre. 5. Moda e *Design*. I. Universidade Estadual de Londrina. II. Título.

CDD 21.ed. 025.4
NBR/CIP – 12899 AACR

MÁRCIA REGINA PAIVA

**COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ:
CONTRIBUIÇÕES DE UM REPOSITÓRIO TEMÁTICO INSTITUCIONAL
EM MODA E *DESIGN***

Dissertação aprovada para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação - Mestrado Profissional, Universidade Estadual de Londrina – UEL.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Álvaro José Periotto
UEM – Maringá – PR

Profª Drª Maria Elisabete Catarino
UEL – Londrina – PR

Profª Drª Maria Júlia Giannasi Kaimen
UEL – Londrina – PR

Profª Drª Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier
UEL – Londrina – PR

Profª Drª Terezinha Elisabeth da Silva
UEL – Londrina – PR

Aprovada em.....dede 2011.

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir mais esta conquista e pela certeza de que nunca estamos sós em nossa caminhada.

Aos meus pais, José e Ana; aos meus irmãos, Joseani, Selma e Altino, aos meus cunhados, Elias e Marcos; aos meus queridos sobrinhos, Anelize, Marcelo, Henrique, Silviane, Maria Júlia e Laura. Obrigada pela torcida, incentivo, apoio e pelas orações, por estarem sempre presentes nos momentos de alegria e de dificuldade, meu ponto de equilíbrio, meu refúgio e meu porto seguro. Mesmo estando ausente em alguns momentos nesse período de estudo. Amo vocês!

À família de Londrina: Tia Amélia, Júnior, Eliane, Louise, Pedro, Tia Alice, Eleno, Lourdes, Gisele, Nathanael, Nathália e João Arlindo pela torcida, apoio, pelas orações e por estarem sempre presentes nos momentos de alegria e de dificuldade.

Aos meus tios e tias, aos meus primos e primas mais distantes fisicamente, mas presente no coração, muito obrigada pela torcida, pelo carinho e pelas orações.

Às minhas queridas amigas e colegas de profissão, Ligia Torino e Emanuelle Torino, por me encorajar a ir a diante nos estudos, na vida profissional e na vida pessoal, são amigas que escolhi como irmãs de coração.

As minhas amigas mais distantes Cynthia Utida Ferreira e Alessandra Karyne Clemente pela torcida, pelo apoio e pelo carinho.

Aos amigos Ronaldo Salvador Vasques e Fabrício de Souza Fortunato pela torcida, incentivo e apoio, pessoas especiais para mim.

Aos meus queridos companheiros de lanche nas madrugadas de estudo, Dalena Pace, Alessandra Sumiko Tanabe e Jefferson Trevisan pelo apoio e ânimo.

Ao professor Antonio Marcos Flauzino dos Santos, diretor em exercício do câmpus em 2009 pela permissão em participar do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – Mestrado Profissional em parceria com a UEL.

Aos meus colegas de trabalho, Geny e Dircesa, e mais recentemente Wagner por me apoiar, incentivar nesse período de estudo.

Aos demais servidores e docentes da UEM, Câmpus Regional de Cianorte pelo apoio e torcida.

Agradeço a atenção e apoio da analista de sistemas da Biblioteca Central da UEM Luciane Terumi Tanaka e a Di Maria Bibliotecária da Biblioteca Central da UEL, meus sinceros agradecimentos.

À minha querida professora e orientadora Maria Júlia Giannasi Kaimen, por ter me orientado de forma tão verdadeira e sincera. Por suas palavras de ânimo e carinho, pela tranquilidade com que encaminhou meu trabalho e pela confiança que depositou em mim. Muito obrigada!

Aos professores da banca Terezinha Elisabeth da Silva e Álvaro José Periotto pelas contribuições sugeridas e aos suplentes Miguel Luiz Contani, Maria Elisabete Catarino e Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier o meu muito obrigada.

À Escola de Governo do estado do Paraná por oportunizar a capacitação dos servidores públicos com a oferta do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – Mestrado Profissional em parceria com a UEL.

Ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – Mestrado Profissional da UEL por ter proporcionado por mais uma vez uma experiência única que muito contribuiu para minha formação profissional e pessoal.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – Mestrado Profissional da UEL pelo cuidado, carinho e atenção para com a nossa formação.

As secretárias do mestrado Renata Massolin e Francielle Amaral, e aos secretários do Departamento de Ciência da Informação Juliana Meirele e Maurício Milak pelo carinho em nos atender sempre com um sorriso amigo e acolhedor.

A todos os colegas do curso de mestrado pelo entusiasmo que demonstraram no decorrer do curso, com um sorriso, um agrado, uma palavra amiga de apoio nos momentos de desânimo, pelas estadias compartilhadas, aos parceiros de viagens, aos almoços em família, foi tudo maravilhoso e inesquecível, por isso menciono a todos, pois cada um deixou um pouco em mim: Graça, Edelita, Eduardo, Antônio Bezerra, Neiva, Lúcia, Daniela, Renato, Previdi, Paulo, Gisele, Jeanine, Liège, Guazelli, Fabiano, Antônio Carlos, Sandra, Zanini, Celso, Flávio e Emir, que fizeram com que as horas de viagens nos finais de semana se tornassem mais leves e prazerosas. Sentirei saudades!

Aos gestores dos repositórios.

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, o meu muito obrigada!

PAIVA, Márcia Regina. **Compartilhamento da informação e do conhecimento na Universidade Estadual de Maringá**: contribuições de um repositório temático institucional em Moda e *Design*. 2011. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

Contextualiza o papel dos repositórios no processo de comunicação científica destacando sua importância no compartilhamento da informação e do conhecimento. Discute conceitos frente às principais contribuições teóricas sobre repositórios digitais, destacando que, mesmo com todos os avanços proporcionados pelas tecnologias, algumas bibliotecas continuam com as funções de seleção e aquisição, tratamento e organização da informação, armazenamento e atendimento aos usuários, de forma tradicional com pouca ou nenhuma preocupação em dar visibilidade aos materiais produzidos para o ensino e a investigação científica. Destaca a importância dos repositórios nesse cenário, com foco na automação de serviços e produtos especializados, elaborados de acordo com as necessidades de cada setor, para atender às demandas e necessidades dos usuários. Caracteriza um repositório digital temático institucional como alvo deste estudo, destacando, como objetivo geral da pesquisa o estudo das contribuições de um repositório temático institucional nas áreas de Moda e *Design* para promoção do compartilhamento da informação e do conhecimento no âmbito da Universidade Estadual de Maringá, câmpus de Cianorte. Justifica essa pesquisa embasa na necessidade de atender a comunidade universitária das áreas de Moda e *Design* da Instituição. Utiliza a pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e exploratória, buscando na literatura o conhecimento disponível na área, as principais contribuições teóricas; a descrição, observação e registro dos *sites* das instituições em estudo descrevendo-os à luz da situação encontrada. Relaciona inicialmente 204 instituições que ofertam os cursos de Moda e *Design* em âmbito nacional, sem, no entanto confirmar a existência de repositórios temáticos. Sendo assim, confirma a existência de repositórios institucionais por meio do ROAR e do OpenDOAR, resultando em 15 repositórios como elementos de análise. Relaciona as funcionalidades e características dos repositórios identificados e por último, verifica junto aos gestores dos repositórios estudados aspectos que possam interferir no compartilhamento da informação e do conhecimento. Explora os dados obtidos dos gestores como contribuição para análise do compartilhamento da informação e do conhecimento. Como resultado o estudo enfatiza a relevância, os benefícios e as mudanças que ocorreram nas instituições estudadas após a implementação de um repositório, a expansão do acesso à pesquisa, reafirmando o controle sobre o saber pela academia. Constata a viabilidade, confiabilidade e eficácia de um repositório para compartilhamento da informação e do conhecimento em qualquer instituição. Destaca o repositório como um produto que gera serviços e que requer continuidade, e ainda oportuniza à instituição abrir-se à reflexão quanto à infraestrutura necessária para dar suporte as suas atividades científicas no futuro. Percebe que o uso dos repositórios em maior escala, será uma questão de tempo uma vez que o repositório reconhecidamente se apresenta como uma nova forma de disseminar e preservar a memória institucional, sendo fonte importante de informações. Finaliza com uma proposta de política de informação para repositório temático institucional em Moda e *Design* na Universidade Estadual de Maringá - câmpus de Cianorte, e destaca que o estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas contribuir para o compartilhamento da informação e do conhecimento.

Palavras-chave: Compartilhamento da informação e do conhecimento. Repositórios temáticos institucionais. Comunicação científica. Acesso livre. Moda e *Design*.

PAIVA, Márcia Regina. **Sharing information and knowledge at the State University of Maringá**: contributions of an institutional thematic repository in Fashion and Design. 2011. 174p. Thesis (MA) - State University of Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

The study contextualizes the role of repositories in the process of scientific communication and highlights its importance in sharing information and knowledge. It discusses concepts in face of the major theoretical contributions on digital repositories, noting that even with all the advancements provided by technology, some libraries are still responsible for the selection and acquisition, information processing and organization, storage and customer service, in a traditional way with little or no concern for giving visibility to materials produced for teaching and scientific research. It highlights the current status of university libraries in the context of automation of services and specialized products that are prepared according to the needs of each sector, in order to meet the demands and needs of users. It also shows the importance of repositories in this scenario. It features an institutional thematic digital repository as a target of this study, highlighting as the general objective of the research, the study of the contributions of an institutional thematic repository in the areas of Fashion and Design to promote the sharing of information and knowledge within the State University of Maringá, campus of Cianorte. It justifies this research based on the need to serve the university community in the areas of Fashion and Design of the Institution. It uses, as a methodological approach, the bibliographic, documentary, descriptive and exploratory research, seeking the knowledge available in the literature in the area, the main theoretical contributions, the description, observation and recording of sites of the institutions under study describing them based on the situation found. It lists, at first, 204 institutions that offer courses in Fashion and Design at the national level, without confirming the existence of thematic repositories. It thus confirms the existence of institutional repositories through the ROAR and OpenDOAR, resulting in 15 repositories as elements of analysis. It lists the features and functionality of repositories identified, checking with the managers of the studied repositories aspects that may affect the sharing of information and knowledge. It explores the data obtained from managers as a contribution to the analysis of information and knowledge sharing. As a result, the study emphasizes the relevance, benefits and changes that occurred in the institutions studied after the implementation of a repository, the expansion of access to research, reasserting control over knowledge by the academy. It notes the feasibility, reliability and effectiveness of a repository for sharing information and knowledge in any institution. It highlights the repository as a product that generates services and which requires continuity. It still makes it possible for the institution to reflect on the infrastructure needed to support its scientific activities in the future. It realizes that the use of repositories on a larger scale is a matter of time once the repository is presented as an admittedly new way of disseminating and preserving institutional memory, being an important source of information. It ends with an information policy proposal for institutional thematic repository in Fashion and Design at the State University of Maringá - Cianorte campus, and stresses that the study does not intend to exhaust the subject, but contribute to the sharing of information and knowledge.

Key words: Sharing information and knowledge. Institutional thematic repositories. Scientific communication. Open access. Fashion and Design.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Open Archives	43
Figura 2 – Logotipo da Creative Commons	51
Figura 3 – Crescimento dos Repositórios No Brasil Na Base do Opendoar.....	56
Figura 4 – Crescimento dos Repositórios No Brasil Na Base do Roar	57
Figura 5 – Página Principal da Biblioteca Digital Univates	88
Figura 6 – Página Principal do Repositório Institucional Maxwell.....	89
Figura 7 – Página Principal do Repositório Institucional da Unb	90
Figura 8 – Página Principal do Sistema Nou-Rau: Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Maringá.....	91
Figura 9 – Página Principal do Acervo Digital da Unesp	92
Figura 10 – Página Principal do Repositório Institucional da Ufba	93
Figura 11 – Página Principal do Repositório Institucional da Ufg	94
Figura 12 – Página Principal da Biblioteca Digital Ufmg.....	94
Figura 13 – Página Principal do Repositório Institucional Universidade Federal de Pelotas	95
Figura 14 – Página Principal do Repositório Institucional Ufsc.....	96
Figura 15 – Página Principal do Repositório de Publicações Científicas da Ufma ...	97
Figura 16 – Página Principal da Biblioteca Digital Dspace da Ufpr	98
Figura 17 – Página Principal do Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	99
Figura 18 – Página Principal do Repositório Digital Lume.....	100
Figura 19 – Página Principal do Riut Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Especialidades / Áreas de Atuação do Design	23
Quadro 2 – Diferenças Entre Gestão do Conhecimento e Gestão da Informação ...	33
Quadro 3 – Similaridade da Gestão do Conhecimento e a Comunicação Científica	38
Quadro 4 – Descrição da Licença Creative Commons	53
Quadro 5 – Etapas para Implementar um Repositório Digital.....	69
Quadro 6 – Elementos Dublin Core	74
Quadro 7 – Instrumento e Critérios para Análise dos Repositórios Institucionais das Instituições de Ensino Superior que Ofertam os Cursos de Graduação em Moda e Design.....	81
Quadro 8 – Instituições Que Ofertam os Cursos de Moda e Design e Oferecem o Repositório Digital Representada por Região.....	86
Quadro 9 – Relação de Publicações Referentes aos Repositórios em Estudo	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cesumar	Centro Universitário de Maringá
Ciped	Congresso Internacional de Pesquisa em Design
CRC	Câmpus Regional de Cianorte. UEM
ENESDI	Encontro Nacional de Ensino Superior de <i>Design</i>
Fanorpi	Faculdade do Norte Pioneiro
FASM	Faculdade Santa Marcelina
FICA	Faculdades Integradas Camões
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FIQ	Feira Internacional de Qualidade em Máquinas, Matérias-Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFFTI	International Foundation of Fashion Technology Institute
L <i>Design</i>	Encontro Latino Americano de Estudantes de <i>Design</i>
Malic	Manifestação Brasileira de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica
MIT	Massachusetts Institute of Technology
N <i>Design</i>	Encontro Nacional de Estudantes de <i>Design</i>
OA	<i>Open Access</i>
OAI	<i>Open Archives Initiative</i>
OAI-PMH	<i>Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting</i>
OpenDOAR	Directory of Open Access Repositories
PBC	Paraná Business Collection
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
R <i>Design</i>	Encontro Regional dos Estudantes de <i>Design</i>
RI	Repositório Institucional

RIUnB	Repositório Institucional da Universidade de Brasília
RIUT	Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ROAR	Registry of Open Access Repositories
RT	Repositório Temático
RTI	Repositório Temático Institucional
SBDS	Simpósio Brasileiro de Design Sustentável
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SEER	<i>Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas</i>
Simpep	Simpósio de Engenharia de Produção
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAM	Universidade Anhembí Morumbi
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
Unesp	Universidade
UNIP	Universidade Paulista
Unipar	Universidade Paranaense
UP	Universidade Positivo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	31
2.1 COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	34
2.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	36
2.3 MOVIMENTO DO ACESSO ABERTO E A INICIATIVA DOS ARQUIVOS ABERTOS	40
2.4 PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO PARA O COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: ÊNFASE NOS REPOSITÓRIOS	54
3 METODOLOGIA	80
3.1 CENÁRIO DA PESQUISA	83
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA	85
3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	86
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	103
4.1 DADOS DO CHECKLIST.....	105
4.2 DADOS DO QUESTIONÁRIO.....	119
4.3 POLÍTICA	127
5 CONCLUSÃO	128
REFERÊNCIAS	131
GLOSSÁRIO	144
APÊNDICE	145
APÊNDICE A – Lista de instituições de ensino superior no Brasil que ofertam os cursos de moda e design (tecnólogo, graduação e pós-graduação).....	146
APÊNDICE B – Questionário	154
APÊNDICE C – Proposta de Política de Informação para Repositório Temático....	158

ANEXOS	165
ANEXO A – Instituições brasileiras que cadastram seus repositórios na base de dados do OpenDOAR	166
ANEXO B – Instituições brasileiras que cadastraram seus repositórios na base de dados do ROAR	169

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas passaram por alguns estágios, nos quais muitos serviços foram automatizados e novos produtos elaborados de acordo com as necessidades de cada setor. As transformações advindas com os processos automatizados provocaram o surgimento de produtos e serviços cada vez mais especializados. Mas, mesmo com os avanços propostos pelas tecnologias, as bibliotecas continuam com suas funções tradicionais de: orientar, tratar, armazenar e dar visibilidade aos materiais produzidos para o ensino e a investigação científica.

Ressalta-se que a comunicação científica produzida em universidades é foco de destaque nesta dissertação, a qual corrobora as ideias de Baptista e colaboradores (2007) ao mencionarem que no

processo de comunicação científica baseado no uso de computadores e redes eletrônicas de comunicação, quer-se destacar a gradualidade crescente e irreversível que se observa nas mudanças ocorridas em decorrência da comunicação eletrônica. Tal gradualidade é identificada em dois pontos. O primeiro ponto, da substituição de fases do processo antes realizadas com base no meio impresso e hoje totalmente realizadas com o uso de tecnologias de informação e comunicação. O segundo, a complementaridade de fases que devem permanecer híbridas ainda por um tempo imprevisível, no sentido em que tendem a continuar sendo realizadas tanto com a tecnologia do meio impresso quanto com a tecnologia digital.

Portanto, nesse sentido, surgem novas formas de compartilhar o conhecimento científico produzido nas universidades, alguns dos produtos utilizados como meios para esse processo são: os periódicos eletrônicos, as bibliotecas digitais de teses e dissertações e os repositórios.

A literatura trata de diversas maneiras o assunto repositórios classificando-os em repositórios digitais, repositórios institucionais e repositórios temáticos.

Por repositório digital Leite (2009) entende como a reunião de uma coleção de documentos digitais, destinados ao gerenciamento da produção técnico-científica das instituições, que requer a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e disseminação dessas produções e assim contribuir para maximizar a visibilidade da ciência local. Por outro lado o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT, 2008), define repositórios digitais como

“sistemas de informação que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de comunidades científicas”. Entende-se assim que um repositório digital pode ser institucional e/ou temático.

Por repositório institucional, segundo Hirwade e Hirwade (2008, tradução nossa) entende-se como coleções de conteúdos digitais, formalmente organizados e gerenciados, produzidos por docentes, discentes e servidores da instituição. O foco neste caso é a instituição independente de ser um repositório temático, mas continua sendo repositório digital.

Como repositório temático, Café e colaboradores (2003) definem como um

conjunto de trabalhos de pesquisa de uma determinada área do conhecimento, disponibilizados na Internet. Esses repositórios utilizam tecnologias abertas e seguem a filosofia da Iniciativa dos Arquivos Abertos, promovendo a maior acessibilidade à produção dos pesquisadores e à discussão entre seus pares.

Os conceitos como vistos acima não são excludentes. Sendo assim para efeito desse trabalho trataremos de um repositório digital, temático e institucional.

O estabelecimento de um repositório temático indica que a biblioteca está mudando seu papel de custódia para contribuir ativamente na mudança do modelo de comunicação científica. As bibliotecas mantêm a responsabilidade de gerenciar e arquivar material impresso. Os orçamentos das bibliotecas começam a mudar no sentido de apoiar a publicação de acesso aberto da sua comunidade e continuar tendo um papel relevante. Os repositórios digitais são uma resposta apropriada ao novo contexto da informação digital (VIANA; MÁRDERO ARELLANO; SHINTAKU, [2006]). Esses autores ressaltam que

desde suas primeiras implementações, os repositórios institucionais têm sido voltados para a informação científica, contendo os trabalhos de pesquisa e ensino de comunidades acadêmicas, assim como a documentação de uma ampla variedade de atividades das próprias universidades (VIANA; MÁRDERO ARELLANO; SHINTAKU, [2006]).

Cunha (2000) previa que em 2010 quase a totalidade, se não a totalidade das bibliotecas universitárias brasileiras, estaria automatizada e muitas delas seriam bibliotecas totalmente digitais. Em decorrência disso, necessitariam de

mais recursos financeiros para a provisão de equipamentos mais potentes e modernos.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) afetaram tanto as atividades acadêmicas quanto a natureza do empreendimento em educação superior que, além de assimilar essas tecnologias, necessita atender aos requisitos da globalização dos mercados e, conseqüentemente, tais mudanças refletem na biblioteca universitária. Esse tipo de abordagem foi adotado, pois se consideram que a biblioteca não é um ente isolado, estando, portanto, inserida em um contexto maior. Cunha (2000), em seu artigo intitulado “Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010”, indagava

E como ficam as bibliotecas com essas mudanças nas atividades básicas da universidade? Em todas as épocas, bibliotecas sempre foram dependentes da tecnologia da informação. A passagem dos manuscritos para a utilização de textos impressos, o acesso a base de dados bibliográficos armazenados nos grandes bancos de dados, o uso do CD-ROM e o advento da biblioteca digital, no final dos anos 90, altamente dependente das diversas tecnologias de informação, demonstram que, nos últimos 150 anos, as bibliotecas sempre acompanharam e venceram os novos paradigmas tecnológicos.

Portanto, é visível a vantagem que as TICs agregam aos produtos e serviços nas bibliotecas, em específico na universitária, a realidade foi alterada a partir da inserção das TICs em seus produtos e serviços com relação à armazenagem e disseminação das produções técnico-científicas e acadêmicas, como repositórios digitais, bibliotecas digitais, periódicos eletrônicos, entre outros. Porque a biblioteca dentro de uma instituição de ensino superior (IES) tem a meta de ser apoio à pesquisa, ao ensino e às atividades de extensão desenvolvidas nesses ambientes,

[...] é importante observar que a revolução tecnológica, com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), associadas às facilidades das redes de telecomunicação, possibilitou rápida transformação nos sistemas de produção, circulação, distribuição e consumo de informação (FUJINO; JACOMINI, 2007, p. 75).

E assim, “a evolução dessas tecnologias, em contrapartida, promove, também a evolução de seus impactos na comunicação científica” (BAPTISTA et al., 2007).

Com o surgimento do movimento de arquivos abertos, iniciam a implantação de repositórios digitais, bibliotecas digitais de teses e dissertações e periódicos eletrônicos. Dentre esses produtos, os repositórios surgem como um diferencial, pois além de incluir as produções científicas de texto (teses, dissertações e publicações revisadas pelos pares), também podem ser inseridos outros formatos, como: vídeo, imagem, áudio e demais produções técnico-científicas e acadêmicas. Eles podem ser considerados como sistemas de informação que armazenam, preservam, geram e disponibilizam o acesso à produção técnico-científica e acadêmica de instituições de pesquisa ou de ensino superior, por meio de provedores de serviços nacionais e internacionais (HIRWADE, M.; HIRWADE, A., 2008, tradução nossa).

Um dos métodos mais conhecidos de uso de tecnologia na gestão do conhecimento é o repositório do conhecimento explícito, estruturado – geralmente na forma de documentos. Tais repositórios têm estado presentes há décadas na forma de banco de dados computadorizados de materiais publicados como, por exemplo, o Lexis/Nexis e o Dialog. Esses megamercados foram projetados para possibilitar aos usuários pesquisar um mesmo assunto em diversas fontes a partir de uma única interface de busca (FUJINO; JACOMINI, 2007, p. 90).

Por conseguinte, com os benefícios e as vantagens de um repositório e pensando em uma temática que pudesse ser aplicável à instituição onde a pesquisadora atua, a pretensão desta pesquisa foi estudar as contribuições de um repositório temático institucional nas áreas de Moda e *Design* para o Câmpus Regional de Cianorte (CRC) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) para promoção do compartilhamento da informação e do conhecimento. Lembrando que o Câmpus de Cianorte oferta os cursos de graduação em Ciências Contábeis, *Design*, Moda e Pedagogia. A escolha pelas áreas de Moda e *Design* se deu pelo fato de serem áreas relativamente novas, que estão buscando seu espaço no meio científico, por terem escassez de fontes de pesquisa e seguirem em expansão pelo crescimento representativo da sua produção técnico-científica e acadêmica em âmbito nacional.

Como o repositório pode promover o acesso organizado e livre à produção científica de uma instituição, pensou-se nessas áreas, pois como forma de “controle bibliográfico, aumentando a competição e reduzindo tanto a dispersão da

informação como o monopólio das publicações em série” (MARQUES; MAIO, 2010). Desse modo, este trabalho visa a “contribuir para a diminuição dos custos no acesso à informação científica, fazendo sobressair a relevância da própria instituição” (MARQUES; MAIO, 2010).

As contribuições de um repositório temático institucional nas áreas de Moda e *Design* para a Universidade Estadual de Maringá no câmpus de Cianorte gerarão benefícios como a maior visibilidade das produções científicas produzidas pelos docentes, discentes e servidores, e também a promoção do compartilhamento de conhecimentos pelo maior número possível de interessados com acesso livre ao material.

O local a que se destina a criação do repositório temático institucional de Moda e *Design* está atrelado ao Câmpus Regional de Cianorte e ao Departamento de *Design* e Moda (DDM). A criação do DDM é recente e conta atualmente com 20¹ docentes, sendo 11 efetivos e nove colaboradores. Desses 20 docentes, seis são especialistas; sete mestres; quatro mestrandos; e três doutorandos. Além de um servidor/técnico graduado em *Design* pela instituição e especialista em fotografia. Com a criação do DDM, os docentes tiveram a oportunidade de se capacitar, por esse fato, houve crescimento da produção científica local, cujo benefício foi dar visibilidade aos autores e à instituição (de maneira que começaram a desenvolver projetos de pesquisa de iniciação científica, bem como concorrer aos editais de projetos que dispõem de fomento). E como consequência, amplia os horizontes das respectivas áreas em âmbito regional, nacional e quiçá internacional.

Alguns esclarecimentos sobre essas áreas dizem respeito às características das áreas de Moda e *Design*.

Pois engana-se quem não visualiza a história da Moda ligada à história da humanidade. Com efeito, é por meio das vestimentas que se pode identificar uma época, diferenciar os gêneros, agrupar, relacionar pessoas, credos, economia, tempo, entre outras situações.

¹ Três docentes estão de licença para capacitação.

A moda reflete a maneira passageira de se vestir e de se comportar em determinada época. Cíclica, é também sinônimo do conjunto de fatores que envolvem beleza, interesses, consumismo, vaidade, dinheiro, poder, preconceitos, distinções e frustrações (SABINO, 2007, p. 446).

E ainda se envolve com:

Os movimentos sociais, impregnados de novidades na maneira de se vestir e de se comportar, acabam inevitavelmente gerando algum tipo de identidade visual que, por sua vez, é logo absorvida e transformada em elementos de moda. Incentivados pelo consumo e pelo sistema capitalista, o visual de roqueiros, beatniks, mods, hippies, punks, darks, góticos, clubbers, ravers, yuppies, skatistas, cybermanos e tantas outras tribos sociais acabaram sempre a serviço da gulosa e inconstante Moda (SABINO, 2007, p. 446-447).

Santos (2010) argumenta que a roupa tem sua origem na pré-história, por meio de animais que eram caçados para alimentação, quando o homem entendeu que, além servir de alimento, a pele do animal também poderia protegê-lo do frio. Entretanto, praticamente surge a vestimenta, a partir dessa descoberta, o homem inicia a busca por meios que dê à pele dos animais maleabilidade e durabilidade por um período maior de tempo. Após se protegerem e cobrirem seus corpos, o homem passou a adorná-los e como consequência a comunicar-se pela vestimenta. Então, civilizações antigas dos vales do Nilo, Eufrates e Indo, além de se cobrirem pelo frio, também o fizeram por pudor. Onde desenvolveram a técnica de tosquiar ovelhas e tecer, e assim criaram os primeiros retângulos de tecidos.

De sarongues às togas romanas, vieram os acessórios, a seda da China; passando séculos até que uma vestimenta substituísse outra. Todavia, no final da Idade Média e início da Renascença, a Moda desponta de maneira a ser chamada de fenômeno social. No final do século XV, inicia-se uma organização estrutural urbana e, com ela o comércio e a burguesia. Ciclicamente, burgueses imitavam os nobres como forma de conquista de maior status perante a sociedade. Os nobres então, abandonaram as roupas copiadas em busca de contínua superioridade e distinção de classe. Em suma, a Moda é efêmera, ou seja, percebe-se que está pertinentemente ligada à transitoriedade de tempos, hábitos, história. Contudo, Moda relaciona-se então, a expressão corporal e comunicação. O homem possui a liberdade de recriar a própria pele, reconstruindo a mesma através do vestir e explorando o termo, como um fenômeno inserido num meio sociocultural (SANTOS, 2010, p.34).

O desenvolvimento e a expansão da Moda contribuíram para inserir a mulher no mercado de trabalho, uma vez que foi com o advento da industrialização, com a chegada da indústria têxtil que a mulher passou a ocupar lugar de destaque em empregabilidade no país. Dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção² (ABIT) mostram que no ano de 2009 a indústria têxtil e de confecção estava com 1,7 milhão de empregados, dos quais 75% são mão de obra feminina, sendo a indústria têxtil e de confecção brasileira o quinto produtor têxtil do mundo. Também apresentam o faturamento anual de R\$ 51 bilhões e há 30 mil empresas instaladas por todo o território nacional (ABIT, 2010).

Para a docente do Curso de *Design* de Moda da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenadora do Curso nessa Instituição, Dorotéia Baduy Pires (2007), “a demanda do mercado foi o fator determinante nos estabelecimento dos cursos de moda no Brasil”. Outras questões também aumentaram a demanda como “o aquecimento da economia desde a década de 1980, a instalação de novas indústrias de fiação, de têxteis e de confecção de vestuário” (MACIEL, 2010, p. 48) e “a crescente cultura do corpo, da aparência, a segmentação do mercado e do consumidor passaram a exigir uma nova metodologia projetual, e, com isto, um profissional com um perfil muito diferente do que a indústria adotava até então” (PIRES, 2007). Levinbook citado pelo professor e engenheiro têxtil Ronaldo Salvador Vasques (2010) afirma que atualmente o *design* têxtil está sendo reconhecido, pois parte do princípio de que é uma área relativamente nova, acrescenta ainda que o *design* de superfície no Brasil oferece para os pesquisadores em *design* têxtil um fértil caminho de estudo e conhecimento na construção de um tecido plano. Em meio a pesquisas a respeito dos conceitos que envolvem o *design* de superfície têxtil, encontram-se referências que abrangem superfícies como azulejo, cerâmica e têxtil nos cursos de Moda. Portanto, observa-se que as linguagens visuais e contidas nos processos de criação para uma superfície têxtil com os métodos de desenvolvimento que transitam pela busca de soluções no atendimento a uma determinada necessidade do vestuário.

Em entrevista a Maciel (2010, p. 48), a professora Dorotéia Baduy Pires ainda complementa que

² Fundada em 1957, entidade que representa as empresas das áreas têxtil e de confecção. Situada na cidade de São Paulo. URL: <http://www.abit.org.br>.

é importante que a academia e outros setores invistam em pesquisa e publicações que disseminem o design de moda como processo, como um método de trabalho integrado nos estágios iniciais, combinando a engenharia de produção, o marketing e outros setores da empresa ou, ainda, incorporando o design na formulação da estratégia comercial. É necessário haver muito apoio, estímulo e ações que concorram para superar a subcultura de design de moda.

Com tantos avanços nesse mercado, surgiram cursos técnicos e profissionalizantes, como o ofertado pelo Senai-Cetiqt, em 1985, sendo a primeira instituição a acolher “um curso para o ensino da criação de moda, antes da Academia, desempenhando significativo papel na evolução histórica dos cursos de graduação” (PIRES, 2002). Pires (2002) complementa que o primeiro contato entre os trabalhos de agulha com a Academia, no formato de curso, foi a experiência da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com o curso de extensão de “Estilismo e Modelagem do vestuário” em 1976, que ainda hoje se mantém em nível técnico.

Os cursos de nível superior na área de Moda mais tradicionais no Brasil estão localizados na cidade de São Paulo, a saber: Faculdade Santa Marcelina (FASM), a pioneira, cujo curso foi criado em 1988; a Universidade Anhembi Morumbi (UAM), em 1990; a Universidade Paulista (Unip), em 1991; e o Centro de Educação em Moda pelo Senac-Moda, em 1999 (PIRES, 2002).

Atualmente há 131 instituições que ofertam o curso de moda (Apêndice A) no Brasil nos níveis tecnológico, graduação e pós-graduação. Dessas instituições, 13 estão localizadas no estado do Paraná, a saber: UEL-Londrina, UEM-Cianorte, Centro Universitário de Maringá (Cesumar)-Maringá, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)-Apucarana, Universidade Paranaense (UNIPAR)-Cascavel e Cianorte, Uniandrade-Curitiba, Faculdades Integradas Camões (FICA)-Curitiba, Faculdade do Norte Pioneiro (Fonorpi)-Santo Antônio da Platina, Universidade Tuiuti do Paraná-Curitiba, Faculdade Mater Dei-Pato Branco, União Dinâmica de Faculdades Cataratas-Foz do Iguaçu, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Puc)-Curitiba e Universidade Positivo (UP)-Curitiba. A precursora no estado do Paraná foi a UEL, onde o curso foi implantado no ano de 1997.

Alguns eventos destacam-se quando se trata de Moda, o de maior relevância é o Colóquio de moda, que oportuniza a divulgação e a troca de

informações técnicas e científicas. Evento idealizado por Kathia Castilho (São Paulo), Maria de Fátima Mattos (Ribeirão Preto) e Virginia Sabak (Salvador), que o estabeleceram como fonte de divulgação científica e acadêmica; tem a periodicidade anual e atualmente é aberto aos países latino-americanos (GULARTE, 2008). Juntamente com o Colóquio de Moda, ocorre também o Fórum das Escolas de Moda, coordenado pela Professora Dorotéia Baduy Pires, e muitos outros eventos locais e regionais.

Outras iniciativas para incentivo aos novos *designers* de Moda no estado do Paraná são: o Paraná Business Collection (PBC), evento realizado pelo Sebrae/PR e pelo Sistema Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), na cidade de Curitiba, que oferece o Prêmio João Turim (cujo objetivo é lançar novos talentos para o mercado); o concurso Fiep criando Moda, empenhado em descobrir talentos; o Encontro Paranaense de Moda, *Design* e Negócios, ambos realizados no município de Maringá (PR), esses dois últimos são considerados como ponto de união entre as áreas estudadas nesta dissertação.

Em âmbito internacional, há o Instituto da Fundação Internacional de Tecnologia da Moda (IFFTI – *International Foundation of Fashion Technology Institute*) criado em 14 de outubro de 1999, com o intuito de não só auxiliar as instituições de ensino superior em Moda (nas áreas de tecnologia, *design* e negócios) de forma significativa na modernização dos programas de ensino, como também ajudar a trazer profissionalismo à estrutura e ao funcionamento da indústria em seus países e contribuir para o estabelecimento de um quadro de cooperação e colaboração na liberalização e integração do comércio mundial de têxteis. Até o momento, a fundação é composta por 35 instituições de ensino de 19 países, nenhuma delas localizada na América Latina (IFFTI, 2010).

No Paraná, o Centro de *Design* Paraná, em parceria com o Departamento de *Design* da Universidade Estadual de Londrina, é responsável pelo conteúdo de *design* de Moda no portal *Design* Brasil <www.designbrasil.org.br> (PIRES, 2007). Cujas missões são “contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a excelência da indústria brasileira, por meio da pesquisa e disseminação do *design* e de novos conhecimentos” (CENTRO DE DESIGN PARANÁ, 2011).

Ambas as áreas de moda e *design* tornaram-se “empreendedoras” em plena expansão.

O *Design* atualmente é compreendido e conceituado, num âmbito mais amplo e abrangente, como a concepção e planejamento de todos os produtos, feitos pelo homem, desde um *site* a um automóvel (FIELL, C.; FIELL, P., c2001). Para Gomes Filho (2006, p. 15) “[...] o campo do Design se fraciona cada vez mais em muitas especialidades ditadas pelo mercado, principalmente pelos meios de comunicação de massa, pela publicidade e propaganda e por várias formas de marketing”, as especialidades/áreas de atuação do Design podem ser identificadas no Quadro 1 que elucida uma certa confusão que existe em determinadas “especialidades que se desdobram e se superpõem, quando na verdade querem dizer a mesma coisa ou, no mínimo, possuem significados muito próximos” (GOMES FILHO, 2006, p. 15).

Quadro 1 – Especialidades / áreas de atuação do *Design*

Contexto internacional	Equivalência aproximada	Contexto nacional
Industrial Design	Design Industrial	Design do Produto
Object Design	Design do Objeto	
Public Design	Design de Equipamento Urbano	
Furniture Design	Design de Mobiliário	
Automobile Design	Design Automobilístico	
Computer Design	Design de Computador	
Hardware Design	Design de Máquinas e Equipamentos	
Packaging Design	Design de Embalagem	
Food Design	Design de Alimento	
Jewelery Design	Design de Jóias	
Sound Design	Design de Sistemas de Som	
Lighting Design	Design de Sistemas de Iluminação	
Textile Design	Design têxtil	
Communications Design	Design de Sistemas de Comunicação	
Commercial Design	Design Gráfico	
Corporate Design	Design de Identidade Corporativa	
Information Design	Design de Sistemas de Informação	
Tabletop Design	Design de Editoração	
Media Design	Design de Meios de Comunicação	
Software Design	Design de Programas	Design de Moda
Fashion Design	Design de Moda	Design de Ambientes
Interior Design	Design de Interiores	Redesign
Re-Design	Redesign	Design Conceitual
Conceptual Design	Design Conceitual	
Counterdesign	Counterdesign	
Antidesign	Antidesign	
Radicaldesign	Radicaldesign	
Avant-Garde Design	Avant-Garde Design	
Bio-Design	Bio-Design	
Eco-Design	Eco-Design	
Universal Design	Design Universal	
Interface Design	Design de Interfaces	

Fonte: Gomes Filho (2006, p. 14).

Após a definição e a exposição das especialidades/áreas de atuação do *Design*, explica-se que a ênfase do curso de *Design* ofertado pela Universidade Estadual de Maringá, câmpus de Cianorte é *Design* do produto. Gomes Filho (2006, p. 27) afirma que a especialidade *Design* do produto é o “campo de atuação que envolve a concepção, a elaboração, o desenvolvimento do projeto e a fabricação do produto, de configuração física predominantemente. Engloba:

Produtos de uso – incontáveis produtos com que os usuários mantêm interface efetiva de utilização, como: veículos, mobiliários, utensílios domésticos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, calçados, jóias, embalagens e outros.

Máquinas e equipamentos em geral – produtos de uso traduzidos por bens de capital em geral, como máquinas, equipamentos, ferramentas, instrumentos, dispositivos e acessórios, com que os usuários mantêm uma interface de utilização, sobretudo operacional. Produtos componentes de ambiente em geral – produtos componentes de sistemas de ambientes, como os que configuram os postos de trabalho, postos de atividades e outros assemelhados, inseridos em espaços arquitetônicos e que mantêm interfaces em termos de Design Industrial.

Artigos do lar – série enorme de artigos domésticos ou do lar, como os objetos de cama, mesa e banho; cortinas, carpetes, tapetes e similares, enquanto Design do Produto faz interface com a especialidade do Design Têxtil (GOMES FILHO, 2006, p. 27).

Na atualidade, entre universidades estatais, faculdades privadas e instituições técnicas, o curso de *Design* soma 142 em território brasileiro (Apêndice A).

O design é fruto de três grandes processos históricos que ocorreram de modo interligado e concomitante, em escala mundial, entre os séculos 19 e 20. O primeiro destes é a industrialização: a reorganização da fabricação e distribuição de bens para abranger um leque cada vez maior e mais diversificado de produtos e consumidores. O segundo é a urbanização moderna: a ampliação e adequação das concentrações de população em grandes metrópoles, acima de um milhão de habitantes. O terceiro pode ser chamado de globalização: a integração de redes de comércio, transportes e comunicação, assim como dos sistemas financeiro e jurídico que regulam o funcionamento das mesmas. Todos os três processos passam pelo desafio de organizar um grande número de elementos díspares – pessoas, veículos, máquinas, moradias, lojas, fábricas, malhas viárias, estados, legislações, códigos e tratados – em relações harmoniosas e dinâmicas. Conjuntamente, essa grande meta – processo histórico pode ser entendido como um movimento para integrar tudo com tudo. Na concepção mais ampla do termo ‘design’, as várias ramificações do campo surgiram para preencher os intervalos e separações entre as partes, suprimindo lacunas com projeto e interstícios com interfaces (CARDOSO, 2008, p. 22-23).

Moraes (2006) destaca como marco do aparecimento dos cursos superiores de *Design* no Brasil a criação da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), na cidade do Rio de Janeiro, em 1963. No âmbito do ensino oficial de *Design*, outros cursos de graduação foram surgindo em diversas localidades brasileiras, a exemplo de

[...] em Belo Horizonte, com a Universidade Mineira de Arte – UMA, que em 1957 instituiu um curso técnico de Desenho Industrial, que se tornou curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, em 1968. Nesse ano, a UMA já havia sido renomeada, desde 1963 passara a se chamar Escola Superior de Artes Plásticas – ESAP da Fundação Mineira de Arte – FUMA (que se tornou Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais – ED-UEMG, em 1987). Em São Paulo surgiu a Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, que em 1967 instituiu seu curso de desenho industrial (MORAES, 2006, p.27-28).

Os eventos na área de *Design* são: L *Design* (Encontro Latino Americano de Estudantes de *Design*); R *Design* (Encontro Regional dos Estudantes de *Design*); N *Design* (Encontro Nacional de Estudantes de *Design*); Congresso Brasileiro de *Design*; Congresso da América Latina na área de *Design*; a Bienal Brasileira de *Design*; Simpósio Brasileiro de Design Sustentável (SBDS); Pixel Show (Design Gráfico); Ergodesign; P&D Design; Congresso Internacional de Pesquisa em Design (Ciped); na área de ensino há o Enesdi (Encontro Nacional de Ensino Superior de *Design*) e a cada ano surgem novas oportunidades para os pesquisadores e acadêmicos disseminarem suas pesquisas com o lançamento de novos eventos de destaque na área.

No Paraná há destaque para o Purungo (Encontro de Estudantes de *Design* de Curitiba), espaço no qual a troca de experiências e a discussão de novos conceitos servem de mola propulsora para aprimoramentos tanto no campo profissional quanto no campo social, esse evento regional, tem uma grande repercussão nacional. Também há a Feira Internacional de Qualidade em Máquinas, Matérias-Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira – FIQ, que ocorre anualmente no município de Arapongas, voltado para o setor moveleiro.

Concursos, prêmios e menções honrosas com destaque de alunos da UEM que concorreram nos anos de 2009 e 2010 em ambas as áreas, são: Prêmio Universitário Tok Stok, Casa Brasil, Concurso de *design* de joias AuDitions

Brasil, Prêmio João Turim (Moda), Fiep criando Moda (Moda), Simpósio de Engenharia de Produção (Simpep).

Outra iniciativa é o Programa Brasileiro do *Design* (PBD), lançado em 1995, esse Programa é voltado para a inserção e incremento da gestão do *design* nos setores produtivos brasileiros. Sua missão é induzir a Modernidade Industrial e Tecnológica por meio do *design*, visando contribuir para o incremento da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no Brasil e sua popularização. O público alvo do PBD é: Setor Produtivo: indústria, comércio e serviços; Rede de ensino Técnico e Superior e suas representações; Instituições tecnológicas, de capacitação, promoção e de apoio ao desenvolvimento. O *design* se estabeleceu no século passado como alternativa às empresas na busca de um produto melhor (BRASIL, 2007).

O princípio era de que aquilo que é bem projetado do ponto de vista funcional resulta em uma forma agradável, atraindo o cliente. Hoje o produto deve ser aceito globalmente, sem deixar de manter uma identidade nacional. Ele deve expressar aspectos positivos do país em que foi criado. Nos mercados nacionais e internacionais, os produtos competem por um espaço/diferencial no desejo do consumidor, e o *design* torna possível o surgimento do diferencial. Na atual conjuntura de mercado, a credibilidade por meio da qualidade da imagem e dos produtos e serviços que uma empresa oferece, são fatores decisivos para o seu sucesso. O *design* é um dos principais instrumentos competitivos das empresas nos mercados interno e externo (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, pretendeu-se estudar as contribuições de um repositório temático institucional nas áreas de Moda e *Design* para o Câmpus Regional de Cianorte/UEM para promoção do compartilhamento da informação e do conhecimento com o interesse de reunir, organizar, preservar e disponibilizar as produções (técnico-científica e acadêmica) dos docentes, discentes e servidores para consulta e/ou *download*, podendo ter como conteúdo: trabalhos de conclusão de curso, artigos apresentados em eventos, artigos publicados em revistas e periódicos, bem como a participação de docentes, discentes e servidores em concursos regionais e nacionais na elaboração de croquis, desenvolvimento de produtos, entre outros.

Ambas as áreas são destaques na região de Cianorte (PR), localidade em que são ofertados os respectivos cursos, criados em 2002. Nesse período, o total de turmas formadas até 2010 soma 12, totalizando

aproximadamente 300 profissionais inseridos no mercado, parte dos quais são absorvidos pelas ofertas de trabalho disponíveis na própria região.

Cianorte localiza-se a na região noroeste do estado do Paraná, fica a 500 km da capital, Curitiba, e a 70 km da cidade de Maringá, o eixo entre Cianorte e Maringá denomina-se “corredor da moda”, pelo fato de englobar dois municípios considerados pólo têxtil da região sul do Brasil, apontado como o segundo maior centro atacadista de confecções do país, soma 13 *shoppings* atacadistas, propício para o desenvolvimento de ambas as áreas.

O município de Cianorte é conhecido como “capital do vestuário”, tem ofertas atrativas e proporciona experiência aos profissionais. Algumas empresas conhecidas internacionalmente estão instaladas na cidade, como o Grupo Morena Rosa, que já foi destaque na edição de 2007 da revista *Você S/A Exame* e esteve entre as 150 melhores empresas que oferecem as melhores condições para trabalhar no Brasil. Atualmente conta com as marcas: Morena Rosa, Joy, Maria Valentina e Zinco, e mantém o Instituto Morena Rosa, que atua em várias linhas de responsabilidade social. Alguns projetos de extensão da Universidade Estadual de Maringá-CRC tiveram apoio financeiro do Instituto. Outro destaque internacional é o Grupo Osmoze, especializado em *jeans*, que trabalha com as marcas: Osmoze Jeans, Six One e Denuncia *Jeans Wear*. Essas empresas são responsáveis pela capacitação dos alunos desde a graduação, pelo fato de serem contratados a partir do segundo ano de curso e aliarem os conteúdos da universidade com a experiência da empresa.

Para identificar as instituições de ensino superior que ofertam os cursos de Moda e *Design* (tecnológico, graduação e pós-graduação), foi realizada uma pesquisa preliminar no *site* oficial do e-MEC, onde foram levantadas as IES, em seguida, foi feita uma consulta na página principal de cada instituição e, desse modo, puderam ser verificadas a oferta de ambos os cursos e também a existência de repositório, o qual podia estar na página principal da Biblioteca e/ou Sistema de Bibliotecas, e/ou na página principal da pós-graduação. Constatou-se que até o momento não havia um repositório temático nas referidas áreas divulgado entre as instituições analisadas, por esse motivo optou-se por analisar os repositórios institucionais das IES.

Esta pesquisa teve como objetivo geral estudar as contribuições de um repositório temático institucional nas áreas de Moda e *Design* para promoção do

compartilhamento da informação e do conhecimento no Câmpus Regional de Cianorte/UEM.

Os objetivos específicos foram:

- a) Relacionar as IES que ofertam os cursos de Moda e *Design* no Brasil, nas modalidades de curso superior técnico, de graduação e pós-graduação;
- b) Identificar as IES que adotaram repositórios temáticos em suas instituições para promoção do compartilhamento da informação e do conhecimento;
- c) Identificar as principais funções e características dos repositórios temáticos institucionais das instituições estudadas;
- d) Verificar junto aos gestores dos repositórios analisados aspectos que contribuem para o compartilhamento da informação e do conhecimento;
- e) Propor uma política de informação institucional voltada para o repositório temático institucional nas áreas de Moda e *Design*.

Desse modo, legitimar este estudo, porque com a implantação de um repositório temático nessas áreas, haverá possibilidade de aumentar a visibilidade, ampliar a disseminação das produções técnico-científicas e acadêmicas locais, e também contribuir com a construção de novos conhecimentos gerados a partir das publicações disponibilizadas em acesso livre.

Além de divulgar a produção, os repositórios contribuem para preservar a memória institucional e acelerar o compartilhamento da informação e do conhecimento. E, para confirmar as palavras acima, é apresentado o conceito de Café e colaboradores (2003) quando afirmam que a solução encontrada para divulgar as pesquisas científicas a baixo custo é a construção de repositórios temáticos com a iniciativa dos arquivos abertos (OAI), provocando, desse modo, uma revolução na publicação técnico-científica e acadêmica. Sendo assim, se a informação está disponível em diferentes suportes, os trabalhos e documentos se avolumam em meio digital, nada melhor do que disponibilizar a recuperação desses documentos *online*, ou seja, por meio de um repositório temático, pois o acesso é rápido e a atualização contínua, evitando duplicidade de pesquisas.

No Brasil, o Ibict é o incentivador de maior importância da Iniciativa dos Arquivos Abertos, bem como o propagador da implantação de repositórios digitais nas instituições técnico-científicas. A mais exequível foi o lançamento de um edital, denominado “kit tecnológico”, o qual convoca interessados a apresentarem propostas para concessão de recursos tecnológicos, que está em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que segundo a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE) o objetivo é

apoiar projetos de implantação de repositórios institucionais (RI) nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) de ensino e pesquisa e sua integração ao Portal Oásis.Br, com vistas a possibilitar o registro e a disseminação da produção científica destas instituições e proporcionar maior visibilidade à sua produção científica (FUNCATE, 2009).

O kit tecnológico é composto por um servidor pré-formatado e configurado com o *software* livre que compõe o ambiente de desenvolvimento, tais como: o sistema operacional baseado na plataforma Unix/Linux; software básicos Apache, PHP e banco de dados MySQL; além dos aplicativos específicos para a construção e gerenciamento dos repositórios, como o DSpace e o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) (FUNCATE, 2009).

Há destaque de iniciativas isoladas com projetos elaborados pelas próprias instituições, como o *software* Nou-Rau, desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), como por exemplo, a Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A partir das explicações apresentadas, há a expectativa de que este estudo possa subsidiar a reflexão sobre as ponderações das novas demandas por produtos em ambientes virtuais e possibilitar a ampliação da quantidade de serviços que utilizam recursos tecnológicos, bem como atender um maior número de usuários que realmente estejam interessados em fazer uso deles. Também ser destaque entre as instituições, promovendo a visibilidade de suas produções, buscando a excelência em sua área, assim ampliando sua produção e divulgação, e partir para a preservação da produção intelectual institucional, promovendo de forma assertiva o compartilhamento da informação e do conhecimento.

O texto está dividido em cinco seções:

A seção introdutória apresenta a justificativa, o problema e os objetivos, bem como as apresentações das respectivas áreas em estudo de Moda e *Design* e também esclarecimentos a respeito do desenvolvimento da pesquisa.

Na segunda seção, a revisão de literatura engloba/reuni as questões relacionadas aos temas: gestão da informação e do conhecimento, compartilhamento da informação e do conhecimento, comunicação científica, acesso livre, iniciativa dos arquivos abertos, o direito autoral e o *Creative Commons* e, por fim, os repositórios, esclarecendo que o repositório temático proposto nesta pesquisa, além de ser digital, também é institucional, pois está atrelado a uma instituição.

Na terceira parte constam a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, a população e os instrumentos utilizados para a coleta dos dados.

A quarta seção trata e apresenta a análise dos dados coletados em dois momentos: primeiramente o *checklist* aplicado aos 15 repositórios divulgados nos *sites* das instituições; num segundo momento foi solicitado aos gestores a participação na pesquisa por meio do preenchimento de um questionário composto de 23 questões abertas e fechadas com o objetivo de identificar algumas informações não identificadas no *checklist*.

Por fim, a conclusão, com a análise dos dados coletados e discutidos à luz da literatura.

2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

A gestão da informação “tem sido abordada, na literatura, como elemento básico para se implantar a gestão do conhecimento nas organizações, se a informação não for gerida, ações para a gestão do conhecimento podem não ser efetivas” (TOMAÉL, 2008). O conhecimento é fator competitivo numa organização. Sabe-se que o conhecimento é diferente de informação, pois essa provém de comunicações e aquele procede de um processo seletivo adquirido não só por meio da educação formal, como também da experiência prática, bem como no processo informal. “O conhecimento, uma vez registrado, transforma-se em informação e esta, uma vez internalizada, torna-se conhecimento” (BARBOSA, 2008, p. 21).

Tomaél (2008) menciona que

A contínua proliferação da informação em múltiplos espaços nos desperta para a qualidade da informação que temos acesso e a necessidade de selecionar a informação que obtemos para nosso uso em diferentes ações. Uma forma de eleger a informação de que dispomos para o uso, ou aquela que possamos vir a utilizar, pode ser pela implantação do processo de gestão da informação. Esse processo que se inicia (necessidade de informação) e termina (uso da informação) com o usuário da informação, tem sido reconhecido como essencial dentro das organizações.

Continuando com a ideia de Tomaél (2008), a autora afirma ser necessário considerar quatro elementos para a contribuição da qualidade da informação para uma efetiva gestão da informação, são eles: as pessoas – responsáveis pelo controle das atividades e ações que permeiam o ambiente organizacional; os processos – presentes nas ações e interações das pessoas; a tecnologia – que contribui com a infraestrutura necessária para a organização e acesso à informação; a estratégia organizacional que está diretamente relacionada aos objetivos pretendidos e é alimentada pela informação que se disponibiliza. Para a gestão da informação ser consolidada, é preciso que todos os elementos acima citados sejam constantemente revistos.

Barbosa (2008) afirma que a origem da moderna gestão da informação está ligada aos trabalhos de Paul Otlet no livro *Traité de documentation*, publicado em 1934, antes essa disciplina era tratada como documentação. Após Paul Otlet, destacaram-se também Vanevar Bush, que em 1945 publicou o artigo As

we may think, no qual o autor desenvolveu uma máquina denominada Memex (que o indivíduo armazena todos os seus livros, registros e comunicações, de forma mecanizada, e o consulta com grande velocidade e flexibilidade, gerando assim um suplemento ampliado de sua memória); e o economista Frederick Hayek, que em 1974 foi laureado com o Prêmio Nobel de economia quando publicou o artigo *The use of knowledge in society*, no texto o autor argumenta que o problema econômico enfrentado pela sociedade encontra-se na dispersão do conhecimento possuído pelos indivíduos, pois ninguém o possui em sua totalidade. Portanto, esses autores “[...] se preocupavam com a informação e o conhecimento enquanto fenômenos relevantes do ponto de vista da produtividade pessoal e empresarial e, [...] merecedores de esforços no sentido de seu efetivo gerenciamento” (BARBOSA, 2008, p. 7).

O processo de transformar a informação em conhecimento é similar às alterações que algumas vezes ocorrem com a educação formal e a informal, elas se entremeiam muitas vezes. Nonaka e Takeuchi (1997) esclarecem esse processo ao apresentarem quatro etapas para a conversão do conhecimento: socialização, externalização, combinação e internalização. Na socialização, os indivíduos trocam informações entre si, é a troca do conhecimento denominado tácito (adquirido ao longo da vida). Na externalização, o conhecimento tácito recebido é transformado em conhecimento explícito (formal), podendo ser documentado. Na combinação, os conhecimentos explícitos externalizados na etapa de socialização são comparados com outros conhecimentos explícitos preexistentes a respeito do assunto abordado, porém tende a examinar as convergências e divergências manifestadas. Por fim, o novo conhecimento explícito é gerado pela combinação, então volta a ser tácito, por meio do processo de internalização, o qual promove a certeza de que a pessoa que recebeu os novos conhecimentos realmente aprendeu. Esse processo pode ser caracterizado pelo “aprender fazendo”, ou seja, quando a pessoa põe em prática aquele conhecimento recebido durante a socialização (BARROS et al., 2010).

E nesses termos verifica-se a importância da tecnologia para a transferência e compartilhamento da informação e do conhecimento nos seus mais variados meios de produção técnico-científica e acadêmica. Davenport e Prusak (1998, p. 117) concordam com a inclusão da tecnologia no processo de compartilhamento da informação e do conhecimento, ao afirmarem que esse

processo “não poderia acontecer [...] sem as ferramentas propiciadas pela tecnologia da informação”.

De Long, Davenport e Beers (1997), em seu artigo intitulado *What is a knowledge management Project?*, apresentam um estudo desenvolvido em empresas que trabalham com gerenciamento de projetos e esclarecem, em determinado ponto de seu artigo, a diferença entre a gestão do conhecimento e da informação, exibida no Quadro 2.

Quadro 2 – Diferenças entre Gestão do Conhecimento e Gestão da informação

Gestão do conhecimento	Gestão da informação
Objetiva enfatizar o valor agregado para os usuários;	Objetiva melhorar a acessibilidade e a distribuição da informação (conhecimento explícito/codificado);
Suporta melhoria e inovação operacional ;	Suporta operações existentes
Agrega valor ao ao selecionar, sintetizar, interpretar e aparar o conteúdo;	Oferece conteúdo disponível com pouco valor agregado;
Normalmente exige contribuições e feedback dos usuários;	Enfatiza a transferência da informação em uma só direção A transferência de informações ocorre unilateralmente;
Equilíbrio entre questões de tecnologia e cultura na criação de impactos;	Foco carregado na tecnologia;
Variação nos insumos do sistema se opõe ao processo de captura Automatizado.	Pressupões que a a captura de informações pode ser automatizada.

Fonte: De Long, Davenport e Beers (1997, tradução nossa).

As características apresentadas pelos autores auxiliam na justificativa de que a gestão da informação e do conhecimento têm suas diferenças, mas fazem parte de um todo e, dessa forma, podem e devem auxiliar na solução de problemas de implementação de projetos. Podendo ser auxílio neste estudo que visa verificar as contribuições de um repositório temático nas áreas de Moda e *Design*, cujo objetivo é reunir, armazenar, preservar e disseminar a produção técnico-científica e acadêmica da comunidade universitária envolvida, visando à promoção do compartilhamento da informação e do conhecimento nas respectivas áreas.

Desse modo, soma-se com a afirmação de Sousa, Cruz e Braga (2008), quando dizem que criar uma cultura institucional de compartilhamento da informação e do conhecimento vai além da adoção dos recursos tecnológicos. Portanto, os autores mencionam quatro linhas de aplicação a esta filosofia de compartilhar informações, a saber:

1. Gestão da informação com a função de capturar, processar e disponibilizar informações, sob os mais variados suportes e nas mais variadas áreas do conhecimento;
2. Gestão do conhecimento com o objetivo de promover o compartilhamento do conhecimento, através da interação entre o conhecimento explícito e o conhecimento tácito da instituição, assegurando sua proteção;
3. Gestão de inteligência para negócios com o objetivo de consolidar informações para tomada de decisão, com foco no mercado real e potencial de novas tecnologias, otimizando o fluxo de produção da instituição;
4. Gestão de tecnologia da informação para promover a governança do conjunto de recursos não humanos da instituição, referentes ao armazenamento, processamento e organização nos vários sistemas e subsistemas criados pelo repositório (SOUSA; CRUZ; BRAGA, 2008).

Desse modo, percebe-se que os repositórios estão envolvidos no processo de gestão da informação e do conhecimento, pois no momento em que a informação (conhecimento tácito) é transformada em conhecimento (explícito, formal) gera a comunicação científica (produção intelectual), que constituirá o acervo dos repositórios, os quais têm o papel de reunir, armazenar, organizar e disseminar essas produções e, desse modo, tornam-se importantes instrumento de divulgação, oferecendo visibilidade aos autores e às instituições produtoras de conhecimento e contribuindo para o compartilhamento da informação e do conhecimento.

2.1 COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

O compartilhamento da informação e do conhecimento tornou-se peça-chave na sociedade da informação, por meio do qual as organizações podem se tornar mais competitivas. Porém, compartilhar conhecimento não é uma tarefa fácil, visto que muitas pessoas consideram-no fonte de poder. Tonet e Graças (2006, p. 2) afirmam que o “compartilhamento de conhecimento é definido como o comportamento do indivíduo de repassar o que sabe” a outras pessoas e de receber o conhecimento que elas possuem. Os autores supracitados também declaram que não há consenso em relação ao que é e como ocorre o compartilhamento de conhecimento entre as pessoas.

Grotto (2003, p.116) declara que "compartilhamento do conhecimento é o processo de partilhar conhecimentos tácitos e explícitos por meio de práticas formais e informais." Barros e colaboradores (2010, p. 38) acrescentam

que “o compartilhamento da informação e do conhecimento no âmbito das organizações depende de fatores como: reciprocidade, reputação, altruísmo e confiança, permitem identificar os principais obstáculos ao compartilhamento nas organizações”.

Entende-se o compartilhamento da informação e do conhecimento como uma forma “com que a informação e o conhecimento adquirido e armazenado por um indivíduo é transmitida de maneira clara para outro indivíduo ou grupo de indivíduos, por meio de um processo de compartilhamento de experiências” (GUIMARÃES, 2009, p. 23).

Destacando que o “compartilhar não implica ceder a posse do conhecimento, e sim usufruir dele juntamente com os pares” (ALCARÁ et al., 2009, p. 172).

Davenport (1998, p. 115) define

o compartilhamento das informações como o ato voluntário de colocá-las à disposição de outros. Compartilhar não deve ser confundido com relatar, que é uma troca involuntária de informações de maneira rotineira ou estruturada. O vocábulo compartilhamento implica vontade. Aquele que compartilha pode passar a informação adiante, mas não é obrigado a isso.

Targino (2000, p.15) menciona que “os resultados da pesquisa não pertencem ao cientista, mas à humanidade. [...] e como tal devem ser partilhados com todos, sem privilegiar segmentos ou pessoas”. Corroborando a afirmativa da autora, no Brasil, as iniciativas de compartilhamento da informação e do conhecimento têm incentivado as instituições. Exemplo disso é a Portaria No. 13, de 15 de fevereiro de 2006, elaborada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos.

Art. 1º Para fins do acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento, os programas de mestrado e doutorado deverão instalar e manter, até 31 de dezembro de 2006, arquivos digitais, acessíveis ao público por meio da Internet, para divulgação das dissertações e teses de final de curso.

§1º Os programas de pós-graduação exigirão dos pós-graduandos, a entrega de teses e dissertações em formato eletrônico, simultânea à apresentação em papel, para atender ao disposto neste artigo.

§2º Os arquivos digitais disponibilizarão obrigatoriamente as teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006 (BRASIL, 2006).

Por essa portaria percebe-se que os órgãos competentes se manifestam quanto ao compartilhamento de conhecimento referente à produção científica nas universidades e, sendo assim, muitas bibliotecas, centros de documentação, núcleos de pesquisa já vinham aderindo à disseminação de suas produções científicas em bibliotecas digitais de teses e dissertações e, mais recentemente, em repositórios institucionais.

Outro exemplo de incentivo ao compartilhamento da informação e do conhecimento, ainda que não tenha progredido, é o Projeto de Lei N. 1120/2007³, que consta como arquivado, proposto pelo deputado Rodrigo Rollemberg. Tal projeto tem como objetivo promover o acesso livre à informação científica por meio da proposta de criação de repositórios digitais por parte das instituições de ensino superior e no depósito da produção científica local.

O Ibict desempenha papel fundamental na área de compartilhamento da informação e do conhecimento da comunicação científica, pois, nos últimos anos, tem incentivado, instrumentalizado e capacitado universidades brasileiras para implementar repositórios digitais, promovendo a doação do *kit* tecnológico tratado anteriormente.

2.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Partindo do pensamento de Kneller (1980), pode-se ressaltar que a comunicação científica não é um ato isolado, é parte de um todo que envolve a comunidade científica, quando afirma que:

A comunidade científica é uma associação de pessoas que não estão vinculadas entre si por leis nem cadeias de comando, mas pela comunicação de informações – através de revistas especializadas, conferências, discussões informais e outros canais. A comunicação é coordenada por instituições tais como as sociedades de especialistas e colégios invisíveis. Por meio dessas instituições e canais, e do mecanismo de recompensa que opera através deles, a comunidade científica procura atingir certos objetivos que contribuem para o propósito geral de ampliar o conhecimento [...]. Esses objetivos consistem em manter os padrões de pesquisa, harmonizar os interesses do cientista individual e da empresa científica, promover a competição e a cooperação, e estimular a inovação (KNELLER, 1980, p. 182).

³ A tramitação e o texto completo estão disponíveis em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=352237>.

Logo, a comunicação é um ato, um mecanismo, é o processo de intermediação que permite a troca de ideias entre os indivíduos, ela “é um fenômeno natural e intrínseco ao homem, variando de acordo com as características dos grupos nos quais e entre os quais se efetiva” (TARGINO, 2000, p. 10).

Menzel (1966, tradução nossa) relaciona os tipos de funções pertinentes à comunicação na ciência:

- a função de referência (dispor ao cientista a melhor resposta para uma questão específica);
- a função de consciência atual (manter o cientista a par da evolução na sua área de atuação predeterminada);
- a função que consiste em estimular os pesquisadores de tempos em tempos a buscar informações fora de suas áreas predefinidas de atuação;
- e uma função que consiste em capacitar um cientista para seguir motivado para recordar ou familiarizar-se com um campo bem definido de indagações que ele não tinha anteriormente incluído na sua área de atuação.

Deve-se notar que as duas últimas funções mencionadas transcendem as exigências de informação que cada cientista pode definir por si mesmo.

Um dos clássicos da área, William Garvey (1979, p. ix, tradução nossa), define comunicação científica como intercâmbio de ideias que se restringe a comunidade científica, segundo ele, inclui em sua definição toda a gama de atividades associadas à produção, disseminação e uso das informações resultantes de pesquisa e aceitas como constituinte do conhecimento científico. Por comunicação científica ele entende as atividades de intercâmbio de informações que ocorrem principalmente entre os cientistas envolvidos ativamente na frente de pesquisa, abrange a comunicação científica desde a discussão mais informal entre dois cientistas até os aspectos mais formais da comunicação científica, tais como os periódicos, as revisões, os livros entre outros.

A comunicação científica é produto primordial no meio acadêmico, porque ela apresenta os resultados das pesquisas e trabalhos elaborados pelos pesquisadores e cientistas nas mais variadas áreas. Desse modo, a informação é

transformada em conhecimento, o qual, quando formalizado, pode e deve ser disseminado e compartilhado entre os pares, o que gera visibilidade ao autor e à Instituição.

Baseado em Leite (2006, p. 150), o Quadro 3 exemplifica a similaridade entre processos de gestão do conhecimento e a comunicação científica, o autor ressalta o compartilhamento da informação e do conhecimento como processo primordial para a criação de novos conhecimentos científicos, no quadro também são lembrados os processos de troca de informação elaborados por Nonaka e Takeuchi (1997).

Quadro 3 – Similaridade da gestão do conhecimento e a comunicação científica

Gestão do conhecimento	Comunicação científica
<p>Compartilhamento/disseminação</p> <p>Pressuposto básico e primordial para a transformação de informações e experiências isoladas em algo que toda a organização possa utilizar. Diz respeito ao processo de compartilhamento e disseminação do conhecimento que já está na organização. Compreende questões importantes em todo o processo tais como distribuição do conhecimento de forma seletiva, ao maior número de usuários possível, em tempo hábil e local apropriado. A utilização de tecnologias se dá com maior intensidade nesse processo.</p>	<p>O conhecimento científico é compartilhado pelos meios de comunicação formais e informais. O sistema de comunicação formal veicula os registros do conhecimento por meio de livros, periódicos científicos, relatórios de pesquisa, anais de conferências, teses, dissertações e outros. Esses meios lidam especialmente com o conhecimento científico explícito, e possuem um público amplo, tanto da instituição quanto da comunidade científica. Estão nesse contexto os serviços de informação, bibliotecas, serviços de informação seletiva, bibliotecas digitais, e outros. O sistema de comunicação informal compartilha também conhecimento explícito, porém lida com mais eficiência com conhecimento tácito. O conhecimento nesse caso é compartilhado por meio das atividades de ensino, tanto em nível de graduação quanto pós-graduação, reuniões de grupos de pesquisa, reuniões de orientação de alunos de doutorado, mestrado e iniciação científica, conferências, seminários, contatos pessoais na própria instituição, contatos informais com membros da mesma comunidade científica, interação nos colégios invisíveis, grupos de discussão, ambientes de aprendizagem não presencial e outros.</p>

Fonte: Leite (2006, p. 150).

Para Meadows (1999, p. vii),

A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. Ademais, o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. Qualquer que seja o ângulo pelo qual a examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica.

Ainda sobre comunicação, há o conceito de Weitzel (2006a, p. 88) quando afirma que a comunicação científica “pode ser entendida como um processo que envolve a construção, comunicação e uso do conhecimento científico para possibilitar a promoção de sua evolução.” E acrescenta ainda que “a comunicação científica sempre teve como fator determinante a geração de novo conhecimento, sua disseminação e uso para promover o desenvolvimento da ciência” (WEITZEL, 2006b, p. 56).

Essas afirmações só vêm crescer que sem o ato de comunicar fica complicado compartilhar informação e conhecimento, por conseguinte, o uso das tecnologias de informação e comunicação auxiliou no compartilhamento. As iniciativas se originaram em textos científicos, mas, atualmente, com o aumento do volume dos repositórios, além dos textos científicos, encontram-se produções de outra natureza, como: técnico e acadêmico.

Consideram-se os repositórios digitais ferramentas para a promoção da comunicação científica, uma vez que possibilitam disponibilizar produtos de pesquisas científicas de maneira gratuita e não-burocrática, facilitando assim o acesso a informações de caráter acadêmico e conseqüentemente a obtenção de conhecimento e o incentivo à pesquisa (RIBEIRO; VIDOTTI, 2009, p. 105).

Nota-se que um grande aliado para compartilhar a comunicação científica na atualidade nas universidades é o repositório, ferramenta essa que deriva do movimento do acesso livre e da iniciativa dos arquivos abertos, esses movimentos surgiram em meados dos anos 90. Os repositórios estão em expansão, sendo utilizados e implantados em instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, publicações periódicas e até mesmo em iniciativas de acervos particulares. O diferencial desse novo produto é o baixo custo e a visibilidade da produção técnico-científica, que se torna imensurável.

2.3 MOVIMENTO DO ACESSO ABERTO E A INICIATIVA DOS ARQUIVOS ABERTOS

Nesta seção, busca-se esclarecer uma variação terminológica relacionada à iniciativa do acesso aberto, pois muitas vezes aparecem como sinônimos, mas tecnicamente não o são (SILVA; ALCARÁ, 2009).

Costa (2006, p.40), faz a seguinte distinção:

- Acesso aberto (*open access*) diz respeito à disseminação ampla e irrestrita de resultados de pesquisa científica;
- Arquivos aberto (*open archives*) é a interoperabilidade em nível global; enquanto o
- Acesso livre (*free access*) trata do *software* aberto (ou livre) para o desenvolvimento de aplicações em computador (COSTA, 2006, p. 40).

No contexto deste trabalho a definição de Costa (2006) nos parece a mais adequada, embora, muitas vezes no texto, possa aparecer de outra forma por se tratar de respeitar os autores citados.

O movimento do acesso aberto à informação científica e a Iniciativa dos arquivos abertos propõem a disponibilização da comunicação científica gratuitamente, mesmo tendo contra a indústria editorial e órgãos públicos que guardam acervos valiosos para a pesquisa (VIANA; MÁRDERO ARELLANO; SHINTAKU, [2006]).

Anterior ao surgimento da Rede, toda a publicação científica era produzida em papel a um custo alto. Ainda hoje, devido a fatores econômicos ou por problemas de distribuição, os pesquisadores enfrentam sérias dificuldades de acessar grande parcela da literatura científica. As editoras comerciais criam obstáculos que dificultam o acesso às informações, e conseqüentemente à sua disseminação. Os custos elevados das publicações científicas, tanto na forma impressa quanto eletrônica, são barreiras para muitos pesquisadores, bibliotecas, instituições de ensino e de pesquisa. Mesmo as instituições e universidades com grandes recursos não têm acesso a todas as publicações científicas (CAFÉ; LAGE, 2002).

Como complemento da inclusão dos repositórios na comunidade científica para promoção do compartilhamento de informação e conhecimento destaca-se o texto de Mueller (2006, p. 31), ao mencionar que

o gatilho da crise foi a impossibilidade de as bibliotecas universitárias e de pesquisa americanas continuarem a manter suas coleções de periódicos e a corresponder a uma crescente demanda de seus usuários, impossibilidade decorrente da falta de financiamento para a conta apresentada pelas editoras, cada ano mais alta, mais alta mesmo que a inflação e outros índices que medem a economia. Isso já vinha acontecendo nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, cujas bibliotecas já não conseguiam manter suas coleções atualizadas, mas a crise só detonou quando atingiu as universidades norte-americanas. Quando estourou a crise, novas alternativas para os periódicos científicos foram procuradas. [...] Essas alternativas começam a ganhar espaço nas discussões acadêmicas nos últimos anos da década de 80 e no início de década de 90.

Ainda segundo autora

um artigo que marcou época, *Scholarly Skywriting and the Prepublication Continuum of Scientific Inquiry*, de Stevan Harnad (1991), preconizava *skywriting* – escrever nos céus, uma expressão que ele criou para exprimir sua visão de futuro: ele previa que ‘a disseminação da palavra escrita na *Era Pós-Galáxia de Gutenberg* seria como escrever no céu, para todo mundo ver e adicionar seus comentários como se fosse grafite nos banheiros públicos’, mas em uma escala galáctica. [...] por essa época começam a surgir iniciativas concretas de acesso livre a textos acadêmico (HARNAD, 1998 apud MUELLER, 2006, p. 31).

Para Café e Lage (2002) e Kuramoto (2006b) o objetivo dos autores em publicar está mais voltado para divulgar seus trabalhos para obter reconhecimento profissional, influência e prestígio junto à sua comunidade, e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento da ciência, disseminando o conhecimento.

O que motivou o Movimento do Acesso Livre à comunicação científica iniciado por pesquisadores europeus e norte-americanos na década de 90 aconteceu em consequência do “custo crescente da assinatura dos principais periódicos científicos”, provocando a chamada crise dos periódicos científicos (KURAMOTO, 2009b, p. 7). Baptista e colaboradores (2007) mencionam que o acesso livre foi simultaneamente o resultado de uma reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas; e também da crescente conscientização do aumento do impacto provocado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras de acesso.

Após a definição do acesso livre, a seguir é apresentado um breve histórico dos Movimentos voltados a ele em sequência da data cronológica dos acontecimentos.

O *Open Archives Initiative* (OAI) teve seu marco consolidado em outubro de 1999 durante a Convenção de Santa Fé (EUA) realizada no Novo México, sob o prenuncio do *Council on Library and Information Resources* (CLIR), da *Digital Library Federation* (DLF), da *Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition* (SPARC), da *Association of Research Libraries* (ARL) e do *Los Alamos National Laboratory* (LANL) (TRISKA; CAFÉ, 2001; SILVA; ALCARÁ, 2009). Os princípios delineados pela Convenção de Santa Fé para uma nova filosofia à publicação científica são vários, mas os três principais citados por Triska e Café (2001) são: autoarquivamento, a revisão por pares e a interoperabilidade.

Autoarquivamento – quando o próprio criador do documento ou terceiros fazem o depósito nos repositórios;

Revisão por pares – alguns autores defendem que a produção científica disponível nos repositórios é tida como informação de qualidade. Para Kuramoto (2006b), os arquivos depositados nos repositórios podem ser revistos pelos pares e outros trabalhos não revisados;

Interoperabilidade – esse recurso da iniciativa OAI é fundamental para a implantação de todo repositório, pois a interoperabilidade permite as “conexões entre os sistemas de repositórios, como o reconhecimento dos metadados e a definição da arquitetura e usabilidade” (VARGAS, 2009, p. 25). Esse item cabe à parte operacional, à execução propriamente dita do repositório.

A partir desse evento, foi constituída a Iniciativa dos Arquivos Abertos que têm como meta principal contribuir para a transformação da comunicação científica (BAPTISTA et al., 2007).

A linha de ação proposta para essa mudança é a definição de aspectos técnicos e de suporte organizacional de uma estrutura de publicação científica aberta, na qual ambas, a camada comercial e livre, possam se estabelecer.

Essa convenção definiu as especificações técnicas e os princípios administrativos para se estabelecer um mínimo, mas potencialmente alto nível de interoperabilidade funcional entre esses repositórios. São necessários os seguintes componentes, essenciais para um arquivo de *e-prints*:

- Mecanismo de submissão;
- Sistema de armazenamento a longo prazo;
- Uma política de gestão para a submissão e preservação de documentos;
- Uma interface aberta que permita a terceiros coletar os metadados dos respectivos arquivos (BAPTISTA et al., 2007).

Portanto, para possibilitar o desenvolvimento e fornecimento de serviços de informação com valor agregado é preciso fornecer uma interface aberta que permita a terceiros coletar os metadados dos respectivos arquivos. O modelo *Open Archives*, estabelecido pela Convenção, pode ser visualizado na Figura 1, o mesmo possui dois atores: provedores de dados (*data providers*), que são as instituições de ensino superior produtoras de dados e os provedores de serviços (*service providers*), instituições ou serviços de terceiros que implementam os serviços com valor agregado a partir dos dados coletados junto aos arquivos *e-prints* ou repositórios digitais que disponibilizam aos usuários (BAPTISTA et al., 2007).

Figura 1 – Modelo *Open Archives*

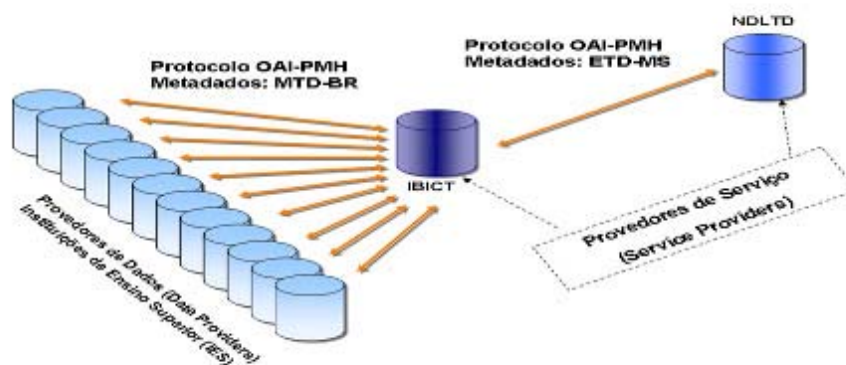


Figura 1. Esquema Funcional do Modelo Open Archives

Fonte: Kuramoto (2006b).

Os provedores de dados são os gestores de arquivos *e-prints* que devem ter no mínimo as seguintes funcionalidades: mecanismos de submissão para autoarquivamento; sistema de armazenamento em longo prazo; mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar a sua coleta por terceiros/provedores de serviços (OAI-PMH *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*) (BAPTISTA et al., 2007).

O modelo *Open Archives* proporciona alto nível de interoperabilidade, por meio de dois grandes pilares: 1) padrão de metadados *Dublin Core*; 2) protocolo de coleta de metadados, denominado OAI-PMH (KURAMOTO, 2006b).

A Declaração de Budapeste (*Budapest Open Access Initiative – BOAI*) ocorreu em dezembro de 2001, em Budapeste, promovida pela *Open Society*

Institute (OSI), essa reunião teve como objetivo discutir o acesso livre à literatura científica, onde foram definidas duas estratégias básicas, ambas baseadas no protocolo *Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH), definidas por Stevan Harnad como via verde e via dourada/ouro.

Harnad (2004), um dos precursores e incentivador do movimento Acesso Aberto à informação científica, esclarece as duas estratégias: a primeira via verde abrange o autoarquivamento de produções científicas já avaliadas pelos pares e/ou publicadas em periódicos especializados depositada de modo imediato nos repositórios institucionais, para a organização e disseminação da produção científica das instituições de pesquisa. “Compreende o arquivamento, por parte dos autores, de artigos científicos já publicados ou aceitos para publicação em um periódico referendado” (COSTA, 2006, p. 41). E a segunda estratégia via dourada/ouro, consiste na produção e ampla disseminação de periódicos eletrônicos de acesso aberto na rede e, desse modo, permite o livre acesso aos seus artigos (KURAMOTO, 2009b; HARNAD et al., 2004), “cujo acesso aberto a seus conteúdos é garantido pelos próprios editores” (COSTA, 2006, p. 41). A distinção entre as vias dourada e verde refere-se a locais. Via verde é depositada em repositórios, enquanto a via dourada/ouro é disponibilizada nos periódicos eletrônicos, e ambas permitem o livre acesso, mas não cedem os direitos dos autores (SUBER, 2008).

A Declaração de Bethesda ocorreu em 11 de abril de 2003, na sede do *Howard Hughes Medical Institute*, a equipe foi formada por cientistas, editores, bibliotecários e outros profissionais ligados à área biomédica, que resultou no documento *Bethesda Statement on Open Access Publishing*. A declaração indica duas condições que uma publicação deve ter para ser considerado acesso livre.

1. O(s) autor(es) e os detentores dos direitos de autor concedem a todos os utilizadores o direito de acesso gratuito, irrevogável, mundial e perpétuo; uma licença para copiar, utilizar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente assim como realizar e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital e com qualquer propósito responsável, sujeito à correta atribuição da autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal.
2. Uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença como determinado anteriormente, num formato eletrônico normalizado e apropriado, é depositada imediatamente após a publicação inicial, em pelo menos um repositório em linha que seja mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, agência

governamental, ou outra organização reconhecida que pretenda promover o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade, e o arquivamento a longo prazo (para as ciências biomédicas, PubMed Central é um desses repositórios) (SARMENTO et al., [2005]).

Finalizando as três declarações mais importantes, que deram origem a várias iniciativas pelo mundo, a Declaração de Berlim (*Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*) aconteceu em 22 de outubro de 2003, cujo foco foi apoiar o acesso aberto e o depósito de documentos nesse modelo de publicação. Essa declaração foi elaborada conforme as ideias das declarações de Budapeste e Bethesda e do *ECHO Charter* (iniciativa Europeia que pretende disponibilizar uma infraestrutura de acesso aberto para o patrimônio cultural da humanidade). A declaração de Berlim indica igualmente as duas condições que uma publicação deve ter para ser considerado acesso aberto supracitadas. A partir do *Berlin 3 Meeting*, que aconteceu em Southampton, Reino Unido, em fevereiro de 2005, os participantes recomendam o que as universidades devem fazer após implementarem a Declaração de Berlim:

1. Implementar uma política para exigir de seus pesquisadores o depósito de uma cópia de todos os seus artigos publicados em um repositório de acesso livre.
2. Encorajar seus pesquisadores a publicar seus artigos científicos em periódicos de acesso livre, desde que exista um periódico apropriado e que forneça suporte para que isso ocorra (SARMENTO et al., [2005]).

Essas iniciativas fizeram com que o Movimento de Acesso Aberto, ou seja, as declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim (BBB), “ganhasse proporções mundiais e recebesse apoio de diferentes organizações que têm o objetivo de conscientizar universidades, pesquisadores e demais produtores de informação científica a inserirem-se nessa nova filosofia” (SILVA; ALCARÁ, 2009, p. 101). Essas declarações apóiam o acesso global e irrestrito ao conhecimento científico, nomeadamente aos resultados da investigação, possibilitado pela publicação eletrônica. A Declaração de Budapeste foi complementada pelas declarações de Bethesda e Berlim (SARMENTO et al., [2005]).

O acesso livre no Brasil foi formalizado a partir de setembro de 2005, quando o IbiCT realizou o evento Manifestação Brasileira de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (Malic), o qual gerou o documento Paradigma do Acesso Livre

à Informação, que tem como objetivos: promover o registro da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação; promover a disseminação da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação; estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica; buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre à informação científica (MANIFESTO..., 2005).

A partir de então, torna-se necessário, o compromisso por parte da comunidade científica brasileira de apoiar o movimento mundial em favor do acesso livre à informação científica (MANIFESTO..., 2005).

É dever das instituições acadêmicas brasileiras se comprometerem

a:

1. criar repositórios institucionais e temáticos, observando o paradigma do acesso livre;
2. requerer que seus pesquisadores depositem uma cópia de todos os seus trabalhos publicados em pelo menos um repositório de acesso livre;
3. encorajar seus pesquisadores a publicar seus resultados de pesquisa em periódicos de acesso livre, onde houver um periódico apropriado para isso. Deve-se, além disso, prover o apoio necessário para que isso ocorra;
4. reconhecer a publicação em ambiente de acesso livre para efeito de avaliação e progressão acadêmica;
5. ter disponíveis, em ambiente de acesso livre, os periódicos editados pela instituição ou seus órgãos subordinados (MANIFESTO..., 2005).

Também é premissa que os pesquisadores (autores) se comprometam a: a) contribuir com o incremento de conteúdos em repositórios institucionais ou temáticos, depositando o maior número possível de seus trabalhos, publicados ou não, inclusive *pré e postprints*, material de aula, quando for o caso, entre outros materiais. b) depositar, obrigatoriamente, em um repositório de acesso livre publicações que envolvam resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos (MANIFESTO..., 2005).

E às agências de fomento é necessário: a) reconhecer a publicação científica em repositórios de acesso livre para efeito de avaliação da produção científica dos pesquisadores e de concessão de auxílios e financiamentos para pesquisa; b) recomendar aos pesquisadores que receberam auxílio financeiro para suas pesquisas que depositem uma cópia dos resultados publicados em um repositório de acesso livre e/ou que publiquem prioritariamente em periódicos

eletrônicos de acesso livre; c) recomendar aos pesquisadores que tiveram auxílio financeiro para participação em eventos que depositem uma cópia do seu trabalho em um repositório de acesso livre; d) promover e apoiar a construção e manutenção de repositórios institucionais e temáticos; e) apoiar, prioritariamente, a edição de publicações científicas eletrônicas de acesso livre; e, por fim, requerer que toda publicação científica financiada com recursos públicos tenham uma versão disponível eletronicamente em ambiente de acesso livre (MANIFESTO..., 2005).

Quanto às editoras comerciais de publicações científicas, é necessário: a) concordar em que os trabalhos por elas publicados com autoria de pesquisadores que obtiveram recursos públicos para suas pesquisas tenham uma cópia depositada em repositório de acesso livre; e b) disponibilizar uma versão eletrônica, em ambiente de acesso livre, das publicações impressas por elas editadas, cuja autoria seja de pesquisadores que obtiveram recursos públicos para suas pesquisas (MANIFESTO..., 2005). Já para as editoras não comerciais, é recomendável: a) disponibilizar uma versão eletrônica, em conformidade com o paradigma do acesso livre à informação, das publicações impressas por elas editadas; b) adotar os padrões que estejam em conformidade com aqueles estabelecidos pelo *Open Archives Initiative* (OAI) (MANIFESTO..., 2005).

Outras iniciativas brasileiras em favor do acesso aberto à informação científica foram:

A Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento, elaborada em 26 de setembro de 2005, pelos participantes do *International Seminar on Open Access* - evento paralelo do 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas e 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde, é de concordância que nessa declaração seria solicitado aos governos a alta prioridade ao Acesso Aberto nas políticas científicas incluindo:

- a exigência de que a pesquisa financiada com recursos públicos seja disponibilizada através de Acesso Aberto;
- a inclusão do custo da publicação como parte do custo de pesquisa;
- o fortalecimento dos periódicos nacionais de Acesso Aberto, de repositórios e de outras iniciativas pertinentes;
- a promoção da integração da informação científica dos países em desenvolvimento no escopo mundial do conhecimento (DECLARAÇÃO..., 2005a).

Na Declaração de apoio ao acesso aberto à literatura científica - Carta de São Paulo, elaborada em dezembro de 2005, consta que em benefício da comunidade científica, do desenvolvimento social e do interesse público, os profissionais presentes fazem um apelo a todas as instituições, associações profissionais, governos, bibliotecas, editores, fundações, entidades acadêmicas, cientistas, gestores educativos, pesquisadores e cidadãos para que observem os princípios mencionados nessa carta, referentes ao direito do autor, sua produção científica e que ajudem a ampliar o acesso à literatura acadêmica, auxiliando na eliminação das barreiras econômicas, comerciais e culturais existentes (DECLARAÇÃO..., 2005b).

A Declaração de Florianópolis foi formalizada pelos pesquisadores brasileiros da área da Psicologia, reunidos em Florianópolis/SC, em 19 de maio de 2006, durante o XI Simpósio de Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), e manifestaram o seu apoio ao movimento mundial da comunidade científica em favor do acesso aberto à literatura de pesquisa qualificada e revisada por pares (ANPEPP, 2006).

Kuramoto (2006a) descreve que no Encontro Aberto “Acesso à Informação Científica: aspectos políticos, tecnológicos e diferenças disciplinares”, realizado no dia 18 de julho de 2006, no contexto da 58ª Reunião da SBPC, em Florianópolis, representantes de diversas associações e instituições, em conjunto com os participantes do evento, elaboraram a Carta Aberta à SBPC, na qual solicitam às associações científicas, particularmente as filiadas à SBPC, que discutam a questão do acesso aberto e considerem manifestar-se nos termos dos documentos já elaborados nessa temática, além disso, solicitam à SBPC que encaminhe recomendação aos vários órgãos governamentais atuantes nas áreas de ciência, tecnologia e educação, em especial às agências de fomento, para que integrem esforços a fim de:

- promover as ações preconizadas pelo movimento brasileiro de acesso aberto à informação científica;
- promover e apoiar a construção de repositórios digitais com vistas ao registro e disseminação da produção científica das instituições brasileiras de ensino superior e de pesquisa; e
- ampliar as fontes de informação existentes nas bibliotecas das IES, em apoio ao ensino de graduação e pós-graduação, além da pesquisa (KURAMOTO, 2006a).

Discutindo a questão do acesso aberto à literatura científica, verifica-se que as ações principais foram a criação de repositórios institucionais em universidades e a edição de periódicos científicos em acesso aberto (COSTA, 2008). Para Costa (2008, p. 219-220) “o termo acesso aberto à literatura científica foi consensualmente definido como acesso à literatura que é digital, *online*, livre de custos, e livre de restrições desnecessárias de *copyright* e licenças de uso” conceito este baseado nas declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim.

Harnad (1999, tradução nossa) assevera que a produtividade dos pesquisadores tem mais visibilidade quando o acesso aos conteúdos é aberto, pois o impacto provocado na comunidade é medido pelo grau de usabilidade alcançado. O autor trabalha com a ideia de que a revisão por pares se torna um controle de qualidade e certificação. Por esse motivo, é favorável a inserir e disponibilizar abertamente com o protocolo OAI (*Open Archives Initiative*) os trabalhos dos pesquisadores, avaliados e a serem avaliados pelos pares, permitindo assim maior acesso e contribuindo para o compartilhamento.

Peter Suber (2008, tradução nossa), em seu *blog*, esclarece que ele e Stevan Harnad concordam ao mencionar que acesso aberto é um termo ambíguo, porque para alguns o acesso aberto é literatura digital, *online* e gratuito; ele remove barreiras de preço, mas não as barreiras de permissão. Para outros, o acesso aberto é a literatura digital, *online*, de forma gratuita e livre de direitos autorais desnecessários e de restrições de licenciamento. Ele remove as barreiras tanto de preço, como as de permissão. Ele permite a reutilização dos direitos que excedam para uso.

Harnad (1999, tradução nossa) trata em seu artigo de custos e descreve sua preocupação com os direitos de autor. Ele acredita que a transferência de direitos autorais tem a finalidade de recuperar os seus custos, pagar taxas de seus autores, *royalties*, e fazer um lucro justo, que é como deveria ser. Mas sem a transferência de direitos autorais e o direito resultante de cobrar por seu produto, não haveria o porquê de publicar livros. Os livros são escritos para serem vendidos, e não doados.

No entanto, percebe-se que com a Iniciativa dos Arquivos Abertos, houve ampla divulgação das produções científicas, beneficiando autor e instituição proponente, com a maximização do impacto de suas produções. Corroborando com essa ideia o Ibict apresentou três motivos que os levaram a aderir a essa iniciativa, a

saber: ampliar a visibilidade nacional e internacional da produção intelectual brasileira em C&T; melhorar o fluxo de comunicação científica e tecnológica; e incrementar o ciclo de geração de novos conhecimentos (TRISKA; CAFÉ, 2001, p. 92).

Com a sensibilização e os esforços para divulgar as produções científicas em acesso livre,

é importante ressaltar que as pesquisas científicas, em sua maioria, são financiadas pelo Estado, portanto, com recursos públicos. Do ponto de vista ético, os resultados dessas pesquisas deveriam ser de livre acesso. Não é isso, entretanto, o que acontece no sistema de comunicação científica tradicional. [...] pois o Estado, para promover o acesso àquilo que produz, é obrigado a arcar com os custos de manutenção das coleções das revistas em que são publicados os resultados de sua produção científica (KURAMOTO, 2006b, p. 92).

Além do alto custo das assinaturas dos periódicos, outra preocupação é referente “aos direitos autorais, os quais são entregues aos editores das revistas. Os autores nada recebem pelas publicações de seus trabalhos, tendo muitas vezes de pagar para ver seus trabalhos publicados” (KURAMOTO, 2006).

Um dos padrões de licenças de acesso e uso do conteúdo digital mais conhecido é o *Creative Commons*, designado pela sigla CC, responsável por distribuir licenças e ferramentas para o compartilhamento de conteúdo digital de cunho não comercial e dando a liberdade de disseminação aos autores (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 76).

“Para suprir todas as possíveis maneiras de se disponibilizar uma obra por meio das licenças livres desenvolveu-se o *Creative Commons*, forma pela qual criadores de trabalhos disponibilizam sua obra recorrendo-se a critérios previamente definidos” (SEGNINI; ZAFALON, 2010). “Foi para poder atender todas as possibilidades de combinação de liberdades oferecidas pelas ‘licenças livres’ que o projeto *Creative Commons* foi criado” (ORTELLADO; MACHADO, 2006, p. 9).

O uso da licença sobre a utilização de material intelectual (*Common License/Creative License - Creative Commons*) segue a lei de direitos autorais (VIANA; MÁRDERO ARELLANO; SHINTAKU, [2006]).

No Brasil, a Lei de Direitos Autorais é a Lei 9.610, promulgada em 19 de fevereiro de 1998, que trata de Direitos do Autor, no Capítulo I, no Art. 22,

descreve que “pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou” (BRASIL, 1998). A “lei de direitos autorais garante ao autor o controle exclusivo sobre a sua obra e, para alguns, são válidas tanto no ambiente impresso (mundo real) quanto no eletrônico (mundo virtual)” (CAFÉ; LAGE, 2002).

A licença (autorização) *Creative Commons* trata de

um projeto global, presente em mais de 40 países, que cria um novo modelo de gestão dos direitos autorais. No Brasil, ele é coordenado pela Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro. Ele permite que autores e criadores de conteúdo, como músicos, cineastas, escritores, fotógrafos, blogueiros, jornalistas e outros, possam permitir alguns usos dos seus trabalhos por parte da sociedade. Assim, se eu sou um criador intelectual, e desejo que a minha obra seja livremente circulada pela Internet, posso optar por licenciar o meu trabalho escolhendo alguma das licenças do Creative Commons. [...] A razão para o surgimento do Creative Commons é o fato de que o direito autoral possui uma estrutura que protege qualquer obra indistintamente, a partir do momento em que a obra é criada. Em outras palavras, qualquer conteúdo encontrado na Internet ou em qualquer outro lugar é protegido pelo direito autoral (LEMOS 2005).

Figura 2 – Logotipo da *Creative Commons*



Fonte: Wikipédia (2011).

A Figura 2 trata da marca da *Creative Commons* e abaixo segue a descrição de cada símbolo da licença⁴ na versão 3.0.



Atribuição - o autor autoriza a livre cópia, distribuição e utilização da obra, inclusive para fins comerciais. Entretanto, a obra deverá sempre dar o devido crédito, em todos os meios de divulgação.



Uso não comercial - Nesta opção, o autor autoriza a livre cópia, distribuição e utilização da obra. Entretanto, o autor não permite que a obra seja modificada, devendo ser sempre mantida intacta, sendo vedada sua utilização para a criação de obras derivadas. Assim, a obra do autor não poderá ser remixada, alterada, ou reeditada sem a

⁴ Para maiores esclarecimentos acesse o site
<http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=35>.

permissão expressa do autor ou criado, devendo permanecer sempre igual ao modo original em que foi distribuída.









Não a obras derivadas - Pelos termos desta licença, o autor autoriza a livre cópia, distribuição e utilização da obra. Entretanto, o autor veda qualquer distribuição, cópia, utilização e distribuição que tenha fins comerciais. Isto significa que qualquer pessoa que tenha obtido acesso à obra não pode utilizá-la para fins comerciais, como, por exemplo, vendê-la ou utilizá-la com a finalidade direta de obtenção de lucro.



Compartilhamento pela mesma licença - Pelos termos desta licença, o autor autoriza a livre cópia, distribuição e utilização da obra. Entretanto, o autor impõe a condição de que, se a obra for utilizada para a criação de obras derivadas, como, por exemplo, um livro sendo traduzido para outro idioma ou uma foto sendo incluída em um livro, ou mesmo e casos de incorporação da obra original como parte de outras obras, o resultado deve ser necessariamente compartilhado pela mesma licença. Assim, uma obra licenciada pela modalidade “compartilhamento pela mesma licença” só pode ser utilizada em outras obras se essas outras obras também forem licenciadas sob a mesma licença Creative Commons (LEMOS, 2005).

No Quadro 4 apresentam-se os tipos de licença *Creative Commons* na versão 3.0 que podem ser combinadas e recombinaadas. Um determinado autor pode escolher licenciar sua obra, por exemplo, pela modalidade Atribuição/uso não comercial ou pode optar apenas por Atribuição. O autor pode licenciar sua obra no *site* <<http://creativecommons.org/choose/?lang=pt>>.

Quadro 4 – Descrição da licença *Creative Commons*

SÍMBOLO	TERMINOLOGIA / SIGLA
	Atribuição (BY)
	Atribuição – Uso não comercial (BY-NC)
	Atribuição – Uso não comercial – Não a obras derivadas (BY-NC-ND)
	Atribuição - Uso não comercial (BY-NC)
	Atribuição - Uso não comercial – Compartilhamento pela mesma licença (BY-NC-SA)
	Atribuição - Compartilhamento pela mesma licença (BY-SA)

Fonte: adaptação de Lemos (2005).

A licença pode ser obtida de três maneiras: Licença para leigos (*Commons Deed*) é um resumo da licença de forma simples, completa e com os ícones relevantes a serem adotados pelo autor em seu artigo; Licença jurídica: refere-se a uma licença detalhada, que trará ao autor validação perante o judiciário; e Licença para máquinas: é uma versão que pode ser legível por máquinas, permitindo que mecanismos de busca identifiquem a obra e seus termos de uso (TORINO, 2010, p. 45).

O acesso livre e a iniciativa dos arquivos abertos levaram as pesquisas financiadas pelas instituições públicas a adotarem esses movimentos. Portanto, esse novo serviço torna-se irrevogável e perpétuo à produção científica. Esse novo modo de realizar a comunicação científica gera o uso de novos produtos, como: periódicos eletrônicos, bibliotecas digitais de teses e dissertações e os repositórios digitais (VARGAS, 2009).

Neste estudo, o foco é o repositório que corrobora Kuramoto (2006b, p. 92) ao mencionar que grande parte das pesquisas científicas são custeadas pelo Governo, “mas do ponto de vista ético, os resultados dessas pesquisas deveriam ser de livre acesso”. No entanto, não é isso que ocorre no sistema de comunicação

científica tradicional. Em sua maioria, o pesquisador ou qualquer outro indivíduo que deseja ter acesso “àquilo que foi produzido com o apoio do Estado, precisará pagar pela assinatura de uma publicação científica” (KURAMOTO, 2006b, p. 92). Trata-se de uma situação paradoxal, pois o Estado deveria promover o acesso àquilo que produz e é obrigado a arcar com os custos de manutenção das coleções das revistas em que são publicados os resultados de sua produção científica. É evidente que essas coleções disseminam também resultados de pesquisas promovidas por outros países e instituições. Por esse motivo, justifica-se a criação de um repositório temático de Moda e *Design*, como parte desse processo de compartilhamento da informação e do conhecimento da produção científica financiada pelo governo.

2.4 PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO PARA O COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: ÊNFASE NOS REPOSITÓRIOS

O Movimento do Acesso Aberto à informação científica utilizou como estratégia o desenvolvimento de alguns produtos e serviços *online* de acesso gratuito que pudessem auxiliar na visibilidade e no impacto das publicações nas comunidades científicas e acadêmicas. Destacam-se, nas bibliotecas universitárias, os periódicos eletrônicos, as bibliotecas digitais e os repositórios, ferramentas que se tornaram fontes de preservação e disseminação de produções científicas. Muitos desses produtos são desenvolvidos com a participação das bibliotecas, seja em sua implantação, apoio técnico e/ou divulgação (GUILHEM, 2010).

O conteúdo disponível nos repositórios é voltado à informação científica, sendo a produção intelectual da comunidade acadêmica (docentes, discentes e servidores), e também podem ser incluídos a vasta documentação de atividades das próprias instituições. “Os repositórios institucionais podem ser pensados como parte de uma ação dentro da gestão documental, que inclui sua criação, tratamento, transmissão e acesso” (VIANA; MÁRDERO ARELLANO; SHINTAKU, [2006]).

Além de compartilhar a informação científica, Slack, Chambers e Johnston (2002, p. 139) esclarecem que “o objetivo de projetar produtos e serviços é satisfazer aos consumidores, atendendo as suas necessidades e expectativas atuais e/ou futuras.” Assim, atender a comunidade universitária do Câmpus Regional de Cianorte, de forma que possa dar subsídios aos alunos, docentes e técnicos com

relação à disseminação de suas produções científicas, bem como auxiliá-los no desenvolvimento de suas pesquisas.

Neste estudo, a ênfase será nos repositórios, tendo em vista a pretensão de obter justificativas que contribuam para a implantação de um repositório temático institucional nas áreas de Moda e *Design* para compartilhamento da informação e do conhecimento, bem como propor uma política de informação institucional (PII) voltada para o funcionamento do repositório.

Além de promover a visibilidade da produção técnico-científica e acadêmica, os repositórios digitais permitem o controle bibliográfico, aumentando a competição e reduzindo tanto a dispersão da informação quanto o monopólio das publicações em série. E assim, contribui para a diminuição dos custos no acesso à informação científica, ressaltando a relevância da própria instituição (MARQUES; MAIO, 2010).

Um repositório institucional de acesso aberto constitui, portanto, um serviço de informação científica – em ambiente digital e interoperável – dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição. Contempla, por conseguinte, a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição (LEITE, 2009, p. 21).

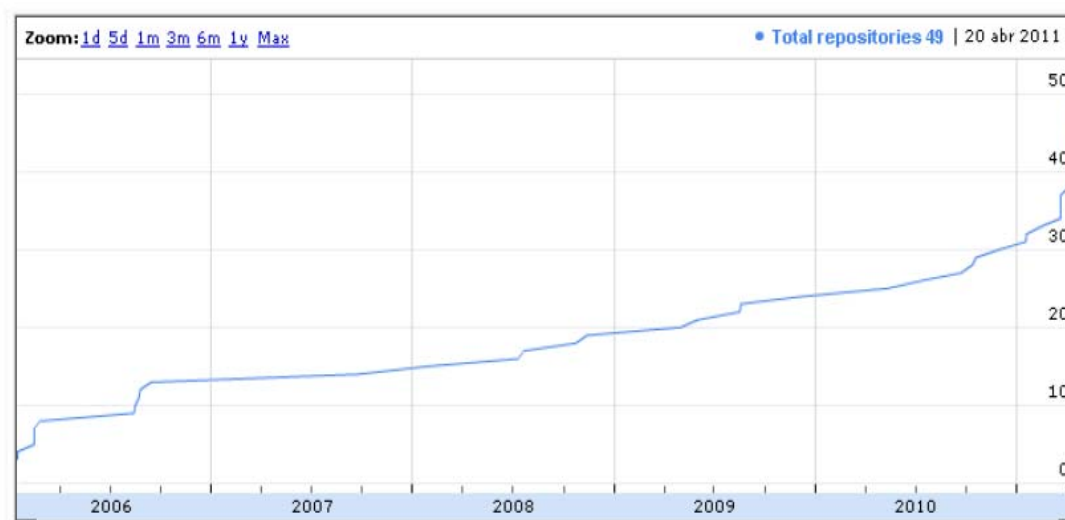
O primeiro repositório digital que se tem documentado baseado na filosofia dos arquivos abertos é o ArXiv, surgiu em agosto de 1991 no laboratório de Los Alamos, no Novo México, criado pelo físico Paul Ginsparg, este repositório cobria as áreas de física, disciplinas correlatas, matemática, ciências não-lineares, linguística computacional e neurociência (TRISKA; CAFÉ, 2001).

Os indicadores de repositórios poderão ser verificados nos bancos de dados do *Directory of Open Access Repositories* (OpenDOAR) e do *Registry of Open Access Repositories* (ROAR), são diretórios onde as instituições registram seus repositórios de acesso livre. Kuramoto (2006b, p. 96) menciona que o ROAR “possui uma metodologia de verificação de conformidade dos repositórios com o protocolo OAI-PMH, o qual possibilita o acompanhamento do crescimento dos repositórios, classificando-os por quantidade de registros, por países e por tipo de aplicação”. A inscrição nesses bancos de dados é voluntária, ressaltando que o registro nesses diretórios é voluntário, por isso pode haver um número maior de repositórios no Brasil do que o mencionado.

Na lista de discussão de repositórios moderada pela Dr^a Bianca Amaro de Melo (Coordenadora do Laboratório de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação/Ibict) no dia 21 de março de 2011, foi solicitado às instituições participantes do Projeto RI / Ibict que se cadastrassem nos bancos de dados aos *sites* de coleta: ROAR e OpenDOAR, devido ao levantamento da Rede Federada Latino-Americana de Repositórios Institucionais de Documentação Científica. Portanto, a convocação das Instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisa que participam do Projeto “Repositórios Institucionais”, coordenado pelo Ibict, foi realizada para que o seu Repositório ganhe visibilidade nas próximas estatísticas mundiais (L_repositorios, 2011).

Na Figura 3 o OpenDOAR indica o crescimento da existência de repositórios digitais no Brasil, isso demonstra a iniciativa das instituições em compartilhar a informação e o conhecimento por uso das TICs, bem como permitir o uso de suas produções livres de custo.

Figura 3 – Crescimento dos repositórios no Brasil na base do OpenDOAR



Fonte: OpenDOAR (2011a).

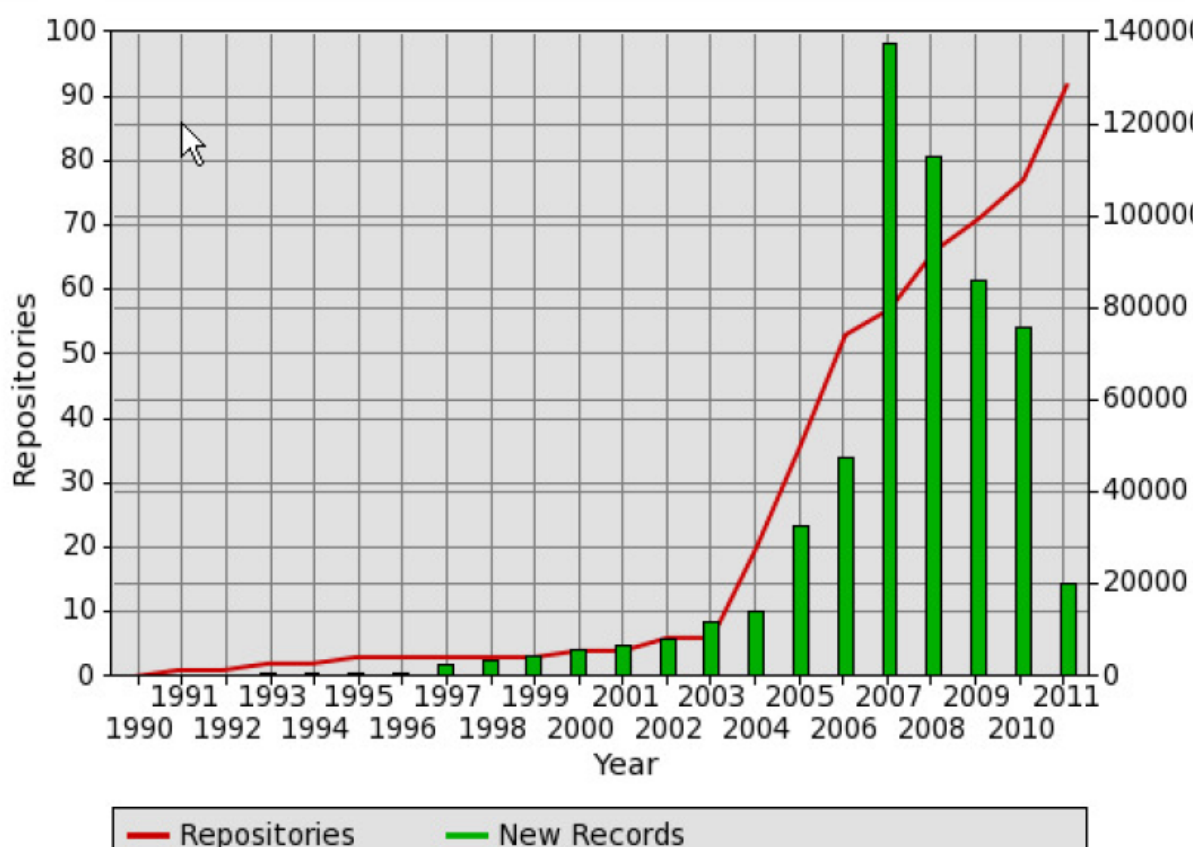
As instituições cadastradas no OpenDOAR totalizam 47 instituições brasileiras que aderiram ao acesso livre; 11 repositórios que fazem parte deste estudo estão cadastrados no OpenDOAR, quais sejam, PUC-RJ, UnB, Unesp, UFBA, UFG, UFSC, UFMA, UFPR, UFRN, UFRGS e UTFPR (Anexo A). A cada ano ocorre um aumento considerável de criação de repositórios, percebido na Fig. 3. A

iniciativa do Ibict com a doação do *kit* tecnológico tem grande valor por ser um apoio a mais às instituições para divulgar o acesso livre à produção científica.

Esses gráficos demonstram a importância da criação dos repositórios como fontes de compartilhamento de informação, pois os mesmos permitem o acesso aberto no contexto do que significa a disponibilização livre pública na Internet, de forma a autorizar qualquer usuário a leitura, *download*, cópia, distribuição, impressão, busca ou criação de *links* para os textos completos dos artigos, bem como capturá-los para indexação ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal (LEITE, 2009, p.15).

Na Fig. 4 é demonstrado o crescimento dos repositórios brasileiros cadastrados no ROAR, nela são apresentadas 92 instituições (Anexo B), das quais 12 dos repositórios pesquisados estão cadastrados no ROAR até o momento da consulta, são elas: PUC-RJ, UnB, Unesp, UEM, UFG, UFMG, UFSC, UFMA, UFPR, UFRN, UFRGS e UTFPR.

Figura 4 – Crescimento dos repositórios no Brasil na base do ROAR



Fonte: ROAR (2011).

A proposta deste estudo está relacionada a um repositório temático, mas vale ressaltar que todo repositório é digital e esse em questão é considerado institucional, pois está ligado diretamente a um departamento da instituição. Por conseguinte, em todas as modalidades e aspectos, haverá relação com o tema principal.

Para Leite (2009), repositório digital é definido como a reunião de uma coleção de documentos digitais, é destinado ao gerenciamento da produção técnico-científica das instituições, que requer a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e disseminação dessas produções e assim contribuir para maximizar a visibilidade da ciência local. Conceito esse que corrobora a definição do Ibict (2008), o qual entende que os repositórios digitais “são sistemas de informação que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de comunidades científicas”.

Hirwade e Hirwade (2008, tradução nossa) definem que um repositório institucional consiste de coleções de conteúdos digitais, formalmente organizados e gerenciados, produzidos por docentes, discentes e servidores da instituição. O conteúdo desses repositórios pode estar disponível para integrar o sistema da biblioteca, o sistema de gerenciamento dos cursos, e também estar disponível para a comunidade.

O Projeto Alfa⁵ Biblioteca de Babel tem como missão atingir a excelência e a qualidade na educação. Ele teve como proposta inicial elaborar uma diretriz a respeito do desenvolvimento de serviços baseados no uso das TICs e assim elegeram o repositório institucional como um serviço fundamentado na tecnologia de informação e comunicação, afirmam que o “repositório institucional é um sistema de informação que reúne, preserva, divulga e permite o acesso à produção intelectual e acadêmica das comunidades universitárias” (DIRETRIZES..., [2007]).

Segundo Lynch (2003, tradução nossa), um repositório institucional de uma universidade é um conjunto de serviços que a universidade oferece aos membros de sua comunidade (docentes, alunos e funcionários) para a gestão e a disseminação da produção intelectual criada por eles. Salaria ainda a importância

⁵ América Latina Formação Acadêmica

da preservação, a longo prazo, da organização desses materiais para a garantia do acesso e a do compartilhamento.

Crow (2002, tradução nossa) afirma que os repositórios institucionais são coleções digitais que capturam, preservam e disseminam a produção intelectual da comunidade universitária; respondem a duas questões estratégicas enfrentadas pelas instituições acadêmicas: 1) fornecem um componente básico na correção da comunicação culta por meio do estímulo à inovação em uma estrutura dispersa de publicações; e 2) servem como indicadores tangíveis da qualidade de uma instituição, aumentando a sua visibilidade, seu prestígio e seu valor público.

Barrueco Cruz e colaboradores (2010) definem o repositório institucional como um conjunto de serviços prestados pelas universidades ou centros de pesquisa a sua comunidade para reunir, administrar, disseminar e preservar sua produção científica digital por meio de uma coleção organizada, de acesso aberto e interoperável.

A partir dessas definições, é possível resumir que o repositório institucional é um produto que permite a leitura, *download*, cópia, distribuição, impressão, busca ou criação de *links* para os textos completos dos artigos, com as características de: capturar, reunir, organizar, armazenar, preservar, divulgar/disseminar, disponibilizar a produção intelectual da comunidade universitária (docentes, alunos, funcionários ou ex-alunos) com o papel de fornecer uma mudança na comunicação científica, estimulando a inovação em uma estrutura de publicação de acesso aberto. Todas essas etapas levam a crer que o repositório institucional tem a missão de indicador tangível da qualidade de uma instituição, aumentando assim a visibilidade, o prestígio e agregando valor a seus autores e a sua instituição.

Após as conceituações de autores especialistas na área de repositórios, Leite (2009) classifica os repositórios em três tipos: primeiro os repositórios institucionais; segundo os repositórios temáticos ou disciplinares; e terceiro os repositórios de teses e dissertações. Os repositórios digitais têm sido tratados em dois aspectos: primeiro são os repositórios voltados para o armazenamento, preservação e disseminação da produção intelectual de uma instituição (repositórios institucionais); e o segundo voltado à produção intelectual de uma disciplina (repositórios temáticos) (COSTA; LEITE, 2006).

Como o estudo é direcionado a um repositório temático, apresenta-se a definição de Café e colaboradores (2003) a respeito do tema, para os autores

repositório temático se constitui em um conjunto de trabalhos de pesquisa de uma determinada área do conhecimento, disponibilizados na Internet. Esses repositórios utilizam tecnologias abertas e seguem a filosofia da Iniciativa dos Arquivos Abertos, promovendo a maior acessibilidade à produção dos pesquisadores e à discussão entre seus pares.

Complementa-se com a conceituação de Kuramoto (2006b, p. 83), ao mencionar que os repositórios temáticos são um conjunto de serviços oferecidos por uma sociedade, associação ou organização, para gestão e disseminação da produção técnico-científica em meio digital, de uma área específica ou subárea específica do conhecimento.

Portanto, há outras características reservadas aos repositórios, apresentadas a seguir por Silva e Tomaél (2008), a saber: primeiramente é avaliado conforme o objetivo: Acadêmico-científicos: pretendem tornar visível e compartilhar a produção científica de IES e de sociedades científicas. Artísticos, culturais e sociais: produções que contribuam para o desenvolvimento social e cultural. Conforme o conteúdo: Temático: foco em determinada área do conhecimento. Institucional: geralmente multidisciplinar e destinado à produção de uma instituição específica; podem agregar produções acadêmico-científicas, técnicas e administrativas. Tipo de documento – Diversidade: Monodocumentais: orientado para um tipo de documento, como periódicos, anais, teses e dissertações entre outros. Multidocumentais: agregam vários tipos de documentos. Administração: Consorciados: quando há parceria entre várias instituições. Centralizados: administração única. Descentralizados: com administração distribuída em diferentes pontos da Instituição, como departamento e biblioteca. Governamentais: mantido por órgãos governamentais em vários âmbitos. Tipo de objeto digital: Textual: quando arquivam apenas em formatos baseados em texto. Multimidiáticos: armazenam objetos digitais em formatos diversos (textos, imagens e sons). Natureza da Informação: Primários: armazenam fontes primárias – artigos de periódicos, comunicações, livros, teses e dissertações – diretamente no servidor. Agregadores: reúnem metadados de vários repositórios ou reúnem os documentos armazenados em outros repositórios, equivalente a fontes secundárias. Sistema de avaliação: *Peer-reviewed*: periódicos e

comunicações de congressos. Não-avaliados (ou mistos): armazenam *pré-prints*, outros documentos não-avaliados e documentos avaliados e arquivados com autorização dos editores.

Além das características já citadas, a respeito de um repositório, elencam a seguir outras características baseada nas ideias de Café e colaboradores (2003), Weitzel (2006b) e Marques e Maio (2010), são elas:

- o autoarquivamento da produção científica, que é um dos principais pilares em um repositório;
- interoperabilidade é a possibilidade de comunicação entre os diferentes sistemas e o acesso livre para todos os interessados em pesquisar e baixar arquivos da produção científica, é possível depositar artigos já publicados ou quaisquer outras publicações *online*, com o objetivo de possibilitar o acesso aos textos completos dos trabalhos já publicados bem como os dados descritivos (metadados) de autoria, título, palavras-chave e outros descritores. Ambos autores consideram-na um fator primordial, pois possibilita a busca em um só local e a reunião de conteúdos dos diferentes tipos de publicações *online* produzidas por diferentes *softwares* sem conflitos;
- acesso aberto a documentos e/ou arquivos de produção científica;
- processamento automático dos mecanismos de discussão entre os pares, isso significa que, durante o desenvolvimento de uma pesquisa, o autor possa se comunicar com seus pares;
- geração de versões de um mesmo documento;
- os repositórios digitais não são publicações, são como bibliografias especializadas (são serviços de indexação e resumo constituídos pelas próprias comunidades científicas);
- variedade na tipologia documental;
- preservação digital.

Portanto, acredita-se no forte potencial dos repositórios digitais para promover o acesso aberto à informação e à comunicação científica a partir do uso de elementos que facilitem a recuperação, acesso e uso das informações contidas

nesses ambientes informacionais digitais. O uso e a popularização dos repositórios digitais acontecem à medida que seu público-alvo percebe seus benefícios e encontra na customização desses ambientes informações claras, concisas, recursos acessíveis e baixa taxa de erros (RIBEIRO; VIDOTTI, 2009).

“A utilização de padrões nacionais e internacionais para tratamento dos recursos de informação é uma prática” comum entre as instituições que adotam o repositório como produto e serviço de informação para divulgação de sua produção científica “[...] sobretudo, à integração e compartilhamento de informações com outros sistemas” (PAVÃO et al., 2008, p. 9). O protocolo mais utilizado é o OAI-PMH (*Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting*), “um protocolo de comunicação com a finalidade de operacionalizar a coleta e o compartilhamento de metadados entre dois ou mais sistemas de informação, a partir de aplicações baseadas na interoperabilidade” (AGUIAR, 2010). Os metadados podem ser coletados por sistemas virtuais globais (provedores de serviços). Esse esquema permite a navegação de forma integrada por qualquer usuário, conforme é feito em uma base de dados, mas com a vantagem do acesso ao texto completo (WEITZEL, 2006b).

Leite (2009) elenca uma série de benefícios de um repositório institucional para a universidade, para a comunidade científica, bem como para os pesquisadores. Visto que as instituições de ensino têm utilizado os repositórios institucionais para:

- melhorar a comunicação científica interna e externa à instituição;
- maximizar a acessibilidade, o uso, a visibilidade e o impacto da produção científica da instituição;
- retroalimentar a atividade de pesquisa científica e apoiar os processos de ensino e aprendizagem;
- apoiar as publicações científicas eletrônicas da instituição;
- contribuir para a preservação dos conteúdos digitais científicos ou acadêmicos produzidos pela instituição ou seus membros;
- contribuir para o aumento do prestígio da instituição e do pesquisador;
- oferecer insumo para a avaliação e monitoramento da produção científica;
- reunir, armazenar, organizar, recuperar e disseminar a produção científica da instituição (LEITE, 2009, p. 22).

Segundo Muller, Freitas e Silva (2010), a proposta de criação de um repositório é “disseminar maciçamente a produção acadêmica, evitando que os

trabalhos de pesquisa fiquem guardados em prateleiras”, bem como oferecer um espaço digital livre para publicar toda a produção técnica e acadêmica da organização. Baseado no texto dos autores acima citados, que trata dos critérios apontados pela Escola de Governo do Paraná, inseridos no Movimento do *Open Access*, dos Recursos Educacionais Abertos e na Ecologia do Conhecimento (política de compartilhamento), este estudo também pretende criar um repositório temático institucional em Moda e *Design* para a Universidade Estadual de Maringá. Desse modo, os benefícios de um RTI em Moda e *Design* podem ser:

- disponibilizar livre e gratuitamente na Internet a produção técnico-científica e acadêmica oriunda das ações dos docentes, discentes e servidores envolvidos nas respectivas áreas (haja vista o alto custo de livros, periódicos impressos e a escassez de fontes das áreas);
- compartilhar artigos de revistas e periódicos, apresentação em eventos, participação em concursos;
- oferecer um mecanismo fácil e ágil para o armazenamento, a divulgação e o acesso à produção intelectual dos docentes, discentes e servidores envolvidos nas respectivas áreas;
- publicar artigos científicos que contribuam para a expansão do conhecimento nas áreas de Moda e *Design*;
- aumentar o impacto dos trabalhos desenvolvidos pelos docentes, discentes e servidores envolvidos nas respectivas áreas;
- preservar a memória organizacional;
- ampliar a visibilidade e a acessibilidade da produção do conhecimento, para que se produza mais e com mais qualidade.

Tais benefícios estão de acordo com aqueles apontados na literatura por Leite (2009), os benefícios apontados por ele para a universidade são:

- favorece o uso e reuso de informações produzidas;
- provê um ponto de referência para os trabalhos acadêmicos que podem ser interoperáveis com outros sistemas e maximiza a eficiência entre eles e o compartilhamento de informações;
- aumenta a visibilidade, reputação e prestígio da instituição;
- melhora a precisão e completude dos registros dos documentos acadêmicos da instituição;

- facilita o gerenciamento dos direitos de propriedade intelectual da instituição;
- reduz custos de gestão da informação científica;
- provê um recurso de informação que serve como ferramenta de *marketing* – isto pode atrair pesquisadores, estudantes e financiamentos de pesquisa;
- contribui para o processo de avaliação das atividades de pesquisa;
- oferece flexibilidade e possibilidade de integração com outros sistemas de gestão e disseminação da produção científica institucional;
- contribui para a missão e valorização da instituição no que diz respeito à transparência, à liberdade de discurso e à igualdade. (LEITE, 2009, p. 25).

Vantagens para a comunidade científica:

- contribui para a colaboração na pesquisa, por meio da facilitação de troca livre de informação científica;
- contribui para o entendimento público das atividades e esforços de pesquisa;
- reduz custos (ou pelos menos direciona sua realocação) associados com assinaturas de periódicos científicos;
- favorece a colaboração em escala global na medida em que explicita resultados de pesquisa e põe autores em evidência. (LEITE, 2009, p. 25).

Para os pesquisadores Packer e Meneghini (2006), o principal benefício é a visibilidade, pois é uma característica desejável da comunicação científica.

Ela [visibilidade] representa a capacidade de exposição que uma fonte ou fluxo de informação possui de, por um lado, influenciar seu público alvo e, por outro, ser acessada em resposta a uma demanda de informação. O conceito de informação utilizado aqui se refere ao conteúdo de textos elaborados a partir de conexões de dados e aos dados propriamente ditos. Neste sentido, visibilidade se aplica aos diferentes componentes e processos que conformam o conjunto da comunicação científica, incluindo índices e bases de dados bibliográficas, publicações em geral, autores, instituições de fomento e de pesquisa, projetos, eventos etc (PACKER; MENEGHINI, 2006, p. 237).

Para os autores o conceito adquiriu relevância na segunda metade do século passado com a crescente importância da ciência no âmbito internacional e também nos governos nacionais, nas políticas públicas relacionadas com o

desenvolvimento econômico e social e na sociedade do conhecimento, destacando o crescimento da pesquisa científica, quando informam:

O crescimento da pesquisa científica em escala mundial e a necessidade intrínseca da comunicação dos seus resultados provocaram um aumento radical das publicações científicas, fenômeno identificado como 'explosão da informação' (PACKER; MENEGHINI, 2006, p. 238).

Após explicitar as características, as funcionalidades e os benefícios que um repositório pode oferecer aos autores, à instituição e à comunidade, e segundo foi explanado nas "Diretrizes para a criação dos repositórios institucionais nas universidades e organizações de educação superior", outros resultados esperados são:

- Proporcionar à comunidade universitária um espaço onde armazenar a informação produzida, se contribuindo com uma melhora do aprendizado pessoal e coletivo;
- Preservar a produção científica, acadêmica e corporativa da instituição, se garantindo a memória histórica da mesma;
- Integrar o acesso ao conteúdo do repositório por meio da plataforma de aprendizagem virtual, facilitando a aprendizagem;
- Maximizar a visibilidade da produção científica, acadêmica e institucional, potencializando o impacto da universidade;
- Mostrar a própria produção, avaliando o rendimento da instituição e facilitando a política científica;
- Difundir a ciência produtiva, transferindo conhecimento ao setor produtivo;
- Munir aos professores dessa ferramenta de autoarquivo, facilitando a comunicação entre seus pares e alunos;
- Integrados em redes mais amplas por intermédio das tecnologias interoperáveis, tem-se um *feedback* da investigação (DIRETRIZES...[2007]).

Após apresentar os conceitos de repositórios, indaga-se a respeito da conceituação entre repositórios e bibliotecas digitais, a saber: Uma biblioteca digital é um repositório institucional? Repositórios e bibliotecas digitais podem ser considerados sinônimos? Ao recorrer à literatura para dar subsídios que pudessem responder esse questionamento, foram selecionados os autores Aguiar (2010), Almeida (2010) e Calzada Prado (2010).

Aguiar (2010) afirma que todo Repositório pode ser considerado um tipo de Biblioteca Digital, porém nem toda Biblioteca Digital pode ser considerada um Repositório. Considerando que

os repositórios institucionais e as bibliotecas digitais surgem como uma das possíveis alternativas para a superação da crise institucional das bibliotecas tradicionais, apesar de não concorrerem diretamente com elas. A natureza destas bases de conhecimento deve ser compreendida como uma alternativa estratégica para otimizar a gestão do conhecimento intelectual, acadêmico institucional em ambientes digitais. Evidentemente, essas bases podem ser agregadas ao conjunto de serviços e produtos já oferecidos pelas bibliotecas tradicionais (AGUIAR, 2010).

O autor supracitado difere que o repositório gerencia os conteúdos técnico-científicos ou acadêmicos produzidos por uma instituição de modo livre e interoperável, desenhado a partir de fluxos e desenhos da comunicação científica, enquanto a Biblioteca Digital não necessariamente (AGUIAR, 2010).

Para Almeida (2010), “nem toda biblioteca digital tem a função de um repositório digital”. O autor salienta que os repositórios estão associados

à filosofia da Iniciativa dos Arquivos Abertos, ou *Open Archives Initiative*, que incentiva a publicação em rede totalmente gerenciada pelo autor (autoarquivamento), utilizam tecnologia aberta e podem ser acessados por meio de diversos provedores de serviços disponíveis que utilizam um protocolo comum de interoperabilidade de dados (ALMEIDA; NERI, 2010).

Calzada Prado (2010, p. 277) afirma que a biblioteca digital está dividida em duas partes: biblioteca digital *stricto sensu* e biblioteca digital *lato sensu*. O autor argumenta que a biblioteca digital *stricto sensu* corresponde às definições que entendem a biblioteca digital como uma extensão da tradicional, portanto, nesse tipo, é utilizada a definição da *Digital Library Federation* - Federação da Biblioteca Digital (1998), que as bibliotecas digitais são organizações que dispõem dos recursos necessários, incluindo o pessoal especializado, para selecionar, organizar, oferecer acesso intelectual, interpretar, difundir, preservar a integridade dos mercados e garantir a preservação ao longo do tempo das coleções de obras digitais para que sejam facilmente e economicamente acessíveis para seu uso por parte de sua comunidade ou conjunto de comunidades definidas.

Por outro lado, a biblioteca digital *lato sensu* remete ao conceito de repositório ou depósito, Calzada Prado (2010) entende a biblioteca digital como uma

plataforma tecnológica (base de dados), cuja missão é armazenar conteúdos de maneira que possam ser recuperados posteriormente. O autor usa o conceito apresentado no IEEE CAIA *Workshop on Intelligent Access to Online Digital Libraries*, que define a biblioteca digital *lato sensu* como “a união de tecnologias de gestão, armazenamento e comunicação digital aos conteúdos e *software* necessários para reproduzir, emular e estender os serviços proporcionados pelas bibliotecas convencionais” [...] (CALZADA PRADO, 2010, p. 278). Uma verdadeira biblioteca digital será a que possa realizar os serviços essenciais da biblioteca tradicional, bem como explorar as vantagens do armazenamento, recuperação e a comunicação digital.

Dentre os resultados positivos com a adoção do modelo de Bibliotecas Digitais ou Repositório Institucional de acesso aberto, destacam-se:

- Criação de um papel de liderança institucional para a biblioteca;
- Melhoria na avaliação institucional externa (agências de regulação do ensino superior);
- Encorajar a introdução das IES brasileiras do setor privado no Movimento de Acesso Livre ao Conhecimento;
- Busca distribuída e simultânea através de uma única interface no diversos acervos digitais;
- Intercâmbio em nível local, nacional e internacional;
- Contribui significativamente na ampliação da visibilidade e prestígio institucional da IES;
- Evidencia a produção científica e intelectual das IES;
- Gerenciamento de materiais e recursos de aprendizagem;
- Abriga coleções digitalizadas e captura registros institucionais;
- Facilita a colaboração educacional e a aprendizagem entre docente/discente;
- Integração com a Biblioteca Digital Brasileira através do Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre;
- Integração e comunicação com diversos Repositórios e Bibliotecas Digitais do Mundo através de provedores de serviços (bases de conhecimento científico contendo milhões de recursos digitais de diferentes áreas do conhecimento);
- Otimização das oportunidades de aprendizado para o desenvolvimento de competência informacional e cultura digital;
- Amplia a acessibilidade e usabilidade dos recursos digitais coletados e produzidos pelas IES;
- Estimula novas produções técnica-científica e acadêmicas;
- Serve para apoiar o aprendizado do ensino a distância;
- Preservação digital a longo prazo dos recursos;
- Gerenciamento dos direitos autorais;
- Gerenciamento do acesso e uso (políticas de acesso e uso);
- Disponibilização de indicadores de acesso e uso;
- Implementação de Serviço de Referência Digital (AGUIAR, 2010).

Esses esclarecimentos são necessários devido à inclusão das bibliotecas digitais que fazem parte da população alvo nesta pesquisa. Mas ressalta-se que em todas elas, apenas utiliza-se o nome de bibliotecas digitais, pois as mesmas atendem à filosofia da Iniciativa dos Arquivos Abertos, ou *Open Archives Initiative*, o que as caracteriza como repositórios.

Após explicação do uso dos termos biblioteca digital e repositório, volta-se a etapas que envolvem a implantação de um repositório e, baseando-se nos textos de Leite (2009), Torino (2010) e Weitzel e Machado (2010), foi elaborado o Quadro 5 onde se apresentam as etapas para a implementação de um repositório. O objetivo desse quadro foi de demonstrar a importância de planejamento e identificar as fases comuns aos autores estabelecidos. Os termos em destaque no Quadro 5 são palavras-chave que permitem fazer um gancho para trabalhar as fases de implementação de um repositório nas categorias: de recursos humanos (envolve marketing, cultura organizacional, política de informação e outros), de recursos tecnológicos (envolve os *software* e os *hardware* - serviços operacionais), e de recursos financeiros, conforme identificado na literatura da área.

Mas antes de implantar qualquer projeto é necessário esclarecer que é preciso planejamento, pois além dos recursos já mencionados, vale ressaltar que a elaboração de uma política de informação institucional torna-se imprescindível, onde estejam inseridos os componentes a serem descritos nos recursos humanos, recursos tecnológicos, e os recursos financeiros, lembrando que a constituição da PII é mutável e em constante construção. Com a pretensão do caminho a seguir ser efetivo e obter êxito na implantação do repositório (TORINO, 2010).

Quadro 5 – Etapas para implementar um repositório digital

LEITE (2009)	TORINO (2010)	WEITZEL & MACHADO (2010)
Custos	Identificar a necessidade de gestão da informação institucional;	Instalação do <i>software</i> no servidor;
Equipe e competências	Buscar informações a respeito de repositórios já implantados e se possível trocar experiências;	Elaboração de uma estrutura para comunidades, subcomunidades e tipos de coleções e implementação;
Análise contextual	Buscar mecanismo de apoio à implantação (editais, consórcios, parcerias);	Identificação de metadados em Dublin Core para os tipos de coleções aplicáveis e implementação;
Definição e planejamento de serviços	Identificar parcerias para a execução dos trabalhos (comitê gestor);	Inclusão de um tesouro, cabeçalho de assunto ou vocabulário controlado para permitir a recuperação da informação em situação de busca e pesquisa;
Avaliação das necessidades da comunidade	Sensibilizar o alto escalão administrativo e a comunidade interna de forma contínua;	Definição de políticas de acesso, permissões de usuários, termos e licenças para submissão da produção técnico-científica da UNIRIO;
Escolha do <i>software</i>	Envolver a equipe de bibliotecários e informáticos em suas atividades;	Elaboração dos textos para mensagens de ajuda nos diversos campos do repositório;
Metadados	Prever custos (financeiros e de recursos humanos);	Inclusão da produção técnico-científica de todos os tipos de coleções para efeito de teste;
Diretrizes para criação de comunidades	Institucionalizar a proposta do repositório;	Elaboração de estratégias para replicar o modelo para a construção do repositório temático;
Fluxos	Definir o <i>software</i> a ser utilizado e customizá-lo;	Elaboração de estratégias para inclusão da produção técnico-científica de toda a comunidade universitária bem como para divulgação do repositório.
Elaboração de políticas de funcionamento	Elaborar e explicitar uma política de informação institucional;	
Projeto-piloto	Identificar o fluxo de informação institucional e definir quem realizará a coleta dos itens ou definir se haverá autoarquivamento;	
Marketing e povoamento do repositório	Definir uma política de funcionamento para o repositório (objetivos do repositório, estrutura de organização da informação, tipologia documentária a ser inserida, definição de metadados, uso de linguagem natural ou controlada, fluxo de submissão dos itens, responsáveis pelas comunidades, os aspectos legais e de direitos autorais e outros);	
Política de depósito compulsório	Identificar se há interconexão entre o repositório e o sistema gerenciador da informação da biblioteca;	
Avaliação e indicadores de desempenho do RI	Criar mecanismos que garantam a permanência, sustentabilidade e ampliação do repositório;	
	Elaborar mecanismos eficientes de busca à informação depositada no repositório;	
	Registrar o repositório em um diretório visando ampliar o seu alcance e visibilidade;	
	Garantir o acesso aberto e a interoperabilidade dos dados	

Fonte: adaptação de Leite (2009, p. 55); Torino (2010, p. 126); Weitzel e Machado (2010).

Seguindo as categorias apresentadas acima, aponta-se para o texto de Crow (2002, tradução nossa) ao relacionar a criação dos repositórios a alguns aspectos, os quais corroboram os eixos apresentados:

Atitudinalmente/recursos humanos – pois envolve as pessoas, está ligada a questão cultural da instituição. A construção de repositórios institucionais, temáticos ou *sites* pessoais demonstram um desejo de ampliar o acesso a seu trabalho. Sendo iniciativa de acesso aberto pública, a consciência do corpo docente da publicação acadêmica e propriedade intelectual é, inegavelmente, crescente. As bibliotecas universitárias podem desempenhar um papel fundamental na construção desse conhecimento por meio de programas de divulgação e repositório de iniciativas que demonstrem o impacto prático dessa mudança. Enquanto a mudança fundamental de atitude tem que vir da universidade em si, as bibliotecas oferecem o incentivo lógico institucional para efetuar a mudança, o que envolve a questão cultural da instituição (CROW, 2002).

A formação de uma equipe é a premissa para toda e qualquer implementação; a de um projeto é o planejamento. Destarte, seguindo o raciocínio de Café e colaboradores (2003), para a efetivação de um repositório é necessário a participação de uma equipe multidisciplinar com: “bibliotecários, analistas de informação, administradores de arquivos, administradores de departamentos e da instituição, pesquisadores e pessoal envolvido com a política universitária”. É importantíssima a capacitação do pessoal para atuar no repositório, servidores e/ou estagiários capacitados precisam ser contratados ao período de implantação e também no decorrer, com futuras adequações e manutenção do repositório.

Lynch (2003, tradução nossa) afirma que, embora a responsabilidade operacional dos serviços possa razoavelmente ser situada em diferentes unidades organizacionais, um repositório institucional eficaz representa necessariamente uma colaboração entre bibliotecários, técnicos de informação, arquivistas, gestores, docentes, profissionais da administração e políticos, para reunir a produção em um espaço único.

Economicamente/recursos financeiros - os custos operacionais com a criação de um projeto de desenvolvimento de repositórios institucionais representa apenas uma fração do custo da assinatura de um periódico que se compromete com bibliotecas e sobre os quais elas têm pouco controle (CROW, 2002). Conforme documentado pela literatura mencionada anteriormente, a criação de repositórios

surgiu do alto custo da assinatura dos periódicos, demora na avaliação e publicação dos artigos (KURAMOTO, 2006b, p. 94).

Pode-se dizer que a manutenção e a sustentabilidade são questões chave que envolvem o compromisso de longo prazo dos recursos financeiros para a gestão dos repositórios. Pois a manutenção do conteúdo, do *software* e da acessibilidade pode mudar. A equipe de tecnologia da informação e os bibliotecários precisam saber as consequências das mudanças das ferramentas, do *software* e dos padrões e estarem aptos a se ajustar a essas mudanças porque os repositórios não se sustentam sem investimentos a longo prazo. Deve haver percepção, por parte da equipe que desenvolve as atividades dos repositórios, de que esse projeto tornar-se-á parte de suas vidas e irá requerer atenção e financiamento perpétuos (DRAKE, 2004, tradução nossa).

Para Costa e Azevedo (2010), os custos associados a um repositório podem ser compreendidos em três partes: custos de implementação (nessa fase, os principais custos estão relacionados aos recursos humanos para a instalação, configuração e disponibilização da aplicação de suporte e com a aquisição do *hardware* e do *software*), custos de manutenção (nessa etapa estão essencialmente associados aos processos de validação dos conteúdos disponibilizados – verificação dos metadados, dos documentos e da adequação às regras de *copyright* – e também inclui os custos de manutenção com o servidor *hardware* e *software*) e custos futuros (nesse estágio, os gestores dos repositórios devem planejar a inserção de custos nas áreas de desenvolvimento de *software* para se adequar à evolução das necessidades, renovação do *hardware* quer para renovação, quer para acompanhar o crescimento dos conteúdos depositados e a implementação de novos serviços, ressaltando a existência de ocorrências imprevisíveis que possam vir a acontecer).

Tecnicamente/recursos técnicos - as tecnologias de publicação, sempre em expansão de rede global, e os protocolos e padrões que permitem a interoperabilidade de metadados são coalescentes para fornecer soluções práticas técnicas que podem ser implementadas. Essas tecnologias e padrões continuarão a evoluir, possivelmente para sempre, mas eles já estão suficientemente estabelecidos para efetuar uma ação imediata possível. A convergência dessas vertentes interligadas indica que os repositórios institucionais merecem

consideração séria e imediata das instituições e do seu corpo docente componente, bibliotecários e administradores (CROW, 2002).

Reporta-se aos recursos materiais (*software*, *hardware* e os serviços operacionais), nesse aspecto, a escolha do *software*, o primeiro procedimento a ser definido. O *software* tem como funcionalidade no repositório digital:

- capturar e descrever conteúdos digitais por meio de interface de autoarquivamento;
- tornar público, por meio da Internet, o acesso a esses conteúdos (ou quando necessário ao menos aos seus metadados);
- armazenar, organizar e preservar digitalmente conteúdos a longo prazo;
- compartilhar os metadados com outros sistemas na Internet (LEITE, 2009, p. 58).

Lembrando que existe uma grande variedade de *software* utilizados para a implantação de repositórios, alguns exemplos são: Dspace, Eprints, GNU, CDSware, Fedora, Diva, ARNO, iTor e outros, todos são ferramentas abertas.

No Brasil, o Ibict é quem apoia a implantação de repositórios digitais nas instituições de ensino superior e quem traduziu os *softwares* Eprints e Dspace. Hodierno é distribuído em seu *kit* tecnológico o software Dspace, um software livre, possui o *OAI-PHM* que é um protocolo que disponibiliza os metadados via Internet, garantindo assim a interoperabilidade, nesse caso, o padrão *Dublin Core*. Como parte dessa etapa estão os metadados, porque são dados estruturados que descrevem, identificam, explicam, localizam e, assim, facilita a recuperação, uso e a gestão dos recursos de informação. Na catalogação tradicional, o MARC 21 e o conjunto de regras utilizadas com ele, tais como o AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano), constituem padrões metadados (LEITE, 2009, p. 60). Para Toutain (2006, p. 19), metadados são: “elementos de descrição/definição/avaliação de recursos informacionais armazenados em sistemas computadorizados e organizados por padrões específicos, de forma estruturada”.

Os metadados contribuem para:

- que recursos de informação possam ser encontrados pelos usuários por meio de critérios de relevância;
- condensar o significado dos dados;
- identificar recursos de informação;
- relacionar recursos de informação similares;
- distinguir recursos de informação diferenciados;

- obter informações sobre as condições de uso (direitos do autor);
- permitir a busca e recuperação de recursos de informação;
- promover a interoperabilidade e facilitar a coleta dos conteúdos de um repositório por sistemas e mecanismos de busca externos;
- obter informação a respeito do ciclo de vida do dado;
- organização dos conteúdos armazenados no repositório;
- armazenamento sistemático e preservação digital dos conteúdos do repositório (LEITE, 2009, p. 62).

Dublin Core é o “padrão de metadados voltado para a descrição e descoberta de recursos na Internet. Possui um vocabulário controlado padronizado correspondente a 15 elementos de dados, que servem para descrever recursos web, como páginas HTML” (TOUTAIN, 2006, p. 18).

Todavia, vale ressaltar que, mesmo com o avanço da implantação dos repositórios digitais, é inegável a importância de continuar a publicar em revistas científicas, pois as mesmas têm sua relevância na comunicação científica. Mas podem e devem ser inseridas em repositórios digitais, com a finalidade de dar continuidade ao ciclo da produção científica de maneira a promover a identificação, seleção e uso da informação. Os repositórios estão exercendo o papel cumprido pelos serviços de indexação e resumo na atualidade, mas com a diferença de permitir o acesso livre (WEITZEL, 2006b, p. 62).

Mesmo com tantas incrementações das TICs nas bibliotecas, identifica-se que o sucesso se dá pelo fato desses implementos tornar as bibliotecas híbridas. Atendendo, portanto, a necessidade dos usuários conforme suas habilidades e aptidões, pois mesmo com tantos avanços tecnológicos, as instituições têm um público variado para atender.

No Quadro 6 são descritos os 15 elementos do padrão *Dublin Core* (DCMI – *Dublin Core Metadata Element*).

Nota-se que, apesar de categorizar as etapas para implantação e planejamento de um repositório, há um relação muito estreita entre elas, há momentos que não tem como separá-los, como os custos e a aquisição dos *softwares* e *hardwares* ou mesmo na contratação e formação para a equipe gestora de um repositório.

A seguir serão explanadas informações a respeito da elaboração de uma política de informação direcionada a repositório, nesse caso em específico o repositório temático institucional em Moda e *Design*, como cumprimento de um dos

objetivos específicos que foi a proposta de uma PII para o RTI em Moda e *Design* para a UEM (Apêndice C).

Quadro 6 – Elementos Dublin Core

Elementos	Tradução
Subject	Assunto
Title	Título
Creator	Autor (responsável pelo documento)
Publisher	Publicador (quem torna o documento disponível na Internet)
Contributor	Outros colaboradores (editores, tradutores e outros)
Description	Descrição, resumo, sumário
Date	Data de publicação
Type	Tipo de recurso (homepage, romance, poesia, software, dicionário)
Format	Formato do arquivo que contém o documento eletrônico (texto, pdf, Látex, HTML, Word, ou outro)
Identifier	Geralmente o URL de um documento eletrônico
Relation	Relacionamentos com outros documentos, por exemplo: versões
Source	Fonte ou origem
Language	Idioma do documento
Coverage	Cobertura (espacial ou temporal, sobre que lugar, ou sobre a que época o texto se refere)
Rights	Texto livre especificando qualquer restrição referente a direitos autorais

Fonte: Marcondes (2006).

Segundo Tomaél e Silva (2007, p.2)

A implantação de um repositório institucional exige um estudo extenso das máquinas complexas que são as instituições, de maneira a formular políticas de gestão adequadas às características, interesses e necessidades individuais, que, na maioria das vezes têm muitas especificidades.

“Uma das principais funções da universidade na implantação de repositórios institucionais é a de orientar na elaboração de uma política para publicação em repositórios temáticos tendo como pano de fundo a política da instituição” (CAFÉ et al., 2003).

Para Shintaku e Meirelles (2010, p. 32-33) as políticas em um repositório são recomendações que orientam na implantação e gerenciamento do repositório. Pois, na maioria dos casos, são definidas durante o planejamento do repositório, alinhadas principalmente com a sua finalidade. Essas recomendações podem ser alteradas conforme a necessidade ou contexto, dando um maior dinamismo. Convém que as políticas sejam revistas, o que refletirá no comportamento do repositório. Em muitos casos, há pontos de intersecção entre as políticas, esse fato demonstra como as políticas são integradas. Portanto, pode ser que ao se implementar uma política específica no repositório, seja necessário contemplar também outras políticas. Enfim, percebe-se que as políticas necessitam da intervenção do administrador, direta ou indiretamente, sendo por atuação direta executando procedimentos no repositório ou orientando a equipe técnica. Cabe notar que as políticas determinam todos os aspectos do repositório e o administrador possui um papel importante na implementação e manutenção das políticas.

O que envolve diretamente a política de informação institucional, que “é algo imprescindível, pois são elas que determinarão os critérios que irão definir as suas estruturas de organização, o processo de gestão e a capacidade de preservação dos conteúdos nele armazenados” (TORINO, 2010, p. 38-39). Sua elaboração é indispensável em dois momentos: primeiro na política de informação institucional para com o repositório e depois uma política própria para o repositório. Weitzel (2006b, p. 62) menciona que “é fundamental que sejam instituídas políticas para cada repositório, a fim de incentivar o maior número de depósitos da produção científica para estimular a disseminação e uso dessa produção, mas também como forma de espelhar a memória institucional ou de uma área”. Cabem às políticas de informação esclarecer situações referentes: à responsabilidade, ao conteúdo, à preservação, à confiabilidade, à certificação, aos aspectos legais, aos padrões e metadados, à submissão/depósito e ao autoarquivamento, uso / dados / acesso, privacidade, sustentabilidade e financiamento.

Responsabilidade – esse item trata da participação e formação da equipe da gestão e da administração dos repositórios institucionais, que “podem levar a uma variedade de iniciativas na organização” (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Conteúdo – percebe-se a diversidade entre a tipologia e o formato que podem ser inserido nos repositórios. De acordo com a tipologia documental a ser inserida no repositório, há variedade, geralmente são resultados das atividades

de pesquisa e docência dos professores e pesquisadores, cujo objetivo é reunir, preservar, promover e dar acesso à produção de comunidades universitárias. De acordo com a política de conteúdo, os repositórios poderão armazenar: toda a produção científica, artística, docente ou administrativa da instituição, conformando um sistema de gestão documental único; somente documentos que terão acesso livre; somente os documentos que tenham sido ou serão publicados pelos canais formais; alguns documentos que pertencem à instituição, embora não tenham sido gerados por ela: coleções específicas de jogos, fotos, outros.

Os produtos científicos a ser inseridos nos repositórios são:

- Teses, dissertações, *preprints*, *postprints*, materiais audiovisuais, revistas das instituições, patentes, *datasets*, *software*.

Também podem ser inseridos produtos institucionais e/ou administrativos:

- Revistas de informação institucional editadas pela instituição em qualquer suporte;
- Regulamentos e normativas;
- Documentos de arquivos;
- Cartazes, *posters*, croquis;
- Trabalhos de conclusão de curso, monografias;
- Relatórios técnicos;
- Videograções, eventos realizados (DIRETRIZES...[2007]).

Preservação, certificação e a confiabilidade – analisando os repositórios sob o aspecto da preservação dos objetos digitais, que após o surgimento deles e sua implantação vem à tona uma necessidade de preservar, sabe-se que a tecnologia tem pouco tempo de durabilidade. Preocupados com a confiabilidade e a certificação dos dados em repositórios digitais, um grupo de trabalho sobre atributos de arquivos digitais da junta RLG/OCLC, em 2002, elaborou um relatório intitulado “*Trusted Digital Repositories: Attributes and Responsibilities*”, em linhas gerais, discute três questões fundamentais relacionadas: confiança, modelo de referência SAAI – sistema aberto de arquivamento de informação – estabelecido pela norma ISO 14.721 (OAIS – *Open Archival Information Systems*) e certificação.

O modelo de referência SAAI aborda os modelos de dados usados para rerepresentar a informação e o conjunto completo de funções arquivísticas para

a preservação da informação, envolvendo admissão, arquivamento, gerenciamento de dados, acesso e disseminação, além da migração de informação digital para novas mídias e formatos e o intercâmbio de informação digital entre arquivos. Com o modelo de referência SAAI, as instituições arquivísticas passarão a entender os conceitos arquivísticos necessários para a preservação em longo prazo e acesso à informação digital. O modelo de referência SAAI também servirá de base para desenvolvimento de grande quantidade de padrões relacionados (THOMAZ, 2006, p. 126-127). O relatório propõe uma definição de repositório digital confiável, identifica os atributos primários de um repositório digital confiável, identifica as responsabilidades de um repositório compatível com o modelo de referência OAIS, e articula uma estrutura para o desenvolvimento de um programa de certificação (THOMAZ, 2007).

A base da confiança está ligada à capacidade das instituições confiarem nos serviços de terceiros. E essa atitude inclui a compatibilidade do sistema, que nesse momento deve seguir o modelo de referência SAAI (THOMAZ, 2007).

Ferreira (2006, p. 20) afirma que a preservação digital consiste na capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação.

Continuando com o pensamento de Ferreira (2006), esse afirma que até o momento não há um consenso entre os profissionais de diferentes áreas, como exemplo cita o historiador, o qual atesta que “um objeto é autêntico se a sua identidade e integridade não foram comprometidas” já para um arquivista “a autenticidade de um documento não pressupõe uma legitimação da sua veracidade ou até mesmo utilidade” (FERREIRA, 2006, p. 49).

Sob o aspecto da confiança, o processo exige um período longo, trata-se de elaborar medidas imediatas. E para tal ação propõe-se a certificação de repositórios digitais e, de certa forma formalizá-la e explicitá-la. “A certificação especificaria os critérios a serem atingidos e empregaria mecanismos para sua avaliação e medição” (THOMAZ, 2007, p. 88-89). Mas para o desenvolvimento da certificação, o grupo de trabalho *Birds of Feather* – BOF foi solicitado pelo *Consultative Committee of Space Data Systems* (CCSDS), em janeiro de 2007, para

desenvolver uma norma internacional para auditoria e certificação de repositórios digitais baseando no modelo de referência SAAI (THOMAZ, 2007). Ao se referir à confiança em um repositório digital, a missão é fornecer acesso confiável, por longo prazo, a recursos digitais administrados à sua comunidade agora e no futuro (RLG/OCLC, 2002, p. 5).

Aspectos legais – as diretrizes relacionadas “aos aspectos legais representam grande desafio para o gestor do repositório institucional porque devem abarcar questões relativas a licença de *softwares*, licença para publicação e propriedade intelectual,” no que diz respeito a política de distribuição (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Padrões, Metadados – uma etapa fundamental para definição do grau de interoperabilidade e de outros aspectos a serem implementados, que compreende a aplicação de padrões de metadados e estratégia de *Open Access* (TOMAÉL; SILVA, 2007). Os tópicos que relacionam os padrões são: a escolha do software e hardware; os metadados; padrões de fluxograma de trabalho; interface e usabilidade e a interoperabilidade (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Submissão/Depósito, Autoarquivamento – o arquivamento de documentos no repositório institucional pode ser totalmente realizado pelo autor (o autor submete o documento, e esse é arquivado automaticamente - autoarquivamento); ou submetido pelo autor (passando por procedimentos de verificação da unidade gestora do repositório). Leite (2009) sugere a adoção da segunda opção por conta da necessidade de controle da qualidade dos metadados atribuídos, para assegurar o seguimento das normas estabelecidas para descrição, da correspondência entre descrição e arquivo carregado e outros.

Com relação ao autoarquivamento, Viana, Márdero Arellano e Shintaku ([2006]) afirmam que a opção pelo autoarquivamento é mais confiável.

Uso, Acesso – em se tratando do uso e acesso dos repositórios, há a necessidade de ter a ideia de como ele pode ser usado pela comunidade, a saber: os locais que os usuários armazenam seus documentos digitais, a frequência que enviam documentos aos colegas, tipologia documental online, e outros tópicos relacionados à comunidade externa e interna (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Privacidade – para que os repositórios atinjam seus propósitos e assegurem a disseminação das comunicações acadêmicas, pode ser necessário o

desenvolvimento de uma política de privacidade que determinará os níveis de acesso necessários e peculiaridades a cada caso (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Sustentabilidade e financiamento – nesse tópico é o suporte financeiro que garante sua integridade e a sustentabilidade dos repositórios (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Foram descritos alguns itens e tópicos a serem inseridos em políticas de informação para os repositórios, no texto de Tomaél e Silva (2007) as autoras afirmam a necessidade da explicitação das tipologias na elaboração das políticas, pois nesse novo modelo de compartilhamento de informação, há “grandes mudanças na forma como a pesquisa é disseminada, publicada e preservada”.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa configurou-se como bibliográfica, documental, descritiva e exploratória em diferentes momentos, tendo como foco o compartilhamento da informação e do conhecimento utilizando as principais contribuições teóricas existentes na literatura, os documentos existentes nos sites das instituições que deram sustentação à criação dos repositórios nas IES estudadas, a análise desses repositórios e dos dados obtidos dos gestores.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida tentando explicar o problema utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros, publicações periódicas e em outras obras científicas, respalda por Köche (1997) ao afirmar que o objetivo desse tipo de pesquisa é conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema.

Na percepção de Fachin (2006, p. 146), a pesquisa documental

corresponde a toda informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada. Ela consiste na coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda a espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação.

Nesse estudo, a pesquisa documental teve como objetivo verificar a existência de tópicos e critérios nos *sites* oficiais dos repositórios das IES estudadas a partir de um *checklist* (Quadro 7) elaborado por Camargo e Vidotti (2008).

Quadro 7 – Instrumento e critérios para análise dos repositórios institucionais das instituições de ensino superior que ofertam os cursos de graduação em Moda e Design

Tópicos	Crítérios	SIM	NÃO
1 – Serviços oferecidos	1.1 – Identificação de serviço de lista de discussão.		
	1.2 – Identificação de índices, resumos e catálogos.		
	1.3 – Identificação de serviço de tradução.		
	1.4 – Identificação de serviço de coleta de dados dos usuários.		
	1.5 – Identificação de serviço de personalização.		
	1.6 – Identificação de serviço específico para usuários com necessidades especiais.		
2 – Criação de comunidades e coleções	2.1 – Verificação da facilidade de utilização do recurso que possibilita a criação de comunidades e coleções.		
	2.2 – Verificar da coerência da categoria da comunidade e da coleção em relação aos trabalhos submetidos.		
3 – Autoarquivamento	3.1 – Identificação da facilidade de utilização da ferramenta de autoarquivamento.		
4 – Recuperação de informação	4.1 – Identificação de ferramenta de busca.		
	4.2 – Verificação da facilidade de utilização das ferramentas de busca.		
	4.3 – Identificação e verificação das estratégias de busca de informações		
	4.4 – Identificação de refinamento ou filtragem de dados obtidos na busca.		
	4.5 – Verificação das formas de resultados da busca.		
	4.6 – Verificação da precisão da busca.		
5 – Políticas Internas	5.1 – Verificação da política de acesso.		
	5.2 – Verificação da política de autoarquivamento.		
	5.3 – Verificação da política de tipos e formatos de documentos.		
6 - Parcerias e colaborações com outros membros e aplicações web	6.1 – Incentivo às parcerias.		
	6.2 – Incentivo ao trabalho em equipe.		
7 – Informações sobre o capital ambiental	7.1 – Descrição das atividades, funções e objetivos do repositório a instituição.		
8 – Informações sobre o capital estrutural	8.1 – Descrição dos conceitos, modelos, rotinas, marcas, patentes e programas de computador, necessários para fazer a instituição e o repositório funcionar.		
9 – Informações sobre o capital intelectual	9.1 – Identificação da capacidade, da habilidade e da experiência dos utilizadores para publicação ou administração do repositório.		
10 – Informações sobre o capital de relacionamento	10.1 – Incentivo em alianças com os utilizadores para ampliar sua presença no mercado.		
11 – Experiências de outras aplicações ou de outros usuários	11.1 – Verificação das atividades de documentar e reutilizar informações resultantes de experiências, erros, acertos e melhores práticas a fim de aperfeiçoar a eficiência operacional.		
12 – Disseminação da Informação	12.1 – Verificação de aplicativo de envio de mensagens sobre os trabalhos submetidos.		
	12.2 – Identificação de parcerias com outras aplicações web.		

Continua...

Continuação...

	12.3 – Utilização de protocolos de interoperabilidade.		
	12.4 – Utilização de metadados.		
	12.5 – Utilização de linguagem coerente para o público-alvo determinado.		
	12.6 – Facilidade no acesso às informações.		
13 – Divulgação e incentivo à utilização da ferramenta	13.1 – Envio de informações para comunidades.		
	13.2 – Oferecimento de indicadores do repositório.		
	13.3 – Divulgação em outros ambientes de informação.		
14 – Manutenção e atualização do repositório institucional digital	14.1 – Identificação de informações (notícias) atualizadas.		
	14.2 – Identificação de novos depósitos.		
	14.3 – Identificação de caminhos/urls/ <i>links</i> válidos.		
	14.4 – Indicação de números de acessos diários.		
	14.5 – Disponibilização de tecnologias inovadoras.		

Fonte: Camargo e Vidotti (2008).

A pesquisa descritiva é composta pela observação, registro, análise e relaciona fatos ou fenômenos sem os controlar. Ela trata do estudo e da descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada. Procura conhecer as várias situações e relações que sucedem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do sujeito, como de grupos ou comunidades mais complexas. Cabe à pesquisa descritiva as seguintes formas de estudos, como: exploratório, descritivo, de caso e pesquisa de opinião, de motivação e documental (CERVO; BERVIAN, 2002). Neste estudo, a pesquisa descritiva teve como foco a descrição dos dados coletados no *site* oficial de cada repositório, bem como a descrição das questões formuladas no questionário enviado para cada gestor do repositório.

A pesquisa exploratória foi o passo inicial neste estudo, porque seu objetivo é que o pesquisador tenha familiaridade com o tema pesquisado, fazê-lo perceber ou descobrir novas ideias. É recomendável aplicá-lo quando se tem pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado (CERVO; BERVIAN, 2002).

Por fim, após a escolha da metodologia e o tipo de pesquisa a ser utilizado, é necessário verificar que todo estudo é uma ligação da qualidade com a quantidade, portanto, é perceptível aqui a correlação entre dados qualitativos e quantitativos, pois um dado leva a outro. Ambos auxiliam a entender o objeto pesquisado.

A pesquisa pautou-se nas seguintes etapas:

- Revisão de literatura;
- Identificação das IES que ofertam os cursos de Moda e *Design*;
- Identificação dentre as IES as que disponibilizam repositórios temáticos nas áreas de Moda e *Design*, excluindo nessa etapa os repositórios temáticos de outras áreas;
- Identificação das funções e dos critérios disponíveis na página principal de cada repositório (*checklist*);
- Elaboração do instrumento de coleta de dados junto aos gestores dos repositórios, visando identificar aspectos que possam interferir no compartilhamento da informação e do conhecimento nas instituições pesquisadas;
- Encaminhamento do instrumento de coleta de dados aos gestores, sujeitos da pesquisa;
- Análise dos dados coletados;
- Desenvolvimento da proposta de uma política de informação voltada para o repositório temático institucional em Moda e *Design*, baseado nos modelos de PII das IES identificadas ao decorrer dessa pesquisa (Apêndice C).

Portanto, a metodologia utilizada para a realização deste estudo foi composta por um conjunto de etapas e procedimentos envolvendo a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, definição da população, universo da pesquisa, amostra, coleta dos dados, pesquisa descritiva, aplicação do instrumento de coleta de dados, pesquisa exploratória e análise dos dados.

3.1 CENÁRIO DA PESQUISA

A escolha das áreas de Moda e *Design* ocorreu pelo fato de serem cursos recentes e pela dificuldade e a escassez de fontes de pesquisa voltadas para essas áreas. Os cursos de Moda e *Design* são importantes para a cidade de Cianorte, porque contribuem na formação profissional local e regional. Ambos os

cursos foram autorizados em 2002 e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008.

O curso de Graduação em *Design* ou desenho industrial é voltado para o planejamento, o projeto e a produção dos objetos com os quais o homem lida em seu cotidiano. Seu papel é fundamental no desenvolvimento econômico regional uma vez que o *design* ajuda a agregar valores (tecnológico, funcional, estético) às matérias-primas da região fortalece o parque industrial local; revela nichos desocupados do mercado de trabalho. Surge então o incentivo de programas governamentais, como o Programa Brasileiro de *Design* (PBD), proposto pelo Ministério da Indústria e Comércio, a fim de incentivar a implementação tecnológica e aprimorar a qualidade e o valor do produto nacional.

O curso de Graduação em Moda (habilitação em modelagem e desenvolvimento de produto) é ministrado em observância a princípios como o do perfil do consumidor em potencial em artigos de vestuário, e o uso da tecnologia em respeito às necessidades sociais, culturais, estéticas e econômicas das comunidades. O ensino de graduação em moda adota como etapas metodologias do conhecimento de análise e síntese, ou seja: observação da realidade – necessidade de mercado; identificação dos pontos – chave de necessidade de mercado; pesquisa; criação e desenvolvimento; projeto de produto; finalização do projeto com a produção da peça final do vestuário.

A cidade de Cianorte está localizada no Noroeste do Estado do Paraná, foi fundada em 13 de julho de 1955. O município conta atualmente com 74.000 habitantes. No setor econômico é a indústria do vestuário que projeta a cidade em escala nacional e é responsável pela expansão urbana nos últimos anos. Por isso, o município é identificado como Capital do Vestuário. Os cursos de graduação em Moda e *Design* no município de Cianorte colaboram com a formação de profissionais para atuarem na cidade e região, tal fato é percebido ao visitar fábricas, lavanderias e confecções locais, onde constatam que parte desses profissionais se formam na Universidade do câmpus de Cianorte. Os cursos de Moda e *Design* da Universidade Estadual de Maringá - câmpus Regional de Cianorte foram criados em 2002.

A fundação do Câmpus Regional de Cianorte foi resultado do convênio firmado entre a Universidade Estadual de Maringá e a Prefeitura do Município de Cianorte. O câmpus foi criado em 16 de julho de 1985, através da

Resolução nº 017/85-COU, com início das atividades em 1986 com os cursos de graduação de Ciências Contábeis e Pedagogia. Inicialmente, as instalações de funcionamento eram num Colégio Estadual Iglea Grollmann – Ensino médio e fundamental e em 1989 foi transferido para o endereço atual. O curso de *Design* foi implantado na UEM/CRC no ano de 2002, com a oferta de 40 vagas anuais.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

A definição da população e a amostra foram realizadas em duas fases, primeiramente foram identificadas as instituições que ofertam os cursos de Moda e *Design* no *site* oficial do MEC (e-MEC), o que corresponde as 204 instituições (Apêndice A), dados coletados nos meses de dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

A segunda fase foi analisar o *site* oficial tanto da Instituição quanto do sistema de bibliotecas, biblioteca ou mesmo na página da pós-graduação das IES para verificar a existência de um repositório. Sendo uma amostra seletiva, conforme apresentado no Quadro 8 cuja busca se ateve apenas a repositórios institucionais ou repositórios temáticos nas áreas de Moda e *Design*, optou-se por excluir os repositórios temáticos de outras áreas. Constatou-se, nessa etapa, que até o momento não há repositórios temáticos nas áreas de Moda e *Design*, portanto o foco ficou exclusivamente em repositórios institucionais.

Quadro 8 – Instituições que ofertam os cursos de Moda e *Design* e oferecem o repositório digital representada por região



REGIÃO	MODA	D & M	DESIGN	REPOSITÓRIOS DIGITAIS
NORTE	1	1	6	1 RI
CENTRO-OESTE	7	4	3	2 RI
NORDESTE	6	9	8	2 RI
SUDESTE	23	34	33	3 RI
SUL	25	21	23	7 RI
TOTAL PARCIAL	62	69	73	-
TOTAL PARCIAL	131	-	142	-
TOTAL GERAL	204			15

Fonte: Elaboração própria.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O procedimento preliminar foi identificar as instituições de ensino superior que ofertam cursos de nível superior nas modalidades tecnólogo, graduação e pós-graduação em Moda e *Design* em âmbito nacional. Depois

identificar a existência de repositórios nessas instituições. Constatou-se que a maioria das instituições que ofertam os referidos cursos não adotaram o repositório como serviço e produto da gestão da informação a ser inserido nas IES, até o presente momento, totalizando 15 instituições que possuem o repositório institucional, as que têm repositórios temático foram exclusas, pelo fato de serem de áreas não correspondente às áreas em estudo nesta dissertação.

Esta pesquisa teve dois momentos, o primeiro corresponde a coletas dos dados, a fase quantitativa; e a segunda relacionada aos dados qualitativos da pesquisa, sendo esse o envio de um formulário com questões abertas e fechadas encaminhado aos gestores dos repositórios selecionados.

Este estudo compreendeu quatro etapas:

A primeira etapa corresponde ao levantamento realizado no *site* oficial do e-MEC⁶ no link Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados, foi elaborada uma planilha eletrônica do Microsoft Excel com as respectivas instituições, totalizando 204 (Apêndice A).

Na segunda etapa, o procedimento foi realizar outra consulta, dessa vez no *site* de cada instituição localizada na etapa anterior, buscando nas páginas da biblioteca/sistema de biblioteca ou da pós-graduação a existência de repositórios, até essa primeira fase desse procedimento foram coletados 14 repositórios. Após essa identificação, como confirmação desse resultado, foi verificado junto aos diretórios ROAR e OpenDOAR a veracidade dos repositórios e, desse modo, constatou-se a inclusão de mais um repositório, sendo ele o Sistema Nou-Rau da UEM, porque o mesmo é cadastrado como repositório institucional no ROAR, portanto a população alvo totaliza 15 repositórios. Os repositórios temáticos em áreas diferentes das estudadas neste trabalho foram excluídas, como o repositório temático em Ciência da Computação da UFMG e o Repositório temático da Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB. Os repositórios a seguir seguem a ordem do nome das instituições e está acompanhada da página principal de cada repositório, bem como alguns dados a respeito da sua caracterização, a saber:

⁶ Ministério da Educação (<http://emec.mec.gov.br/>).

CENTRO UNIVERSITÁRIO Univates

A Biblioteca Digital Univates (Fig. 5) é um repositório institucional, tem como objetivo disponibilizar e viabilizar o acesso rápido de todo conteúdo gerado pela Instituição (trabalhos de conclusão de curso, trabalhos apresentados em eventos, publicações de artigos) e assim proporcionar um ambiente de disseminação, cooperação e a promoção do conhecimento em uma escala global. Utiliza o *software* DSpace, foi implantado em novembro de 2004.

Figura 5 – Página principal da Biblioteca Digital Univates

The screenshot shows the main page of the Biblioteca Digital Univates (BDU). The header is blue with the BDU logo and the URL www.univates.br/bdu. The main content area is white and contains a search bar, a list of search options (Pesquisar), a list of communities (Comunidades na BDU), and a sidebar with navigation links (Início, Pesquisar, Percorrer, Inscrever-se). The right sidebar contains logos for various digital repositories and initiatives, including BDTD, OAster, DSPACE, and OPEN ARCHIVES INITIATIVE.

Fonte: <http://www.Univates.br/bdu/>

PONTÍFICA CATÓLICA RIO DE JANEIRO

O repositório institucional Maxwell da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro disponibiliza parte da produção científica da Universidade, é uma versão adequada à navegação por parte de pessoas portadoras de deficiência visual ou de cegueira.

Figura 6 – Página principal do repositório institucional Maxwell

Buscas - Coleção Digital Idioma: Português Direitos Autorais PUC RIO

Coleção Digital Sala Virtual Sala de Aula Notícias EMA Projetos Especiais

A+ A- A

MAXWELL

- Página Inicial
- Buscas
- Atas
- ETDs
- Livros
- Periódicos
- TFCs
- Monografias
- Séries
- Normas
- Estatísticas
- Eventos
- Sites Interessantes
- Dados dos Usuários
- Fóruns
- Sobre

BEM-VINDO AO SISTEMA MAXWELL

Você chegou à v.4 do Maxwell, um repositório institucional da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Esta versão é adequada à navegação por parte de pessoas portadoras de deficiência visual ou de cegueira. Destinadas às primeiras foram desenvolvidas ferramentas de manipulação das páginas para torná-las mais facilmente visualizáveis, enquanto que as segundas foi executada a programação que pode ser interpretada pelos produtos TTS - Text-To-Speech.

No Maxwell, você encontrará uma parte da produção científica da nossa universidade. Convidamos você a navegar por ele e conhecer os trabalhos.

Notícias

NOVO ARTIGO NO IRR
30-05-2011

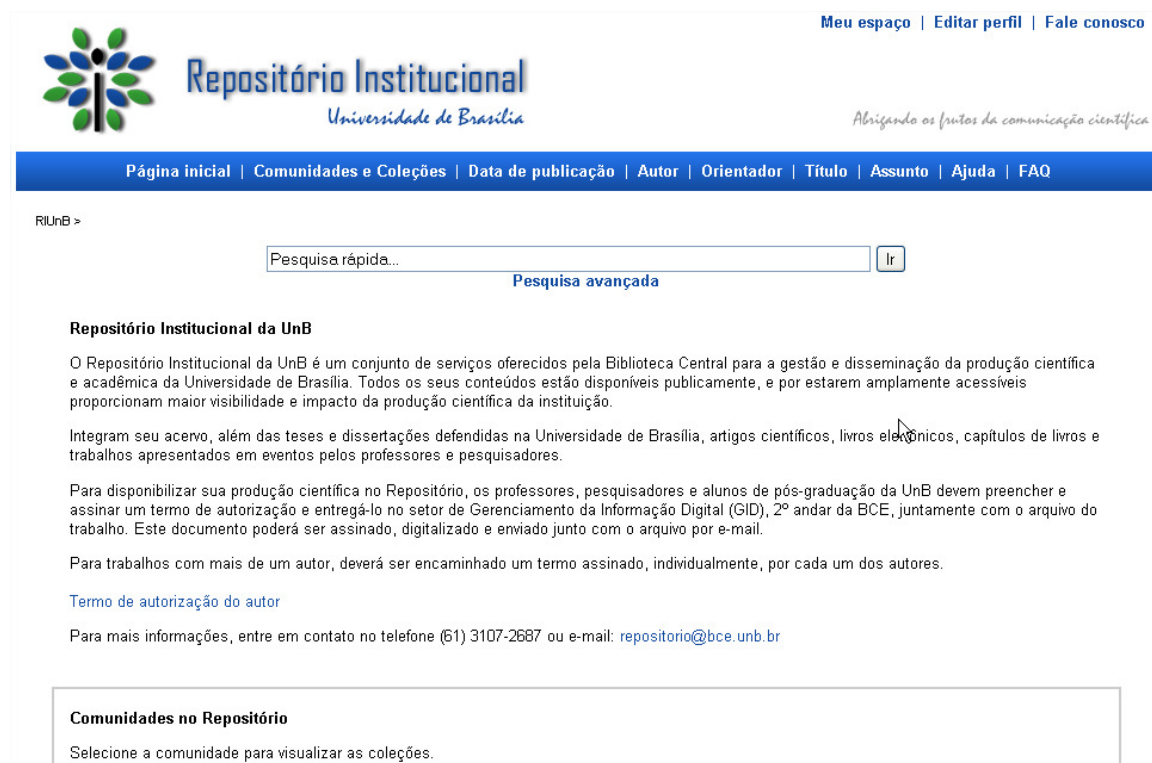
Veja Mais

BOTD
Publics Core
Used Here!
MetaArchive
Member of
NDLTD
Open Access

Fonte: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/>

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Figura 7 – Página principal do Repositório Institucional da UnB



Meu espaço | Editar perfil | Fale conosco

Repositório Institucional
Universidade de Brasília

Abrigando os frutos da comunicação científica

Página inicial | Comunidades e Coleções | Data de publicação | Autor | Orientador | Título | Assunto | Ajuda | FAQ

RIUnB >

Pesquisa rápida...

[Pesquisa avançada](#)

Repositório Institucional da UnB

O Repositório Institucional da UnB é um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca Central para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da Universidade de Brasília. Todos os seus conteúdos estão disponíveis publicamente, e por estarem amplamente acessíveis proporcionam maior visibilidade e impacto da produção científica da instituição.

Integram seu acervo, além das teses e dissertações defendidas na Universidade de Brasília, artigos científicos, livros eletrônicos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos pelos professores e pesquisadores.

Para disponibilizar sua produção científica no Repositório, os professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação da UnB devem preencher e assinar um termo de autorização e entregá-lo no setor de Gerenciamento da Informação Digital (GID), 2º andar da BCE, juntamente com o arquivo do trabalho. Este documento poderá ser assinado, digitalizado e enviado junto com o arquivo por e-mail.

Para trabalhos com mais de um autor, deverá ser encaminhado um termo assinado, individualmente, por cada um dos autores.

[Termo de autorização do autor](#)

Para mais informações, entre em contato no telefone (61) 3107-2687 ou e-mail: repositorio@bce.unb.br

Comunidades no Repositório

Selecione a comunidade para visualizar as coleções.

Fonte: <http://repositorio.bce.UnB.br/>

O RIUnB (Repositório Institucional da UnB) é um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca Central para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da Universidade de Brasília. Todos os seus conteúdos estão disponíveis publicamente e, por estarem amplamente acessíveis proporcionam maior visibilidade e impacto da produção científica da instituição. Seu acervo é constituído por teses e dissertações defendidas na Universidade de Brasília, artigos científicos, livros eletrônicos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos pelos professores e pesquisadores e alunos de pós-graduação da UnB. O *software* adotado é o DSpace, criado em setembro de 2008. Mantém parceria com o Ibict, por meio do Edital do Ibict/Finep, no recebimento do *kit* tecnológico.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Figura 8 – Página principal do Sistema Nou-Rau: Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Maringá

Biblioteca Digital
Universidade Estadual de Maringá

SISTEMA Nou-Rau

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIB / UEM
[Principal](#) | [Apresentação](#) | [Objetivos](#) | [Instruções Autores](#) | [Exibições](#) | [Outras Bibliotecas Digitais](#) [atual](#) | [assessa](#) | [suporte](#) | [ajuda](#) | [versão beta2](#)

Índice
[Página principal](#)
[Documentos](#)
[Novidades](#)
[Usuários](#)

Introdução
 Bem-vindo a Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Maringá, através do Sistema Nou-Rau, uma parceria da Unicamp/UEM.

Totais
 Documentos: 1005
 Tamanho total: 2177 Mb
 Total baixado: 48267

Tópicos principais

Tópicos	Descrição
Dissertações e Teses	Universidade Estadual de Maringá
Congressos e Seminários	Congressos e Seminários da Universidade Estadual de Maringá
Hemeroteca	Hemeroteca da Universidade Estadual de Maringá
Periódicos Eletrônicos	Periódicos Eletrônicos Publicados pela Universidade Estadual de Maringá
Produção Científica do Nupelia/PEA	Produção Científica do Nupelia/PEA
Produção Científica UEM - QUINOR DOCUMENTOS	Produção Científica da Universidade Estadual de Maringá

Novidades
 Biblioteca Digital da UEM no Ranking Web of World Repositories
 publicado por [admin](#) em 17-08-2016 09:23
[Direção de Repositório](#)
[Ranking Institucional Content](#)

UEM no Ranking Web of World. Vejam!!!
 publicado por [admin](#) em 25-07-2007 09:53
[Ranking Web of World Countries](#)
[Ranking Web of World Universities Top 8000 Universities](#)
[Ranking Web of Latin America Universities](#)
[Ranking Web of Brazil](#)

Read the notice [ajuda](#)

Todos os documentos disponíveis neste sistema são de propriedade e responsabilidade de seus autores, autorizados somente para fins didáticos. Não poderão ser utilizados para fins comerciais ou transferidos para o seu próprio servidor para uso público.

Fonte: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/>

O Sistema Nou-Rau: Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Maringá é um repositório institucional, cadastrado no ROAR. Disponibiliza a produção científica gerada na UEM, contribuindo para o fomento e o compartilhamento da informação e do conhecimento, criação de mapas de dados e visibilidade geográfica de temas de pesquisas em suas áreas cognitivas. O *software* adotado é o Nou-Rau elaborado pela Unicamp, implantado em março de 2009. Os objetivos desse repositório são: difundir e consolidar a produção científica da UEM; democratizar o acesso à produção intelectual da comunidade acadêmica/científica da UEM; auxiliar na tomada de decisão e na produção de indicadores em C & T; permitir a interação eficaz e eficiente entre as diversas sociedades que se beneficiam do conteúdo e dos serviços da Biblioteca Digital; garantir a integridade das informações, necessárias a preservação digital dos acervos e dos documentos; e, por fim, inserir e agregar a instituição no cenário digital nacional e internacional.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO MESQUITA FILHO

O Acervo Digital da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Fig. 9) utiliza o *software* DSpace.

Figura 9 – Página principal do Acervo Digital da Unesp

The screenshot shows the main interface of the Digital Archive of Unesp. At the top, there is the Unesp logo and the text "UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA 'JÚLIO DE MESQUITA FILHO'". To the right, there are links for "Contato", "Enviar Comentário", and "Ajuda", along with flags for Brazil and the United States. Below this is a search bar with the text "Acervo Digital da Unesp" and "Encontre no Acervo" on the left, and a "Buscar" button and "Busca Avançada" link on the right. The main content area is titled "COMUNIDADES NO ACERVO" and contains four categories: "Acervo Histórico-Cultural" (represented by a classical building icon), "Documentação permanente" (represented by a notebook and pencil icon), "Objetos Científicos" (represented by a box of books icon), and "Objetos Educacionais" (represented by a chalkboard and books icon). Below this, there is a section "NAVEGUE NO ACERVO POR" with four buttons: "Data de Edição" (calendar icon), "Título" (book icon), "Autor" (person icon), and "Assunto" (speech bubble icon). To the right of this is a "MEU ACERVO" section with an "E-mail:" field, a "Senha:" field, and an "Entrar" button. Below the password field, there are links for "Esqueceu sua senha?" and "Você é um novo usuário? Clique aqui para se registrar.". A dark blue box on the right contains the text "Envie seu material para o acervo. Clique aqui para fazer seu cadastro." At the bottom, there are logos for "unesp", "PARCEIROS", "CEDEM", and "nead". A copyright notice at the very bottom reads "© 2011 Unesp - Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' - Todos os direitos reservados."

Fonte: <http://www.acervodigital.Unesp.br/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (Fig. 10) utiliza o *software* DSpace. Tal repositório foi implantado em outubro de 2010. O RI tem como objetivo reunir num único local virtual o conjunto da produção científica e acadêmica da Universidade Federal da Bahia, contribuindo para ampliar a visibilidade da Instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação, além da preservação da memória intelectual, seja na área das artes, das ciências ou humanidades. Mantém parceria com o Ibict, por meio do Edital do Ibict/Finep, no recebimento do kit tecnológico.

Figura 10 – Página principal do Repositório Institucional da UFBA

REPOSITÓRIO Institucional | UFBA
Universidade Federal da Bahia

RI UFBA >

Percorrer:

- Sobre o RI UFBA
- Comunidades & coleções
- Data publicação
- Autor
- Título
- Assunto

Entrar:

- Serviço de alertas
- Área Pessoal
utilizadores autorizados
- Editar conta
- Ajuda
- Sobre o DSpace

Repositório Institucional (RI) da UFBA

O RI tem como objetivo reunir num único local virtual o conjunto da produção científica e acadêmica da Universidade Federal da Bahia, contribuindo para ampliar a visibilidade da Instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação, além da preservação da memória intelectual, seja na área das artes, das ciências ou humanidades.

Pesquisa simples

Pesquisa avançada

Comunidades no repositório

Selecione uma comunidade para percorrer as suas coleções.

Saiba mais

- Política Institucional
- Orientações para uso do Repositório Institucional da UFBA
- Tutorial para depósito

Fonte: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

O Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás tem como objetivos a preservação, divulgação e disponibilização da produção científica da Universidade. Utiliza a tecnologia de arquivos abertos com acesso aberto à informação científica. Os documentos disponibilizados no RI são: artigos publicados em periódicos científicos, livros, capítulos de livros, teses, dissertações, trabalhos publicados em anais de eventos, entre outras publicações científicas. O *software* utilizado é o DSpace, implantado em 2010, mas continua em construção. Mantém parceria com o Ibict, por meio do Edital do Ibict/Finep, no recebimento do kit tecnológico.

Figura 11 – Página principal do Repositório Institucional da UFG

The screenshot shows the homepage of the Institutional Repository of UFG. At the top left is the logo of the repository, and at the top right is the UFG logo. The main navigation bar includes a search bar and links for 'Busca Avançada', 'Página inicial', 'Visualizar', and 'Entrar:'. The 'Visualizar' section lists various search criteria like 'Comunidades & Coleções', 'Data de emissão', 'Autor', 'Título', and 'Assunto'. The 'Entrar' section offers options like 'Receber mensagens alterações', 'Meu espaço', and 'Editar Perfil'. The main content area features a 'Bem-vindo ao Repositório Institucional da UFG' message, a search bar, and a list of communities with their respective document counts. The right sidebar displays logos for SIB, DSPACE, OPEN ACCESS, and RSS Feeds, along with a visitor count of 231.

Fonte: <http://repositorio.bc.ufg.br/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Figura 12 – Página principal da Biblioteca Digital UFMG

The screenshot shows the homepage of the Digital Library of UFMG. The header includes the library's name and logo. The main navigation bar features a search bar and a 'Pesquisa Avançada' link. The 'Pesquisa' section includes a search bar and an 'ok' button. The 'Comunidades no Opus DSpace' section lists 'Teses e Dissertações'. The right sidebar displays the DSPACE logo.

Fonte: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/>

A Biblioteca Digital da Universidade Federal de Minas Gerais, disponibiliza apenas teses e dissertações, utiliza o *software* DSpace.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Figura 13 – Página principal do Repositório Institucional Universidade Federal de Pelotas

UFPel

Guaiaca repositório institucional
Universidade Federal de Pelotas

REGULAMENTAÇÃO ORIENTAÇÕES AJUDA SOBRE O DSPACE

ESQUISA

comunidades
Coleções
data publicação
autor
título
resumo

INSTRUMENTOS

envio de alertas
rea Personal
utilizadores autorizados
ditar conta

Guaiaca UFPel >

Bem Vindo à GUAIIACA, o Repositório Institucional da UFPel

O RI tem como objetivo reunir num único local virtual o conjunto da produção científica da Universidade Federal de Pelotas, contribuindo para ampliar a visibilidade da instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação, além da preservação da memória intelectual, seja na área das artes, ciência ou humanas.

O que é uma GUAIIACA

O nome Guaiaca vem do cinto largo de couro macio que serve para guardar dinheiro e pequenos objetos. Em analogia: é onde o gaúcho guarda as coisas de valor. No caso da UFPel, onde é depositada a produção científica, nesse maior bem. A UFPel é uma instituição gaúcha, com forte vínculo rural, tendo a primeira faculdade de Agronomia do país, está inserida no pampa gaúcho e fortalece a função de divulgar e preservar a cultura sul-riograndense, mostrando a identidade gaúcha para o Brasil.

Busca

Entre com um texto para buscar no repositório

Buscar

Comunidades no repositório

Selecione uma comunidade para percorrer as suas coleções.

[Centro de Desenvolvimento Tecnológico \[0\]](#)
[FO - Faculdade de Odontologia \[26\]](#)
[FV - Faculdade de Veterinária \[34\]](#)
[IB - Instituto de Biologia \[1\]](#)
[IFM - Instituto de Física e Matemática \[3\]](#)

N3C XHTML 1.0

DSpace Software Copyright © 2002-2008 MIT and Hewlett-Packard - Comentários

Fonte: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/jspui/>

O RI da Universidade Federal de Pelotas tem como objetivo reunir num único local virtual o conjunto da produção científica da Universidade, dessa maneira contribui para ampliar a visibilidade da instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação, além da preservação da memória intelectual, seja na área das artes, ciência ou humanas. Mantém parceria com o Ibict, por meio do Edital do Ibict/Finep, no recebimento do kit tecnológico.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Figura 14 – Página principal do Repositório Institucional UFSC



Fonte: <http://repository.bu.ufsc.br:8080/xmlui/>

O Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina é um serviço oferecido pela Biblioteca Central com a viabilidade de tornar disponível e acessível, em um único espaço na web, a produção científica da UFSC e assim contribuir para o aumento da sua visibilidade, bem como garantir e preservar a memória institucional. Adotaram o *software* DSpace, implantado em fevereiro de 2011. Mantém parceria com o Ibict, por meio do Edital do Ibict/Finep, no recebimento do kit tecnológico.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Figura 15 – Página principal do Repositório de Publicações Científicas da UFMA



Fonte: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/>

O Repositório de Publicações Científicas da Universidade Federal do Maranhão tem o propósito de disponibilizar toda a produção científica da instituição, reunindo num só acervo documental digital os trabalhos científicos produzidos em todos os cursos da Universidade, sejam de graduação ou pós-graduação. O Repositório é uma iniciativa da Divisão de Informação Digital da Biblioteca Central da UFMA em parceria com o Ibict, pelo Edital do Ibict/Finep, no recebimento do kit tecnológico. Seu objetivo é fomentar uma relação mais estreita entre a Universidade, os centros de pesquisa e a sociedade. A missão do RI é coletar e disponibilizar toda a produção científica relevante da instituição de forma gradual e progressiva, não só os registros textuais, mas também formatos diversos, ampliando a visibilidade da produção científica da UFMA. O acesso ao RI é disponível para qualquer pesquisador ou estudante, sem a necessidade de *logins* ou senhas, salvo nos casos em que as próprias comunidades assim o determinarem. Dentro do possível, as coleções estarão disponíveis em parte ou de forma integral *online*, estimulando estratégias colaborativas e promovendo o compartilhamento da informação e do conhecimento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Figura 16 – Página principal da Biblioteca Digital DSpace da UFPR

DSpace Home [Teses & Dissertações](#)

Teses & Dissertações

Search within this community and its collections:

[Advanced Search](#)

Collections in this community

- [Relatórios Técnicos](#)
- [Teses & Dissertações](#)

Recent Submissions

[Tradução e validação de um questionário de saúde bucal a médicos obstetras e residentes em obstetrícia](#)
Stadler, Amanda Finger (2011-05-13)

[Metas de inflação](#)
Jesus, Cleiton Silva de (2011-05-13)

[Teleodontologia no diagnóstico de lesões de cárie e alterações da mucosa bucal em adolescentes privados de liberdade](#)
Morosini, Imara de Almeida (2011-05-13)

[Implantação da disciplina de Atenção Básica à Saúde no curso de Medicina da Universidade Federal do Paraná](#)
Carlini, Ricardo (2011-05-13)

[Características da microbiota da superfície ocular bacteriana em animais domésticos e silvestres](#)
Santos, Lucianne Leigue dos (2011-05-13)

Search DSpace

Search DSpace
 This Collection

[Advanced Search](#)

Browse

- All of DSpace
 - [Communities & Collections](#)
 - [By Issue Date](#)
 - [Authors](#)
 - [Titles](#)
 - [Subjects](#)
- This Community
 - [By Issue Date](#)
 - [Authors](#)
 - [Titles](#)
 - [Subjects](#)

My Account

- [Login](#)
- [Register](#)

This website is using Manakin, a new front end for DSpace created by Texas A&M University Libraries. The interface can be extensively modified through Manakin Aspects and XSL based Themes. For more information visit <http://di.tamu.edu> and <http://dspace.org>

[Contact Us](#) | [Send Feedback](#)

Digital Initiatives
Research & Technology

Fonte: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/>

A Biblioteca Digital DSpace é um repositório digital elaborado e mantido pela Universidade Federal do Paraná, o *software* adotado é o DSpace, implantado em novembro de 2004. Constam as seguintes tipologia documental: fotos, livros, monografias de especialização, RedeIFES, sons e imagens, teses e dissertações.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Figura 17 – Página principal do Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

The screenshot shows the main page of the Institutional Repository of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). The page is structured as follows:

- Header:** Includes the logo of the Institutional Repository (REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL) and the name of the University (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE).
- Search Bar:** Located at the top left, with a search button labeled "Buscar".
- Navigation Menu (Left Sidebar):**
 - Buscar:** Search options.
 - Busca Avançada:** Advanced search options, including "Página inicial".
 - Visualizar:** Visualization options, including "Comunidades & Coleções", "Data de emissão", "Autor", "Título", and "Assunto".
 - Entrar:** User account options, including "Receber mensagens alterações", "Meu espaço Usuários autorizados", "Editar Perfil", "ajuda", and "sobre o DSpace".
- Main Content Area:**
 - Language links: [español](#), [English](#), [português](#).
 - Mission statement: "O Repositório Institucional reúne a produção intelectual da comunidade universitária (docentes, técnicos e alunos de pós-graduação) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Sua missão é armazenar, preservar e disponibilizar na Internet, textos completos de acesso livre. Para tanto, foi criada a Resolução nº D59/2010-CONSEPE, de 13 de abril de 2010, que estabelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica, na UFRN, no que se refere ao seu Repositório Institucional."
 - Search box: "Buscar" with the instruction "Entrar com um texto para buscar no repositório." and a "Buscar" button.
 - Communities section: "Comunidades no repositório" with the instruction "Escolha a comunidade para visualizar as coleções." and a list of communities:
 - Biblioteca Central Zila Mamede [8]
 - Centro de Biociências [16]
 - Centro de Ciências da Saúde [51]
 - Centro de Ciências Exatas e da Terra [4]
 - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes [8]
- Right Sidebar:**
 - Documentos:** Links for "Folder", "Padrão de Metadados", "Política de Informação", and "Termo de Autorização".
 - RSS Feeds:** Buttons for "RSS 1.0" and "RSS 2.0".

Fonte: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/>

O Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte reúne a produção intelectual da comunidade universitária (docentes, técnicos e alunos de pós-graduação) da Universidade. Sua missão é armazenar, preservar e disponibilizar na Internet textos completos de acesso livre. Adotaram o *software* DSpace, criado em maio de 2006. Mantém parceria com o Ibict, por meio do Edital do Ibict/Finep, no recebimento do *kit* tecnológico.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Figura 18 – Página principal do Repositório Digital Lume

Lume

Apresentação | Instruções aos autores | Regulamentação | Contato | Ajuda

Pesquisar Enviar

[Pesquisa avançada](#)

Bem-vindo ao Lume - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, portal de acesso que reúne os documentos digitais gerados em seu âmbito, visando sua preservação e divulgação.

Comunidades

Selecione uma comunidade para percorrer suas coleções.

- [Acervo Fotográfico](#) [1373]
- [Artigos de Periódicos](#) [3682]
- [Livros e Capítulos de Livros](#) [55]
- [Teses e Dissertações](#) [14183]
- [Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização](#) [964]
- [Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação](#) [3244]
- [Trabalhos de Eventos](#) [4067]

Percorrer

Todo o repositório

- [Comunidades e coleções](#)
- [Títulos](#)
- [Autores](#)
- [Palavras-chave](#)
- [Anos](#)

Meu cadastro

- [Login UFRGS](#)
- [Login não UFRGS](#)

Estatísticas

- [Downloads](#)
- [Itens mais baixados](#)

[RSS 1.0](#) [RSS 2.0](#)

O autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis neste repositório e é vedada, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia.

Powered by DSpace software, Version 1.5.2

Fonte: <http://www.lume.ufrgs.br/>

O Lume - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – tem por objetivo reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos, artísticos e administrativos gerados na Universidade. Os documentos digitais disponíveis no repositório podem conter texto, imagem, vídeo e áudio e são, em sua maioria, de acesso livre. Em alguns casos, o acesso é restrito à comunidade da UFRGS. O Lume usa o DSpace, *software* livre desenvolvido pelo MIT e HP, compatível com o Protocolo de Arquivos Abertos (OAI), permitindo que os documentos sejam facilmente recuperados por serviços de busca disponíveis na internet. Os metadados utilizados para descrição dos documentos digitais seguem o padrão Dublin Core e o sistema CNRI *Handle* é usado para designar identificadores permanentes para cada documento disponível no Repositório. Os documentos disponíveis no Lume são de propriedade e responsabilidade de seus autores, conforme a legislação que rege o direito autoral no país (Lei nº 9.610, de 19.02.98).

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Figura 19 – Página principal do RiUT Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

The screenshot shows the main page of the RiUT Institutional Repository. At the top left is the UTFPR logo and the text 'Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná'. Below this is a search bar with a 'Buscar' button. To the left of the main content is a navigation menu with sections: 'Visualizar' (with links for Comunidades & Coleções, Data de emissão, Autor, Orientador, Título, Assunto, Campus) and 'Entrar' (with links for Receber mensagens alterações, Meu espaço, Editar Perfil, ajuda, sobre o DSpace). The main content area has a 'Bem-vindo ao RiUT' heading, followed by the repository's name and a brief description of its purpose and campus locations. Below this is another search box with the text 'Entrar com um texto para buscar no repositório.' and a 'Buscar' button. Underneath is a section titled 'Comunidades no repositório' with the instruction 'Escolha a comunidade para visualizar as coleções.' and a list of communities with their respective collection counts: EPT - Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio [0], ESP - Programas de Pós-Graduação Lato-Sensu (Especializações) [0], GRAD - Cursos de Graduação [0], PCS - Produção Científica de Servidores (Docentes e Técnico-Administrativos) [23], and POS - Programas de Pós-Graduação Stricto-Sensu (Mestrados e Doutorados) [53]. On the right side, there are 'RSS Feeds' for 'EPT' and 'ESP'. The footer contains the address 'Av. Sete de Setembro, 3165 - Reboças CEP 80230-901 - Curitiba - PR - Brasil', phone number '+55 (41) 3310-4511', and a note that the repository is implemented with DSpace and maintained by UTFPR, with a 'Contato' link. Logos for W3C XHTML 1.0, Creative Commons, and DSpace are also present.

Fonte: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/>

O RiUT - Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – é fruto da iniciativa nacional do Ibict em promover a produção acadêmica de diferentes instituições por meio de uma ferramenta livre que forneça disponibilização dos documentos armazenados tanto para consulta no país quanto internacionalmente, pela internet, por meio do Edital Ibict/Finep. A UTFPR busca oferecer à sociedade a abertura à consulta de materiais produzidos decorrentes de investimentos na instituição como forma de alavancar o desenvolvimento humano e científico, o qual constitui a principal responsabilidade perante a comunidade. O RiUT tem como objetivo garantir o armazenamento e disponibilização desses materiais para consulta a quaisquer interessados, através de um acesso permanente que gere confiança ao aluno, tanto à citação em documentos posteriores gerados, quanto aos autores, preservando o reconhecimento por suas obras. Utilizam o *software* DSpace, iniciaram algumas atividades em 2009, mas seu *site* foi ao ar em 2010. Há proposta de que haja autoarquivamento, mas até o momento somente o comitê gestor é responsável pelo arquivamento.

A terceira etapa constitui-se de uma lista de itens (*checklist*), elaborada por Camargo e Vidotti (2008), conforme o Quadro 7, onde os autores demonstram as funções e as características dos repositórios, mas nessa etapa, a pesquisadora teve que checar presença ou a ausência do item indicado; SIM quando está visível na página principal do repositório; e NÃO quando não estava visível na página principal do repositório. A divisão de tópicos foi simplificada em quatro categorias, a saber: produtos e serviços, políticas, interoperabilidade humana e interoperabilidade de sistemas, categorias essas que se enquadram na proposta deste estudo. Mas isso não significa que os demais itens sejam menos importantes.

Na quarta etapa o objetivo foi verificar, junto aos gestores dos repositórios, quais os aspectos que podem interferir no compartilhamento da informação e do conhecimento. Portanto foi elaborado um questionário com 23 questões mistas (abertas e fechadas). Pretendeu-se com isso identificar questões sobre: caracterização do repositório; gestão/interoperabilidade humana; compartilhamento da informação e do conhecimento; política; interoperabilidade de sistemas, serviços e outros aspectos (Apêndice B).

Os dados obtidos serão apresentados e analisados na próxima seção, correspondendo ao último objetivo da pesquisa, foi elaborada a proposta de uma política para implementação de um repositório temático em Moda e *Design* para a Universidade Estadual de Maringá (Apêndice C).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

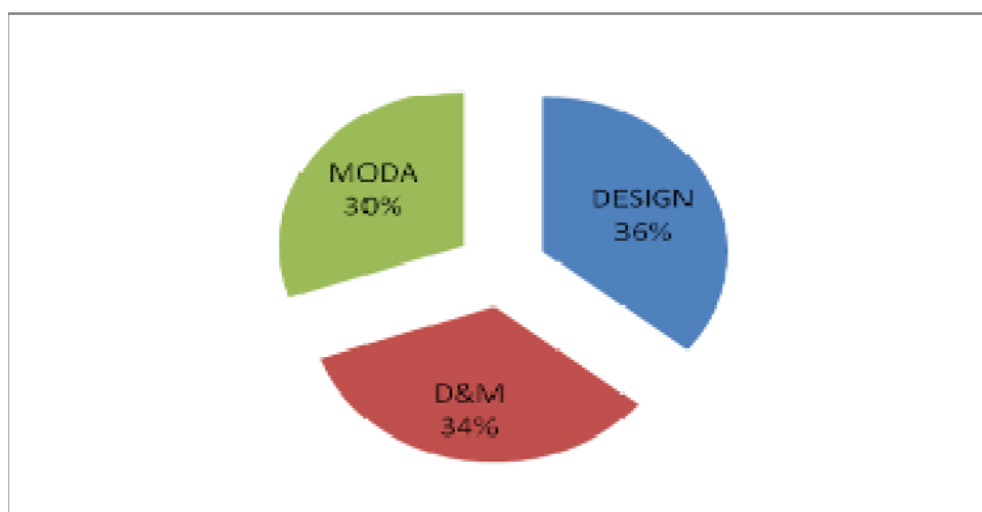
Apresentação e análise dos dados coletados foram realizadas em três etapas, sendo a primeira os dados obtidos mediante o *checklist* baseado no quadro de Camargo e Vidotti (2008), onde os autores demonstram as funções e as características dos repositórios. Nessa etapa foi observada a presença ou a ausência de cada item indicado; SIM quando estava visível na página principal do repositório; e NÃO quando não estava visível na página principal do repositório.

Na segunda etapa foram apresentados os dados obtidos mediante o formulário para coleta de dados sobre aspectos que interferem no compartilhamento da informação e do conhecimento enviado aos gestores das 15 instituições que constituem a população alvo. As discussões e análises realizadas foram confrontadas com a literatura da área buscando sustentação para os achados da pesquisa.

Na terceira etapa apresentou-se a descrição de como foi elaborada a proposta de política para o repositório temático institucional em Moda e *Design* constante no Apêndice C.

Quanto ao número de cursos nas áreas de Moda e *Design* existentes no Brasil, o gráfico abaixo mostra os que são apenas de Moda, os de *Design* e as instituições que ofertam ambos os cursos.

Gráfico 1 – Caracterização dos cursos



Fonte: elaboração própria.

Os critérios para inclusão da população a ser pesquisada foram: da lista de 204 escolas que ofertam os cursos de Moda e *Design* nos diferentes níveis, 15 fizeram parte do estudo apenas aquelas que em parte divulgam a existência de repositórios.

Algumas impressões que foram percebidas no ato da checagem dos repositórios:

- Das 204 instituições pesquisadas, a maioria não divulga suas publicações em repositórios, o mais comum é a divulgação em bibliotecas digitais de teses e dissertações e periódicos eletrônicos.
- Outro dado significativo é que 77% das IES oferecem o serviço de catálogos *online*, onde disponibilizam as informações no formato de referência dos materiais bibliográficos (livros, monografias, teses, dissertações, folhetos, partituras e outros).
- Dentre os 15 repositórios institucionais em análise, oito deles contêm suas experiências de implementação e execução dos repositórios documentando, seja em artigos apresentados em eventos, artigos publicados em periódicos, capítulo de livro, dissertações, manuais/tutorias de acesso e políticas de informação dos repositórios, como forma de compartilhamento de suas experiências desse novo produto digital, o que contribuiu para a análise dos dados aqui presentes. Reforçando na explanação de alguns critérios descritos nas etapas a seguir.

As bibliotecas em muitas instituições ficam enquadradas em setores secundários, não estão ligadas às Reitorias. Sua visibilidade nas páginas oficiais das IES também tem pequena notoriedade, geralmente ficam relacionados a outros *links*. Algumas instituições ainda não disponibilizaram *home-page* para suas bibliotecas ou sistemas de informação, em alguns endereços há acesso apenas a página principal da universidade/instituição de pesquisa. Dificuldade para localizar a página da biblioteca, ora em instituição, ora em serviço, ora em aluno/acadêmico.

Além do termo repositório institucional, também é utilizado e a expressão biblioteca digital, todos utilizam o protocolo OAI, o que as caracterizam como um repositório e permitem o acesso livre de suas produções técnico-científicas

e acadêmicas, promovendo o compartilhamento da informação e do conhecimento aos materiais arquivados no sistema.

A seguir a análise dos dados coletados.

4.1 DADOS DO *CHECKLIST*

A pesquisa exploratória corresponde à identificação dos tópicos e critérios checados na página principal de cada repositório conforme estabelecido no Quadro 8, desse modo, foi possível obter os resultados a seguir. A ordem de apresentação dos dados coletados estão disponibilizados conforme apresentados no instrumento de coleta de dados (*checklist*).

4.1.1 Quanto aos serviços oferecidos: referente à disponibilização de lista de discussão nos respectivos repositórios, identificou-se que a totalidade deles não divulga em suas páginas esse serviço, portanto a resposta foi: 100% não têm lista de discussão em seus repositórios.

Com relação à disponibilização de índices, resumos e catálogos, 93% das IES checadas possuem a pesquisa por índices critérios, ressaltando que as instituições que têm parceria com o Ibict apresentam as opções comuns a todos, como: data de publicação/emissão, autor, título e assunto (sendo elas a UnB, UFBA, UFG, UFPel, UFSC, UFMA, UFRN, UFRGS e UTFPR). Acrescenta-se que a UTFPR apresenta mais duas opções: orientador e câmpus. A UEM (7%) não divulga a pesquisa por índice, pois seus conteúdos estão disponibilizados em tópicos: dissertações e teses; congressos e seminários; hemeroteca; periódicos eletrônicos; produção científica do Nupélia/PEA; e produção científica “outros”. Referindo-se ao resumos, 100% das IES apresentam os resumos dos respectivos documentos arquivados. A respeito dos catálogos, são divulgadas, em suas respectivas páginas, as opções de busca simples e busca avançada, sendo 100% dos repositórios.

O serviço de tradução foi identificado em sete das instituições (47%), sendo o padrão português e inglês, apenas uma instituição oferece espanhol; e oito IES (53%) não possuem esse serviço.

Em se tratando da coleta de dados dos usuários e a personalização, identificou-se que 14 instituições (93%) possuem esse serviço, oferecendo espaço

para editar o cadastro, essa opção é permitida somente a usuários autorizados, sendo eles autores e co-autores com vínculo institucional para autoarquivamento em alguns repositórios, outros para recebimento de novos depósitos e uma das IES apenas para identificação no momento do *download* dos documentos.

Em relação aos usuários com necessidades especiais, apenas uma IES (7%) divulga em sua página uma versão adequada à navegação por parte de pessoas portadoras de deficiência visual ou de cegueira. As demais instituições (93%) não divulgam nenhuma outra forma de auxílio aos usuários com necessidades especiais.

Além dos serviços mencionados acima, nessa etapa, identificou-se serviços que não estão no *checklist*, mas são elencados por Leite (2009, p. 51), permitidos aos repositórios e identificados no momento da checagem na página principal de cada um, são eles: serviços de consulta e suporte ao preenchimento de metadados, incluindo a indexação (com manuais/tutoriais disponíveis no site do repositório); suporte via correio eletrônico ou telefone; treinamento e suporte aos usuários para o depósito de documentos; serviço de identificadores persistentes com vistas à preservação do acesso; orientação sobre direitos autorais; e depósito mediado.

4.1.2 No tópico de criação de comunidades e coleção, identificou-se que em relação à verificação da facilidade de utilização do recurso que possibilita a criação de comunidades e coleções, nenhum dos repositórios checados divulga essa informação em sua página, portanto, 100% dos repositórios não oferecem ao usuário a possibilidade de criar comunidades e coleções, as mesmas já estão predispostas conforme a equipe gestora implantou.

Em se tratando da verificação da coerência da categoria da comunidade e da coleção em relação aos trabalhos submetidos, identificou-se que nesse critério há coerência em 100% das instituições checadas. Pois as comunidades, bem como as coleções, estão coerentes aos documentos arquivados. É importante ressaltar que há uma similaridade na apresentação das comunidades e das coleções dos repositórios, que ora são disponibilizadas por comunidade conforme a tipologia documental (teses e dissertações, artigos de periódicos, livros, vídeos, fotos e outros) e ora as coleções são apresentadas conforme a estrutura

administrativa (centros, escolas, faculdades, departamentos, institutos e programas de pós-graduação). Então os dados são: seis dos repositórios, referente a 40%, dividem suas comunidades pela tipologia documental e as coleções pela hierarquia institucional, a saber, Univates, PUC-RJ, UEM, Unesp, UFPR e UFRGS. Enquanto nove instituições (60%) apresentam as comunidades de acordo com a estrutura administrativa e as coleções seguem a ordem de tipologia documental, a saber: UnB, UFBA, UFG, UFMG, UFPel, UFSC, UFMA, UFRN e UTFPR. Há uma ressalva referente à UTFPR, pois sua comunidade é apresentada pelo nível de ensino (técnico, graduação, pós-graduação e produção dos servidores) e as coleções por tipologia documental. Logo, identificou-se que a referida Universidade tem uma característica peculiar por ser uma instituição nova como universidade (por esse motivo não há faculdades, centros, departamentos, tendo apenas coordenações), lembrando que é uma instituição *multicampi* (12 câmpus) e cada câmpus tem um departamento específico.

4.1.3 Quanto à facilidade de utilização da ferramenta de autoarquivamento, identificou-se nesse critério que apenas cinco repositórios (33%) permitem o autoarquivamento, e as dez demais instituições (67%) não permitem o autoarquivamento. Vale lembrar que dentre as dez IES que não ofertam o autoarquivamento encontram-se quatro repositórios que mantêm parceria com o Ibict, portanto esses repositórios estão em fase de disponibilizar esse serviço aos seus usuários.

4.1.4 Quanto ao tópico de recuperação de informação, primeiramente o critério identificado foi a ferramenta de busca, ou seja, o método pelo qual se faz a pesquisa, sendo que 100% das IES divulgam em seus repositórios a opção de busca simples/normal e a busca avançada. A sua totalidade também foi identificada com relação à facilidade de utilização das ferramentas de busca, sendo 100% delas identificadas de maneira clara e coerente e, além das opções de pesquisa simples ou avançada, há a possibilidade de fazer buscas de conteúdos pelos índices e também conforme as comunidades e coleções, quando não se tem autor, título ou assunto. O uso de pesquisa por índices, comunidades e conteúdos são fundamental em revisões bibliográficas e assim promovem o compartilhamento da informação e do conhecimento. O mesmo identificou-se com relação às estratégias de busca de

informações disponibilizadas nos *sites* dos repositórios, pois os mesmos são mecanismos simples e de fácil entendimento para a pesquisa. Já em se tratando do refinamento ou filtragem de dados obtidos na busca, o mecanismo divulgado são as opções simples e avançada, na opção avançada não há possibilidade de refinamento ou filtragem em nenhum dos RIs, portanto, nesse critério, é 100% negativa.

Quanto às formas de resultados da busca, foi identificado que 100% dos RIs apresentam os resultados conforme o preenchimento dos campos inseridos para a busca elaborada pelo usuário, ou há as opções marcadas na página que divulgam os resultados das pesquisas, desse modo, os resultados podem ser apresentados conforme a ordem de relevância, a ordem de data de submissão dos arquivos, a data de emissão dos arquivos e conforme título dos trabalhos arquivados. Portanto identificou-se que quando o usuário sabe o que procura, há precisão da busca, nesse caso é 100% afirmativa, conforme testado nos repositórios nesta pesquisa apresentados.

4.1.5 O tópico de políticas internas é de suma importância para a implantação e a execução de um repositório. A política de informação é um importante instrumento delineador de diretrizes e ações. Pois a política irá ditar as regras pelas quais o repositório será disposto, apresentado e administrado, é fundamental que ela seja contínua e atenda às necessidades de seus usuários e proporcione a melhoria do sistema. Política de informação é um conjunto de leis, regulamentos e diretrizes que incentivam a criação, armazenamento da comunicação da informação, bem como sua disseminação, recuperação e uso (ROWLANDS, 1996, p. 14, tradução nossa).

A importância da política para a implementação, desenvolvimento e manutenção de um repositório faz com que seja inegável seu uso nos RIs, autores como Rowlands (1996), Tomaél e Silva (2007); Silva e Tomaél (2008), Silva e Alcará (2009), Kuramoto (2009c) indicam uma variedade de políticas a ser trabalhada nos repositórios, como: de responsabilidade/autor; de conteúdo/tipologia documental a ser inserida no repositório; de aspectos legais (como os direitos de cópias, adoção da licença do *Creative Commons*); de padrões relacionados às tecnologias (interoperabilidade entre os sistemas de informação utilizado nas IES, bem como as

tecnologias adotadas para inserir os objetos - metadados); de preservação dos objetos digitais inseridos nos repositórios; de acesso e uso; de autoarquivamento; de sustentabilidade e financiamento (recursos financeiros mantenedores dos repositórios).

Kuramoto (2009c) afirma que a qualidade de um repositório depende dessa política. Mas seguindo o instrumento do *checklist*, identificou-se apenas três tipos de políticas: acesso, autoarquivamento e conteúdos. Com relação ao critério política de acesso, sete IES (47%) divulgam esse tipo de política em seus repositórios, enquanto oito instituições não divulgam, o que corresponde a 53% dos RIs. Tratando da política de autoarquivamento, identificou-se que apenas cinco repositórios (33%) permitem o autoarquivamento e divulgam em seus RIs sua política de autoarquivamento, as demais instituições, dez, (67%) não oferecem o autoarquivamento ao usuário, portanto, não têm esse tipo de política disponível. Com relação à política de tipos e formatos de documentos, que corresponde aos conteúdos, apenas cinco divulgam essa política, sendo 33%, enquanto dez não a divulgam, correspondendo a 67% dos repositórios checados.

Nesse contexto de política de informação, Kuramoto (2009c) menciona em seu blog que uma das questões cruciais na implantação de um repositório institucional é o estabelecimento de políticas que garantam o autoarquivamento, por parte dos pesquisadores da instituição, dos seus trabalhos publicados em revistas científicas no repositório de sua universidade, sendo assim, uma das características do acesso livre. Porque nesse ambiente de acesso livre não é recomendável transformar o repositório institucional em memória científica ou técnica, a pretensão é maximizar a visibilidade da produção científica das instituições e promover o livre acesso a essa produção. Nesse sentido, os repositórios institucionais servem à comunicação científica no sentido de que são mecanismos de disseminação da produção científica e promovem o compartilhamento da informação e do conhecimento.

Como auxílio às instituições que implantaram repositórios, o IBICT elaborou uma proposta de modelo de PII para que essas universidades ou instituições de pesquisa possam utilizar essa proposta como ponto de partida e aperfeiçoá-la. Já com relação aos conteúdos, Baptista e colaboradores (2007) consideram importante referir que geralmente aceita na literatura, os materiais depositados nos repositórios podem ir além dos artigos publicados em revistas

científicas: podem ser teses e dissertações, relatórios técnicos de projetos e outros materiais relutantes da produção intelectual de uma instituição. Mas salientam que um repositório institucional não pode ser assemelhado a um armazém, onde tudo o que é gerado dentro de uma instituição é colocado no repositório. Pois esses são considerados uma das faces da instituição e, por isso, deverá ser depositado apenas materiais previamente sujeito a controle de qualidade (*post-prints* e documentos já avaliados pelos pares).

4.1.6 Quanto a parcerias e colaborações com outros membros e aplicações web, identificou-se que, entre as instituições, vale salientar que dez (67%) têm o incentivo às parcerias e dessas, nove (UnB, UFBA, UFG, UFPel, UFSC, UFMA, UFRN, UFRGS e UTFPR) foram contempladas pelo edital do IBICT/FINEP, o qual distribuiu o *kit* tecnológico, composto por: 1 (um) servidor pré-formatado e configurado com o sistema operacional baseado na plataforma UNIX/LINUX; o *software* básicos: Apache, MySQL e PHP; e o *software* DSpace e SEER em regime de comodato. Em contrapartida, a instituição tem que cumprir o disposto no item 6.2, 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.2.1 do citado edital Finep/PCAL/XBDB nº 002/2009.

6.2 – Uma vez entregues os kits tecnológicos, as instituições terão três meses, contados a partir da data de entrega do referido kit, de prazo para o efetivo desenvolvimento e implantação do seu respectivo RI.

6.2.1 – Findo este prazo de três meses, o RI deverá estar apto para ser coletado pelo Portal Oásis.Br.

6.2.2 - O não-cumprimento do prazo definido no Item 6.2 deverá ser devidamente justificado pela instituição.

6.2.2.1 – Caso a Comissão Julgadora deste processo de seleção não acate a justificativa, a concessão do kit tecnológico será cancelada e a instituição será considerada inadimplente, devendo devolver o referido kit tecnológico ao Instituto, o qual será objeto de um novo processo seletivo para sua redistribuição a outras instituições (FUNCATE, 2009).

Outra instituição com parceria para a implantação do repositório é o sistema Nou-Rau de bibliotecas digitais a UEM, que obteve parceria com a Unicamp. As demais cinco IES, que compreende 33%, não divulgam parcerias para a implantação de seus repositórios. No entanto, identificou-se, nesse momento, que as instituições que promoveram parcerias automaticamente dispõem do trabalho em equipe, porque, ao conceber a parceria, os profissionais ligados a ambas as

instituições terão que trabalhar em equipe para o bom andamento do sistema, o que se subentende que dez repositórios (67%) foram identificados com parcerias e trabalho em equipe e cinco (33%) dos repositórios não divulgam se houve parceria na criação dos repositórios, mas quanto ao trabalho em equipe, pode-se deduzir que tenha tido essa ação pelo fato de obterem apoio entre os setores das próprias instituições. Há (compreendi como a existência de ressalva, é isso mesmo?) ressalva nesse tópico, pois. para checá-los. usou-se as páginas dos repositórios, os questionários respondidos dos gestores, bem como a documentação elaborada a partir da criação, execução e uso dos RIs. Conforme descrito na literatura já mencionada, os estudos de Leite (2009), Torino (2010) e Weitzel e Machado (2010) descrevem que para implantar um repositório é essencial a parceria entre departamentos, ou seja, os setores da própria instituição, bem como a cooperação entre os profissionais envolvidos.

4.1.7 Ao tratar das informações sobre o capital ambiental, identificou-se que, entre as 13 instituições, 87% delas divulgam em seus *sites* a descrição das atividades, funções e objetivos do repositório à instituição, apenas duas instituições não divulgam dados referentes a esses aspectos. Kuramoto (2008, p. 179) salienta que a proposta não é a criação de um modelo alternativo de comunicação científica, mas sim um modelo de sustentabilidade da pesquisa científica. E cabe a esse modelo oferecer aos “pesquisadores o acesso livre à literatura científica, principal insumo para o desenvolvimento de suas pesquisas”. Além de proporcionar a sustentabilidade ao desenvolvimento científico dos países, em particular daqueles em desenvolvimento e nos não desenvolvidos, esperam-se os seguintes resultados:

- Maximização da visibilidade das pesquisas científicas;
- Internacionalização da informação científica produzida localmente;
- Maior compartilhamento do conhecimento científico;
- Redução da exclusão cognitiva;
- Redução das desigualdades sociais (KURAMOTO, 2008, p. 179).

Para confirmar a literatura, a seguir são descritas algumas informações identificadas na página de cada RI:

[O repositório] objetivo disponibilizar e viabilizar o acesso rápido de todo conteúdo gerado pela Instituição (trabalhos de conclusão de curso, trabalhos apresentados em eventos, publicações de artigos) através deste repositório, criando um ambiente de disseminação, cooperação e a promoção do conhecimento em uma escala global (R1).

Todos os seus conteúdos estão disponíveis publicamente, e por estarem amplamente acessíveis proporcionam maior visibilidade e impacto da produção científica da instituição. Integram seu acervo, além das teses e dissertações defendidas na Universidade [...], artigos científicos, livros eletrônicos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos pelos professores e pesquisadores (R3).

Difundir e consolidar a produção científica da [universidade]; Democratizar o acesso à produção intelectual da comunidade acadêmica/científica da [IES]; Auxiliar na tomada de decisão e na produção de indicadores em C & T; Permitir a interação eficaz e eficiente entre as diversas sociedades que se beneficiam do conteúdo e dos serviços da Biblioteca Digital; Garantir a integridade das informações, necessárias a preservação digital dos acervos e dos documentos; Inserir e agregar a instituição no cenário digital nacional e internacional (R4).

[O repositório] objetivo reunir num único local virtual o conjunto da produção científica e acadêmica da Universidade [...], contribuindo para ampliar a visibilidade da Instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação, além da preservação da memória intelectual, seja na área das artes, das ciências ou humanidades (R6).

[O repositório] objetivos a preservação, divulgação e disponibilização da produção científica da Universidade. Utiliza a tecnologia de arquivos abertos com acesso aberto à informação científica. Serão disponibilizados no RI [...]: artigos publicados em periódicos científicos, livros, capítulos de livros, teses, dissertações, trabalhos publicados em anais de eventos, entre outras publicações científicas. Diariamente novos documentos podem ser adicionados (R7).

[O repositório] objetivo reunir num único local virtual o conjunto da produção científica da Universidade [...], contribuindo para ampliar a visibilidade da instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação, além da preservação da memória intelectual, seja na área das artes, ciência ou humanas (R9).

[O repositório] serviço oferecido pela Biblioteca Central com a viabilidade de tornar disponível e acessível em um único espaço na web, a produção científica da [...], contribuindo para o aumento da sua visibilidade bem como garantir e preservar a memória institucional (R10).

[O repositório] propósito é disponibilizar toda a produção científica da instituição, reunindo num só acervo documental digital os trabalhos científicos produzidos em todos os cursos da Universidade, sejam de graduação ou pós-graduação, que hoje se acham dispersos. Objetivo

é fomentar uma relação mais estreita entre a Universidade, os centros de pesquisa e a sociedade. Nossa missão será coletar e disponibilizar toda a produção científica relevante da instituição de forma gradual e progressiva, não só os registros textuais, mas também formatos diversos, ampliando a visibilidade da produção científica da [...] (R11).

[O repositório] serviço digital que coleta, preserva e distribui material digital. Repositórios são ferramentas importantes para preservar o legado de uma organização, pois eles facilitam a preservação digital e comunicação científica (R12).

[O repositório] reúne a produção intelectual da comunidade universitária (docentes, técnicos e alunos de pós-graduação) da [...]. Sua missão é armazenar, preservar e disponibilizar na Internet, textos completos de acesso livre (R13).

[O repositório] objetivo reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos, artísticos e administrativos gerados na Universidade, bem como às suas coleções históricas, e a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de suas coleções, embora não produzidos por ela, maximizando o uso desses recursos. Os documentos digitais que integram as coleções podem conter texto, imagem, vídeo e áudio, e são, em sua maioria, de acesso livre. Em alguns casos, o acesso é restrito à comunidade da [...] (R14).

O [repositório] têm o objetivo de reunir, preservar e permitir acesso à produções científicas da comunidade [...] presente nos seguintes campus: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo (R15).

4.1.8 A respeito das informações sobre o capital estrutural, com relação à descrição dos conceitos, modelos, rotinas, marcas, patentes e programas de computador necessários para fazer a instituição e o repositório funcionar, a totalidade das instituições divulga na página principal de seus repositórios o uso do *software* ou a iniciativa dos arquivos abertos. Catorze RIs divulgam utilizar o *software* DSpace, uma IES utiliza o *software* Nou-Rau, enquanto uma não apresenta o *software* adotado, mas explicita a logomarca do OAI.

Desse modo, Rodrigues e colaboradores (2004) mencionam que o “DSpace é um projeto das bibliotecas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) para recolher, preservar, gerir e disseminar a produção intelectual dos seus investigadores”. Sendo ele o resultado entre a investigação e desenvolvimento do MIT e da Hewlett-Packard (HP), tornando-se público em novembro de 2002, de

acordo com os termos da *BSD open source license*. As possibilidades que as instituições elencam ao utilizar o *software open source*:

- Recolher e descrever trabalhos e formato digital utilizando um processo de arquivamento de documentos que pode ser constituído por vários passos;
- Disponibilizar esses trabalhos por meio da web através de um sistema de pesquisa e recuperação da informação;
- Preservá-los a longo prazo (RODRIGUES e colaboradores, 2004).

4.1.9 Ao tratar informações sobre o capital intelectual, procurou-se checar nos repositórios informações a respeito da capacidade, da habilidade e da experiência dos utilizadores para publicação ou administração do repositório, sendo essa uma informação que não foi possível coletar, pois são informações restritas ao repositório. Mas subentende-se que, desde que o repositório esteja em funcionamento, é porque houve uma cooperação de todos os profissionais para que o mesmo fosse utilizado.

4.1.10 Referindo-se a informações sobre o capital de relacionamento, percebeu-se que ao tratar da identificação do critério de incentivo em alianças com os utilizadores para ampliar sua presença no mercado, esse dado também não foi possível checar diretamente no *site* dos repositórios. Mas sim em outras fontes, como os diretórios ROAR (PUC-RJ, UnB, UEM, Unesp, UFG, UFSC, UFMA, UFRN, UFRGS, UTFPR), OpenDOAR (UnB, Unesp, UFBA, UFG, UFSC, UFMA, UFPR, UFRN, UFRGS, UTFPR) e os repositórios promovidos em parcerias com o Ibict/Finep também são noticiados com frequência na página do Ibict (UnB, UFBA, UFG, UFPel, UFSC, UFMA, UFRN, UFRGS, UTFPR), bem como em outras redes sociais mantidas por profissionais vinculados ao Ibict.

4.1.11 Ao mencionar as experiências de outras aplicações ou de outros usuários, identificou-se que em relação à verificação das atividades de documentar e reutilizar informações resultantes de experiências, erros, acertos e melhores práticas a fim de aperfeiçoar a eficiência operacional oito instituições documentaram a experiência dos repositórios desde a sua implantação, execução até seu uso pela comunidade acadêmica.

Quadro 9 – Relação de publicações referentes aos repositórios em estudo

IES	Artigo evento	Artigo de periódico	Manual/tutorial	Livro/capítulo de livro	Dissertação	PII
Univates	1	-----	-----	-----	-----	-----
PUC-RJ	-----	-----	-----	-----	-----	-----
UnB	-----	1	1	1	-----	-----
UEM	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Unesp	-----	-----	-----	-----	-----	-----
UFBA	-----	-----	2	1	-----	1
UFG	1	-----	-----	-----	-----	-----
UFMG	-----	-----	-----	-----	-----	-----
UFPeI	-----	-----	-----	-----	-----	-----
UFSC	-----	-----	-----	-----	-----	-----
UFMA	1	-----	-----	-----	-----	-----
UFPR	-----	-----	-----	1	-----	-----
UFRN	-----	-----	-----	-----	-----	1
UFRGS	3	-----	1	-----	1	1
UTFPR	1	-----	-----	-----	1	1

Fonte: elaboração própria.

Como pode-se verificar no Quadro 9, foram elas, com seus respectivos números de publicações: Univates (1), UnB (3), UFBA (4), UFG (1), UFMA (1), UFPR (1), UFRGS (6) e UTFPR (3). Os tipos de publicações foram: artigos apresentados em eventos, artigos publicados em periódicos, manuais/tutoriais, capítulo de livros, *e-book* e dissertações. Esses dados foram coletados em sites de busca, bibliotecas digitais de teses e dissertações das respectivas instituições participantes dessa pesquisa, bem como os repositórios aqui relatados.

4.1.12 Referente à disseminação da informação, identificou-se a verificação de aplicativo de envio de mensagens sobre os trabalhos submetidos, nesse critério, em 14 IES, que corresponde a 93%, não foi possível identificar essa opção, mas há espaço para os usuários internos; e também naqueles repositórios que permitem o autoarquivamento, é possível que esse serviço seja oferecido. A única instituição que divulga esse serviço a usuários internos é a Univates, que envia *e-mail* quando há novos depósitos, o que corresponde a 7%.

Quanto ao item de parcerias com outras aplicações web, oito foram identificadas em seus repositórios que sim, o que corresponde a 53%, os parceiros divulgados na página e também identificados em suas publicações foram a interoperabilidade do repositório com as bibliotecas digitais de teses e dissertações e os catálogos *online*.

Tratando da utilização de protocolos de interoperabilidade, percebeu-se que 100% das universidades em análise possuem o sistema interoperável, mesmo que ainda não esteja acessível aos seus usuários, pois muitos estão se aperfeiçoando, ressaltando que essa é uma iniciativa recente no Brasil e um campo que há muito a ser trabalhado e esclarecido aos gestores institucionais para que esses repositórios possam ter apoio financeiro e político para a implantação e a manutenção dos mesmos. Os protocolos de interoperabilidade compreendem a nomeação persistente (*tags*), formatos normalizados de metadados e um protocolo para troca e coleta de metadados. Metadados descreve a natureza dos dados digitais armazenados em repositórios (incluindo conteúdo, estrutura e a administração de direitos de acesso). O protocolo de metadados para troca e coleta de informações “é um formato de mensagens que através do protocolo transfere esses metadados na rede e define como eles vão se comunicar entre eles (SANT’ANA, s.d.). Esses mecanismos podem ser aplicados para qualquer tipo de biblioteca digital compatível, criando uma rede global de materiais de pesquisa digital (LAGOZE; SOMPEL, 2001). Acerca do aspecto de utilização de metadados para a inserção dos arquivos depositados nos repositórios, 100% deles seguem o padrão Dublin Core, que apresenta 15 campos exclusivos para descrever os documentos digitais. Já em relação à utilização de linguagem coerente para o público alvo determinado, identificou-se que 100% dos repositórios possuem interface simples, mesmo que o público em geral decida pesquisar no repositório, as opções de pesquisa são fáceis e clara o acesso. Em relação à facilidade no acesso às informações, esse critério está relacionado ao citado anteriormente, pois 100% dos repositórios têm uma linguagem fácil e livre.

4.1.13 A divulgação e incentivo à utilização da ferramenta, quanto ao envio de informações para comunidades, não foi possível identificar no *checklist*, essa informação não estava divulgada no repositório. Já aos indicadores do repositório, a única instituição é a UEM, que divulga em sua página principal que a Biblioteca

Digital da UEM figura no *Ranking Web of World Repositories - Directory of repositories Ranking Institucional Domain*; outra fonte é a participação da mesma no *Ranking Web of World Countries Ranking Web of World Universities Top 8000 Universities Ranking Web of Latin America Universities e Ranking Web of Brazil*. Tratando-se da divulgação em outros ambientes de informação, notou-se a presença apenas do *link* notícias no site da Univates e novidades na página da UEM, quanto aos demais repositórios, sete deles apresentam o RSS que divulga novidades dos seus respectivos repositórios para e-mail dos usuários que se cadastrarem para recebê-lo.

4.1.14 E por fim, a manutenção e atualização do repositório institucional digital. Primeiramente, nesse tópico, o critério é com relação à identificação de informações (notícias) atualizadas, pode-se dizer que há presença apenas do *link* notícias no site da Univates e novidades na página da UEM, quanto aos demais repositórios, sete deles apresentam o RSS que divulga novidades dos seus respectivos repositórios para e-mail dos usuários que se cadastrarem para recebê-los.

Já com relação à identificação de novos depósitos, identificou-se que nove instituições, o que corresponde a 60% dos repositórios, divulgam os depósitos recentes em suas páginas, vale ressaltar que essas nove instituições são as IES que têm parcerias com o Ibict (UnB, UFBA, UFG, UFPel, UFSC, UFMA, UFRN, UFRGS e UTFPR). Outro ponto a ser destacado nesse critério é que todos eles têm a mesma interface, e os outros seis repositórios, equivalente a 40%, não divulgam depósitos recentes.

Ao tratar da identificação de caminhos/urls/links válidos, a literatura denomina-os de identificadores persistentes, “um dos objetivos e requisitos dos repositórios digitais é referenciar de uma forma persistente os seus recursos de forma a permitir a pesquisa e recuperação dos mesmos num futuro distante” (RODRIGUES et al., 2004). Sayão (2007, p. 68) define um identificador persistente como “um nome para um recurso digital que permanece o mesmo para sempre, independente da localização do recurso.” E sua adoção depende das “circunstâncias técnicas, administrativas e políticas de cada instituição, sobretudo, da sua visão de futuro e do grau de interoperabilidade desejado com outros sistemas” (SAYÃO, 2007, p. 68). Nesse sentido, há o *Handle System* <<http://www.handle.net>>, um sistema distribuído por “computadores concebido para assinalar, armazenar,

administrar e resolver identificadores ou nomes persistentes de objetos digitais conhecidos como *handles*” (SAYÃO, 2007, p. 71-72).

O *Handle System* é caracterizado como um sistema de informação de grande amplitude, projetado para alcançar interoperabilidade global através de uma rede hierarquicamente distribuída de servidores. O objetivo inicial do Sistema era estabelecer uma infraestrutura básica no domínio das bibliotecas digitais e das publicações eletrônicas. Uma aplicação do *Handle System* relativamente conhecida no Brasil é a que é adotada pelo software *Dspace* (<http://www.dspace.org/>). Entretanto, o exemplo mais conhecido em escala global é o *DOI System* (<http://www.doi.org/>), que é uma aplicação do *Handle System* voltada para gestão de *copyright* de objetos digitais (SAYÃO, 2007, p. 71-72).

Identificação de números de acesso diários, dentre a população checada, oito divulgam os números de acessos diários ou visitantes aos repositórios, o que corresponde a 53%; sete IES não divulgam nenhuma quantificação de acessos, o que corresponde de 47%. Quanto à disponibilização de tecnologias inovadoras, percebe-se que o repositório não é um modismo, é uma ferramenta que veio para auxiliar e divulgar as produções locais, dando visibilidade para o autor e para a instituição. Novas versões vêm surgindo, um exemplo é o uso do *software* *DSpace* utilizado por mais de 800 repositórios, no entanto também está sendo empregado em coleções pessoais, bibliotecas digitais, em vários países do mundo, basta consultar o diretório ROAR para tal constatação, também há blogs específico para discussão desse *software*, bem como uma lista de discussão direcionada ao *DSpace* <[DSpace-tech mailing list - DSpace-tech@lists.sourceforge.net](mailto:DSpace-tech@mailing-list-DSpace-tech@lists.sourceforge.net)>. E desse modo, mais aplicativos vão sendo acrescentados, também é notório a variedade de tipologia documental inserida nos repositórios.

Entende-se que o repositório possibilita o compartilhamento da informação e do conhecimento entre os pares e assim oportuniza à Instituição promover e dar visibilidade a suas produções com baixo custo. Portanto, os repositórios vêm tornando-se uma solução tecnológica, criando sistemas de informação interoperável e de fácil aplicabilidade, e também surge uma nova filosofia tecnológica que busca facilitar a comunicação e a produção do conhecimento produzido na comunidade universitária, desse modo, quebra de barreiras de idioma, de custos, de distância.

Para complementação, foi enviado questionário cujos dados serão apresentados e analisados a seguir.

4.2 DADOS DO QUESTIONÁRIO

Dos 15 questionários enviados aos respectivos gestores dos repositórios identificados entre as 204 IES que ofertam os cursos de Moda e *Design*, dez retornaram os questionários preenchidos. Conforme os dados coletados, segue a caracterização dos repositórios.

Os repositórios foram criados a partir do século 21, dois gestores informaram que os repositórios foram implantados em 2008; um em 2004; um não respondeu essa questão; um foi implantado em 2007; dois em 2010; dois em 2009 e, por último, uma das instituições informou que:

Recebemos o kit tecnológico em 11/2009, a partir desta data, iniciou-se o processo de customização do software. A data do depósito do primeiro documento é 30/08/2010, e a disponibilização na web ocorreu no dia 18/10/2010 (R10).

Quanto ao *software* utilizado no repositório/biblioteca digital, nove deles informaram utilizar o *software* DSpace, como era de se esperar, porque é um *software* livre e está de acordo com a filosofia aberta. Obteve-se como resposta em alguns questionários a utilização do OJS para disponibilizar seus periódicos eletrônicos, no entanto, neste estudo, como os periódicos eletrônicos não são alvo, foi desconsiderada essa resposta. E apenas um repositório informou utilizar o sistema Nou-Rau.

Em se tratando da gestão e da interoperabilidade humana, primeiramente buscou-se identificar o nível de participação dos respondentes no repositório/biblioteca digital, quatro informaram serem coordenadores-bibliotecários; dois respondentes apenas coordenadores e não declaram qual a formação; três deles informam exercerem o papel de bibliotecário; e apenas um deles informou ser analista de sistemas.

Ao serem questionados quanto à existência de uma equipe exclusiva para o desenvolvimento do repositório, em sete instituições as respostas confirmam

a existência de uma equipe exclusiva, no entanto, as demais (três) informam não existir equipe exclusiva para essa função.

Quanto à formação profissional dos participantes na equipe de desenvolvimento dos repositórios/bibliotecas digitais, a totalidade dos respondentes informa haver participação de bibliotecários em todas as equipes, seguida de analista de sistemas em oito instituições, há participação de docentes e técnicos em quatro IES e, por fim, estagiários e representantes da Pró-reitoria de graduação e Educação Profissional e Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação apenas em uma instituição.

A participação de bibliotecários em todas as equipes corrobora a literatura quando Marques e Maio (2010) afirmam que a

ajuda dos bibliotecários pode ser fundamental, uma vez que esses profissionais da informação podem estar mais aptos para realizar alguns procedimentos técnicos básicos para depósito dos objetos digitais nos repositórios, nomeadamente nos casos em que seja necessário formatar ou converter os arquivos, ou até mesmo o domínio dos procedimentos de normalização na preparação desses mesmos arquivos, que é de grande importância também e que facilita o trabalho dos autores no seu contributo informacional para repositórios.

A capacitação dos participantes das equipes dos repositórios/bibliotecas digitais foi de 100% segundo os respondentes, ressaltando que a apenas uma instituição conta com um *“Comitê Gestor que é composto de dez pessoas, e atualmente, apenas quatro destas estão envolvidas diretamente no projeto, sendo que, apenas estas participaram de capacitações para a atividade”* (R10).

Segundo os gestores participantes da pesquisa, as atividades desenvolvidas para a capacitação nas equipes dos repositórios/bibliotecas digitais foram, em sua maioria, participação em eventos e cursos na instituição com igual número de ocorrências, seis; treinamentos externos, três; trocas de experiência com outras instituições (parceria), cinco; grupos de discussão, três; como outra alternativa apareceu um integrante informando que havia trabalhado em biblioteca digital, utilizando o DSpace e, por fim, uma IES informou que houve treinamento na própria instituição (R3).

Ao serem questionados a respeito da promoção do compartilhamento da informação e do conhecimento em sua Instituição, foram unânimes em afirmar que sim, apenas uma instituição destacou:

Há a troca de informações por e-mail e utilizamos videoconferência quando precisamos nos reunir. Mas destaco que, em geral essas reuniões agregam apenas os 4 envolvidos diretamente. Já houve a apresentação do Repositório para Pró-reitores e Coordenadores de Cursos de pós-graduação, mas ainda não realizamos a sensibilização envolvendo toda a Instituição, por estarmos realizando algumas adequações (R10).

Ao serem indagados a respeito das atividades promovidas para o compartilhamento da informação e do conhecimento por eles ou por parte da equipe no repositório da sua Instituição, foram apresentadas as seguintes atividades: um gestor declarou desconhecer as atividades promovidas para o compartilhamento da informação e do conhecimento; quatro instituições informaram que trocam experiências com outras instituições (parcerias); três informaram grupos de pesquisa; três grupos informais; quatro gestores informaram a participação em eventos; dois informam a participação em fórum; um informou que a própria instituição coordenou um curso para bibliotecas digitais ministrado por especialistas na área de destaque nacional; outra opção informada foi oferecer treinamentos a outras instituições pela equipe no desenvolvimento dos repositórios; também teve outra IES que informou a reunião com os conselheiros da Câmara de Pesquisa e pós-graduação; e uma instituição informou que obtiveram treinamento para uso da ferramenta DSpace; e, por último, uma IES citou a divulgação direcionada aos centros e departamentos da instituição para promover o repositório e, desse modo, proporcionar o compartilhamento da informação e do conhecimento.

Quando questionados se há algum problema identificado no repositório/biblioteca digital implantado em sua Instituição, quando se refere ao compartilhamento da informação e do conhecimento, cinco sujeitos da pesquisa não responderam essa questão, um deles informa não haver nenhum problema e os demais informam como se segue:

Deveria divulgar mais em nível de instituição, pois a cada troca de gestão dos centros, as informações não são repassadas (R3).

Não. O único problema grave que enfrentamos é a falta de cultura institucional no uso do repositório, o que estamos tentando sanar através de treinamentos e oficinas de capacitação (R6).

A sensibilidade por parte dos servidores é difícil, nem sempre recebem como uma novidade e sim como mais uma atividade para cumprir (R8).

Ainda não adotamos uma prática de registrar as decisões tomadas e os problemas/soluções adotados. Estamos corrigindo alguns erros que ocorrem na submissão e para os quais ainda não há documentação no IBICT e posteriormente serão redigidas as políticas que faltaram. Sentimos uma receptividade positiva por parte dos envolvidos, já há a procura por depósito e acreditamos que o povoamento seja rápido (R10).

Um tópico de fundamental importância na criação de um repositório institucional é a política de informação, essa etapa deve anteceder a execução do repositório. Portanto, ao questioná-los a respeito da existência de uma PII na instituição, três respondentes desconhecem a existência de uma política de informação institucional definida; dois afirmaram não haver a PII em suas instituições; enquanto cinco respondentes afirmaram haver uma PII na instituição. Ao convidá-los a descrever sumariamente a política de informação existente na sua Instituição.

Temos uma comissão formada para definição da PII. Da qual faço parte (R5).

Temos uma política institucional ainda em fase de aprovação, e que está baseada em um modelo emitido pelo IBICT, pois nossos projetos – tanto do Repositório quanto da Biblioteca Digital de teses e dissertações, estão incluídos nos programas do IBICT (R6).

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI da Universidade trata diversas diretrizes que engloba várias políticas que implicitamente trata da política de informação (R8).

Resumidamente a política de informação da [universidade] aborda questões referentes a preservação da produção científica da Instituição, ampliação da visibilidade desta produção científica, ampliar o acesso à produção científica, facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral e otimizar a gestão de investimentos em pesquisa na Instituição (R9).

O [repositório] foi implementado a partir de um edital do IBICT, lançado no ano de 2009, que forneceu aparato tecnológico. Um dos critérios do IBICT, solicitava a definição de uma política de informação e esta exigência levou o grupo a redigir o documento que foi aprovado pela Pró-reitoria de Graduação e Educação Profissional

e Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. O documento define que o repositório estará vinculado ao Sistema de Bibliotecas, que disponibilizará o Portal Institucional de Informação, ao qual estarão ligados, além do [repositório 1], o [repositório 2] e o Portal de Periódicos em SEER. Além disso, estabelece as formas de depósito, as tipologias documentárias presentes em cada uma das ferramentas, a equipe necessária para o repositório e Comitê Gestor, definido por uma portaria do Reitor (R10).

Ao questionar se há uma política de informação institucional voltada para o repositório ou a biblioteca digital, nove dos respondentes afirmaram ter políticas voltadas para seus repositórios, apenas uma instituição não possui PII para seu repositório. Entre os quesitos considerados importantes para criar um repositório, o destaque é dado à política. Maio e Marques (2010) afirmam que entre as várias políticas dirigidas aos repositórios, deve-se consagrar a tipologia documental que é alvo da preservação digital e também o *software* adequado para essa ação e, desse modo, tentar sensibilizar a comunidade científica para a importância da preservação da memória institucional, nesse caso, as áreas de Moda e *Design*. No entanto, ao apresentar algumas opções de possíveis políticas a serem utilizadas em seus repositórios ou bibliotecas digitais, os respondentes mencionaram as políticas a seguir, salientando que essa questão foi de múltipla escolha e está disposta por ordem decrescente de citação:

- 8 Política de depósito
- 8 Política de conteúdo
- 6 Política de direitos autorais
- 6 Política de acesso
- 5 Política de preservação digital
- 5 Política de metadados
- 4 Política de submissão
- 4 Política de autoarquivamento
- 3 Política de publicação
- 3 Política de indexação
- 2 Política de divulgação (marketing)

Segundo Horowitz e colaboradores ([2008]), todo repositório é um serviço que exige continuidade, portanto exige-se a criação de uma comissão gestora, com a finalidade de tomadas de decisão com relação à política de informação institucional apropriada ao repositório.

Abre-se um parênteses relacionado à política de acesso, por esse motivo, menciona Carvalho et al. (2006) e Silva e Ferreira Júnior (2007) que citam os

tipos de acesso possíveis nos repositórios e nas bibliotecas digitais, a saber: Acesso público: navegação de livre acesso, com a realização de download de documentos tipo público na íntegra; Acesso de usuários registrados: navegação em comunidades de acesso livre, realização de download dos documentos tipo público; no caso de documentos de acesso restrito, somente com a autorização do administrador da comunidade. Usuários registrados também poderão criar comunidades e arquivos do tipo restrito, concedendo visualização aos seus próprios usuários selecionados. Esses usuários registrados podem ser categorizados pela função de administrar, do tipo moderado ou avançado; Usuários selecionados: navegação em comunidades de livre acesso, realização de download de documentos tipo público e restrito, conforme autorização do administrador da mesma, mas com acesso temporário e sem direito à criação de comunidades próprias dentro do sistema. Tipo de acesso idealizado para pesquisadores que não têm vínculo institucional, mas desenvolvem atividades de pesquisa nas comunidades locais.

Quanto à interoperabilidade de sistemas nos repositórios ou bibliotecas digitais, dentre as instituições participantes, um gestor não respondeu essa questão; dois participantes negaram a interoperabilidade em seus repositórios; enquanto sete instituições afirmaram haver a interoperabilidade em seus RIs. Porém, ao solicitar aos respondentes quais os sistemas de informação interoperáveis com o repositório ou biblioteca digital, foram explanados o seguinte: cinco repositórios são interoperáveis com as bibliotecas digitais de teses e dissertações; quatro instituições permitem a interoperabilidade entre os repositórios ou bibliotecas digitais com os catálogos *online*; dois deles desconhecem a interoperabilidade entre o repositório e outros sistemas, lembrando que essa questão foi permitida a múltipla escolha das opções, e, por fim, uma instituição apresentou as seguintes informações:

O Repositório está cadastrado nos seguintes serviços:

ROAR -

<http://roar.eprints.org/?action=search&query=Reposit%C3%B3rio+UnB&sa=Search>

OpenDOAR -

<http://www.opendoar.org/find.php?search=riunb&clID=&ctID=&rtID=&cID=&IID=&rSoftWareName=&submit=Search&format=summary&step=20&sort=r.rName&rID=&ctrl=new&p=1>

Open Archives Initiatives -

<http://www.openarchives.org/Register/BrowseSites?viewRecord=http://repositorio.bce.UnB.br/oai/request>

*Oaister - <http://quod.lib.umich.edu/o/oaister/browse/browser.html>
Harvester2 - <http://harvesters.sfu.ca/demo/index.php/browse>
BASE - <http://www.base-search.net/> (R2).*

Com relação à dificuldade na coleta dos documentos, dois dos respondentes afirmaram que não há dificuldade na coleta dos documentos, um gestor deixou a questão sem resposta, e os demais descreveram que sim:

Sim. Dificuldade para obter autorização dos detentores de direito autoral (R2).

Esporadicamente; os arquivos PDFs vem com restrição de acesso ao conteúdo ou os materiais vem sem o acompanhamento do Termo de Autorização com a assinatura do autor e do(s) orientador(es) (R3).

Trabalhamos em primeiro lugar com os artigos publicados nas revistas da [universidade], aqui a questão não é a coleta e sim a autorização para publicar o artigo em outro formato. Enviamos os documentos e o retorno é lento (R5).

O mesmo problema descrito acima, a falta de uma cultura de uso do repositório por parte dos pesquisadores e da comunidade acadêmica local (R6).

Sim, os arquivos que estão na internet, não têm problemas, apenas respeitamos os direitos autorais, quanto aos arquivos prometidos pelos seus autores, sempre esquecem e realmente fica difícil a disponibilidade dos mesmos (R8).

A dificuldade está relacionada a obtenção das autorizações para o depósito, pois os documentos são todos registrados nas bibliotecas de origem do pesquisador (R9).

Ainda estamos na fase de implantação da ferramenta, definindo fluxos de coleta e submissão dos documentos, por hora, estamos focados nos programas de pós-graduação, inserindo teses e dissertações, cujo depósito já está autorizado. Além disso, depositamos a produção dos bibliotecários (R10).

O repositório é um produto que gera serviços, ao serem questionados se o repositório disponibiliza algum serviço, além da divulgação de acesso livre das produções técnico-científicas e acadêmicas depositadas, sete participantes afirmaram positivamente, e informaram que os serviços disponíveis em seus repositórios ou bibliotecas digitais são: alertas por e-mail (onde qualquer pessoa pode se cadastrar para assinar uma coleção e receber notificações via e-mail de atualizações, ou seja, até mesmo de novos depósitos); possibilidade de solicitação de cópia ao autor nos casos em que o item esteja embargado; e três

instituições não disponibilizam serviços nenhum fora do acesso livre ao texto completo dos documentos arquivados em seus RIs.

Em se tratando da comunicação entre autores/leitores, dois respondentes afirmaram promover essa comunicação em seus repositórios ou bibliotecas digitais; seis gestores informaram não promoverem a comunicação entre leitor e autor; e dois participantes da pesquisa não responderam essa questão. Complementando a indagação acima, foi solicitado aos sujeitos da pesquisa que descrevessem como ocorre a comunicação entre autor e leitor em seus RIs. No entanto, ao indagá-los e solicitar a descrição de mais detalhes, oito respondentes deixaram essa questão em branco, enquanto um respondeu que ocorre “por e-mail” essa comunicação, e apenas um único respondente descreveu essa ação, a saber:

Esta comunicação somente ocorre nos casos em que o documento está sob embargo. O sistema oferece a possibilidade de o usuário solicitar uma cópia ao autor. Até o momento, este contato é intermediado pela equipe do Repositório, pois a submissão ainda é feita pela equipe com autorização do autor (R2).

Finalizando essa etapa com o questionário, cuja aplicação se deu pelo fato de descrever e elucidar alguns pontos não identificados no *checklist* a respeito dos repositórios ou bibliotecas digitais, a última questão solicita ao respondente que faça uma observação que considere relevante e que possa contribuir com o estudo, salientando que destaque alguma informação que não foi considerada no formulário de coleta de dados e que julgue importante mencionar nesta pesquisa. Cinco respondentes acrescentaram seus e-mails para posterior recebimento do resultado da dissertação; três dos participantes da pesquisa deixaram essa última solicitação em branco; e dois respondentes colaboraram com essa questão, veja a seguir:

Enfrentamos algumas dificuldades por não ter bem definido uma política de informação da instituição. No momento estamos depositando somente dissertações dos mestrados que a instituição oferece. O objetivo inicial era disponibilizar todo o conteúdo gerado pela instituição, mas nos deparamos com alguns TCCs de graduação que nos fizeram questionar a sua qualidade tanto técnica como de conteúdo. Estamos com alguns questionamentos quanto ao direito autoral e propriedade intelectual, a fim de que tenhamos uma produtividade objetiva e transparente através do termo de autorização. Outra dificuldade é dar o limite do que cabe a uma Biblioteca Digital ou a um Repositório Institucional. Sim, gostaria de

receber os resultados desta pesquisa. Desde já desejo sucesso em seu trabalho (R1).

Gostaria muito de receber os resultados das pesquisas, acredito que todas as pesquisas nesta área vem a contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento dos repositórios institucionais (R8).

A seguir, apresentar-se-á a última etapa da coleta dos dados e o que se refere ao desenvolvimento da metodologia aplicada.

4.3 POLÍTICA

Conforme apresentado no Apêndice C, segue a proposta de Política de Informação para o repositório temático institucional nas áreas de Moda e *Design* para a Universidade Estadual de Maringá, Câmpus Regional de Cianorte, com pretensão de promover o compartilhamento da informação e do conhecimento. Essa proposta foi baseada no modelo proposto pelo Ibict às IES participantes do Edital Ibict/Finep (KURAMOTO, 2009c), na Política de Informação do Repositório Institucional da UTFPR (2009), na Política do Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (2010), e na Política Institucional de Informação Técnico-Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2010).

5 CONCLUSÃO

Sendo o repositório um conceito em evolução para armazenamento, controle, divulgação e uso da comunicação científica, é perceptível que sua implantação cresce na proporção da experiência advinda da divulgação das IES que utilizam esse produto para compartilhamento da informação e do conhecimento.

Os repositórios institucionais oferecem uma resposta estratégica para o alto custo das publicações periódicas e seu uso pode ser confirmado imediatamente, a curto prazo. Os benefícios para as universidades e seus pesquisadores ampliam e transformam o processo de comunicação científica.

A divulgação direta autor-usuário, sem a mediação do sistema de publicação de periódicos, sem depender de editores de revistas para efetuar mudanças fundamentais que muitas vezes são contrárias aos interesses dos próprios usuários, talvez seja uma das mais importantes propostas de fornecimento direto da academia para a comunidade, como preconiza Crow (2002).

Este estudo enfatizou a relevância, os benefícios e as mudanças que poderão ocorrer após a implementação de um repositório nas instituições estudadas, a expansão do acesso à pesquisa, reafirmando o controle sobre o saber pela academia, corroborando com o pensamento de Leite (2006, p. 88) quando afirma que:

o monopólio dos periódicos científicos, entre outras mudanças significativas no sistema de comunicação científica, têm o potencial de servir como indicadores tangíveis da qualidade de uma universidade e de demonstrar a relevância científica, social e econômica de suas atividades de pesquisa, aumentando a visibilidade, o *status* e o valor público da instituição.

Constatou-se que os repositórios podem ser um dos recursos mais viáveis, confiáveis e eficazes para a implantação de gestão do conhecimento em qualquer instituição; principalmente quando enriquecido pelas técnicas da ciência da cognição, além das mais recentes ferramentas de tecnologia de informação e comunicação indo ao encontro do estudo elaborado por Fachin e colaboradores (2009).

O repositório é um produto que gera serviços e que requer continuidade. Sua implementação oportuniza a instituição abrir-se à reflexão quanto

à infraestrutura necessária para dar suporte a suas atividades científicas no futuro, tomando para si um compromisso de longo prazo conforme observado por Viana, Márdero Arellano e Shintaku [2006]).

Com os resultados obtidos nessa dissertação percebeu-se que a implantação de novos repositórios, bem como o seu uso em maior escala, será uma questão de tempo. O repositório reconhecidamente é uma nova forma de disseminar e preservar a memória institucional, sendo fonte importante de informações.

Com relação aos objetivos, verificou-se que todos eles foram alcançados.

Dentre as instituições estudadas, buscou-se identificar aquelas que adotaram repositórios temáticos para promoção do compartilhamento da informação e do conhecimento. Ressalta-se a inexistência de repositório temático institucional nas áreas de Moda e *Design*, optando por pesquisar os repositórios institucionais implantados nessas IES, nas quais observa-se a existências de repositórios temáticos, mas em áreas distintas das tratadas nesta dissertação.

Os dados obtidos do instrumento de coleta - *checklist* – permitiram identificar as principais funções e características referentes aos repositórios estudados na etapa anterior e discuti-las à luz da literatura especializada.

Complementando os dados, em função das informações não identificadas na formulação do *checklist*, o questionário aos gestores/bibliotecários/analistas de sistemas levantou aspectos que contribuíram para a verificação do compartilhamento da informação e do conhecimento na criação, no desenvolvimento e na manutenção de um repositório.

Com base na análise dos dados coletados e na literatura utilizada, desenvolveu-se uma proposta de política para o repositório temático em Moda e *Design* para a UEM, Câmpus de Cianorte (Apêndice C).

Desta forma o objetivo geral de verificar as contribuições de um repositório temático institucional nas áreas de Moda e *Design* para promoção do compartilhamento da informação e do conhecimento no Câmpus Regional de Cianorte/UEM, foi alcançado, permitindo ao pesquisador afirmar que as contribuições são favoráveis, devendo considerar ainda alguns elementos como: equipamentos a adquirir, capacitação de pessoal, coleta e autorização das publicações dos docentes, discentes e servidores entre outros que poderão ser alvo de novos estudos.

Esse estudo teve como foco ainda demonstrar as formas de utilização da tecnologia para oferecer desenvolvimento institucional, garantindo assim a disseminação de informações importantes para a comunidade científica, bem como possibilitar a produção de conhecimento e suas aplicações.

A pretensão foi de contribuir com informações sólidas para a criação de um repositório temático institucional nas áreas de Moda e *Design* para promover o compartilhamento da informação e do conhecimento, oportunizando a comunidade universitária local a ter visibilidade, obter impacto, e conceder a acessibilidade de suas produções em outras esferas científicas. Esse projeto, se tão logo for implantado, terá a ambição de ser um projeto piloto na Instituição.

Após sua implementação, novas pesquisas serão propostas considerando o desenvolvimento do repositório, a manutenção, avaliação e uso, como um medidor da usabilidade e dos benefícios de sua existência perante a comunidade usuária.

A proposta da política de informação desenvolvida para uma possível implementação do repositório temático institucional de Moda e *Design*, é uma etapa imprescindível, devendo conter os seguintes tópicos: a relação de conteúdos a serem disponibilizados no repositório; como deve estar apresentada suas comunidades e coleções; quais os serviços disponíveis; quem terá acesso para inserir os arquivos, entre outros. É importante salientar ainda que a política possibilitará continuidade e revisão de decisões sempre que necessário.

Finalizando o estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto, no entanto pode contribuir significativamente para o compartilhamento da informação e do conhecimento no âmbito da Universidade Estadual de Maringá no câmpus de Cianorte para as áreas de Moda e *Design*.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Francisco Lopes de. **Repositórios institucionais e bibliotecas digitais de acesso aberto no contexto das IES do setor privado. 09 nov. 2010.** Disponível em: <<http://www.abmeseduca.com/?p=1104>>. Acesso em: 16 nov. 2010.
- ALCARÁ, Adriana Rosecler et al. Fatores que influenciam o compartilhamento da informação e do conhecimento. **Perspectivas em Informação**, Belo Horizonte, v.14, n.1, p.170-191, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a12.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2011.
- ALMEIDA, Robson Lopes. Repositório de inclusão digital como recurso para inclusão social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., Rio de Janeiro, 2010. **Anais eletrônico...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- _____; NERI, Vandeilson Soares. Informação à serviço da inclusão digital: bases para construção de um repositório temático: In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., Rio de Janeiro, 2010. **Anais eletrônico...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/snbu/pdfs/posters/final_363.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). **Quem somos.** Disponível em: <http://www.abit.org.br/site/navegacao.asp?id_menu=1&id_sub=3&idioma=PT>. Acesso em: 20 out. 2010.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (ANPEPP). **Declaração de Florianópolis.** 2006. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/abecip/DeclFlor.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2011.
- BAPTISTA, Ana Alice et al.. Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do Acesso Livre. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2007. Disponível em : <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/377/435>>. Acesso em: 30 abr. 2011.
- BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação e Informação**, Londrina, v. 13, n. esp., p. 1-25, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1843/1556>>. Acesso em: 20 out. 2010.
- BARROS, Jeanine da Silva et al. Gestão do conhecimento: ações e ferramentas para a superação de barreiras no compartilhamento do conhecimento. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.4, n.2, p. 33-57, set. 2010. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

BARRUECO CRUZ, José Manuel (Coord.). **Guia para La evaluación de repositorios institucionales de investigación**. Dic. 2010. Disponível em: <<http://www.recolecta.net/buscador/documentos/GuiaEvaluacionRecolectav1.0-1.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

BRASIL. **Lei de direitos autorais**. 1998. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Lei%209.610%20de%2098.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Cooperação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portaria Nº 13, de 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 35, 17 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/legislacao/portarias/html>>. Acesso em: 22 mar. 2006.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento da Produção (SDP). **Atividades. 2007**. Disponível em: <<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proBraDesign/proBraDesign.php>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

CAFÉ, Lúgia et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônico...** Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003. Disponível em: <http://dspace.lbict.br/dmdocuments/ENDOCOM_CAFE.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.

_____; LAGE, Márcia Basílio. Auto-arquivamento: uma opção inovadora para a produção científica. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.3, n.3, jun. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun02/Art_04.htm>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CALZADA PRADO, Francisco Javier. **Repositorios, bibliotecas digitales y CRAI**: los objetos de aprendizaje em La educación superior. Buenos Aires: Alfagrama, 2010. cap. 7, p. 277-310.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Uma estratégia de avaliação em repositórios digitais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS 15., São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: CRUESP, 2008. 1 Pen-drive.

CARDOSO, Rafael. **Uma introdução à história do design**. 3.ed. totalmente rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2008.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy et AL. O repositório institucional como recurso de apoio à gestão do conhecimento da universidade Católica de Brasília. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., Brasília, 2006. **Anais eletrônico...** Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Disponível em:

<http://dspace.ibict.br/dmdocuments/Maria_Carmen_Romcy_de-Carvalho.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.

CENTRO DE DESIGN PARANÁ. **Inovação**: seu negócio pode ter este diferencial. Disponível em: <<http://centrodedesign.org.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COSTA, Sely Maria Soares. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 218-232, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/281/172>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

_____. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006. Disponível em: <INSERIR>. Acesso em: 25 out. 2010.

_____; LEITE, Fernando César Lima. Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e impacto da pesquisa em universidades. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: Ed. UNB, 2006. p.1-10.

COSTA, Luís Miguel; AZEVEDO, Ana. **Sustentabilidade dos repositórios institucionais**. 2010.

CROW, Raym. **The Case for Institutional Repositories**: A SPARC Position Paper. Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition, 2002. Disponível em: <http://www.arl.org/sparc/bm~doc/ir_final_release_102.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2010.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 6.ed. São Paulo: Futura, 1998.

_____; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DE LONG, David; DAVENPORT, Tom; BEERS, Mike. **What is a knowledge management project?** 1997. Disponível em: <http://www.providersedge.com/docs/km_articles/What_is_a_KM_Project.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2011.

DECLARAÇÃO de apoio ao acesso aberto à literatura científica - **Carta de São Paulo**. 2005a. Disponível em:

<http://www.acessoaberto.org/carta_de_sao_paulo_acesso_aberto.htm>. Acesso em: 02 abr. 2011.

DECLARAÇÃO de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento. 2005b. Disponível em: <<http://www.icml9.org/public/documents/pdf/pt/Dcl-Salvador-AcessoAberto-pt.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2011.

DIRETRIZES para a criação dos repositórios institucionais nas universidades e organizações de educação superior. Valparaíso: [Columbus], [2007]. p. 33-55. Disponível em: <http://www.sisbi.uba.ar/institucional/proyectos/internacionales/Directrices_RI_portugues.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2011.

DRAKE, Miriam A. **Institutional repositories**: hidden treasures. *Searcher*, v. 12, n. 5, May 2004. Disponível em: <<http://www.infotoday.com/searcher/may04/drake.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

FACHIN, Gleisy Regina Bories et al. Gestão do conhecimento e a visão cognitiva dos repositórios institucionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 220-236, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n2/v14n2a15.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

FIELL, Charlotte; FIELL, Peter. **Design do século XX**. Köln: Taschen, c2001.

FUJINO, Asa; JACOMINI, Dulcinéia Dilva. Produtos e serviços de informação na sociedade do conhecimento: da identificação ao uso. In: GIANNASI-KAIMEN, Maria Júlia; CARELLI, Ana Esmeralda (Org.). **Recursos informacionais para compartilhamento da informação**: redesenhando acesso, disponibilidade e uso. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. cap. 3, p.73-97.

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS (FUNCATE). **Edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB Nº 003/2009**. 2009. Disponível em: <http://www.lbict.br/anexos_noticias/edital_dist_pcal_xbdb_2009_chamada_2.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2010.

GARVEY, William D. **Communication**: the essence of science: facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon Press, 1979.

GOMES FILHO, João. **Design do objeto**: bases conceituais. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

GROTTO, Daniela. O compartilhamento do conhecimento nas organizações. In: ANGELONI, Maria Terezinha (Coord.). **Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologias**. São Paulo: Saraiva, 2003. cap. 7, p. 106-119.

GUILHEM, Cristina Benedeti. **Tendências de produtos e serviços na web no contexto das bibliotecas universitárias**. Dissertação (mestrado profissional em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/139/1/DIS_Guilhem.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.

GUIMARÃES, Marcos Vinícius Amorim Ferreira. **Compartilhamento de informação e conhecimento em equipes de desenvolvimento de software**. Dissertação (mestrado) – UnB, 2009. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/4260>. Acesso em: 13 jan. 2011.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; SILVA, Cícera Henrique da; NORONHA, Ilma Horsth. RI é a resposta, mas qual é a pergunta? Primeiras anotações para a implementação de Repositório Institucional. In: SAYÃO, Luis et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e Preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 261-281.

GULARTE, Inez. Kathia Castilho: trabalhando pela cultura de moda no Brasil. **Use fashion Journal**, São Leopoldo, v. 5, n. 58, p. 36-37, nov./dez. 2008. Edição brasileira.

HARNAD, Stevan. **Free at last: the future of peer-reviewed journals**. D-Lib Magazine, v. 5, n. 12, Dec. 1999. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/december99/12harnad.html>>. Acesso em: 02 abr. 2011. Doi: 10.1045/december99-harnad.

_____ et al. The access/impact problem and the green and gold roads to open Access. **Serials Review**, v. 30, n. 4, p.310-314, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.serrev.2004.09.013>>. Acesso em: 20 out. 2010.

HIRWADE, Mangala; HIRWADE, Anil. **Institutional Repositories: challenge and opportunity for LIS Professional in digital age**. 2008. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/6978/1/7D311B68.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

HOROWITZ, Zaida. et al. Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: WORKSHOP DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DAS IFE, 2., 2008, Gramado. **Caderno de resumos...** Gramado: UFRGS, [2008]. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12730>>. Acesso em: 6 jan. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Ibict). **Glossário**. 2008. Disponível em: <http://dspace.ibict.br/index.php?option=com_content&task=view&id=43&Itemid=77> Acesso em: 20 out. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Ibict). **Perguntas frequentes**. Disponível em: <http://dspace.ibict.br/index.php?option=com_content&task=view&id=38&Itemid=72> Acesso em: 20 maio 2011.

INTERNATIONAL FOUNDATION OF FASHION TECHNOLOGY INSTITUTE (IFFTI). Disponível em: <<http://www.iffiti.com>>. Acesso em: 07 out. 2010.

KNELLER, Georg. **A ciência como atividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre: um caso de soberania nacional? In: COLÓQUIO MEDIAÇÕES E USOS DE SABERES E INFORMAÇÃO: um diálogo França-Brasil (1.:4-7 nov. 2008: Rio de Janeiro). **Anais...** Rio de Janeiro: Rede Mussi, 2008. p.167-181.

_____. **Carta Aberta à SBPC**. Blog do Kuramoto. Postado em 24 jul. 2006a. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2006/07/24/carta-aberta-a-sbpc/>>. Acesso em: 02 abr. 2011.

_____. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

_____. **Política Institucional de Informação**: o que é isto? Postado em: 24 abr. 2009a. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2009/04/24/politica-institucional-de-informacao-o-que-e-isto/>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

_____. Prefácio. In: LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: Ibict, 2009b. p. 7-10. Disponível em: http://www.ibict.br/anexos_noticias/repositorios.institucionais.F.Leite_atualizado.pdf
Acesso em: 06 dez. 2009.

_____. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, Luis et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Eufba, 2009c. p. 203-217. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2011.

L_REPOSITARIOS mailing list. **Lista de Repositórios no Brasil**. Disponível em: <L_repositorios@ibict.br>. Acesso em: 21 mar. 2011.

LAGOZE, Carl; SOMPEL, Herbert Van de. The open archives initiative: building a low-barrier interoperability Framework. In: PROCEEDINGS OF THE 1ST ACM/IEEE-CS JOINT CONFERENCE ON DIGITAL LIBRARIES. Anais... 2001.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: Ibict, 2009. Disponível em: <http://www.ibict.br/anexos_noticias/repositorios.institucionais.F.Leite_atualizado.p>. Acesso em: 06 dez. 2009.

_____. **Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico: proposta de um modelo conceitual**. 2006. 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.bce.UnB.br/bitstream/10482/3975/1/2006_FernadoCesarLimaLeite.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2011.

LEMOS, Ronaldo. **Creative Commons – o que é e modo de usar**. 08 nov. 2005. Disponível em: <http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=42&Itemid=80>. Acesso em: 26 nov. 2010.

LYNCH, Clifford A. **Institutional repositories: essential infrastructure for infrastructure for scholarship in the digital age**. Association of Research Libraries: a bimonthly, n. 226, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/bm~doc/br226ir.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

MACIEL, Fernanda. Bacharéis em moda. **Use Fashion Journal**, São Leopoldo, v. 7, n. 74, p. 44-49, mar. 2010. Edição brasileira.

MANIFESTO Brasileiro de apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. 2005. Disponível em: <<http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

MARCONDES, Carlos Henrique. Metadados: descrição e recuperação de informações na web. In: MARCONDES, Carlos Henrique (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: UFBA, 2006. p. 95-111.

MARQUES, Amélia Maria Nunes; MAIO, Silvia Raquel da Silva. **Repositórios institucionais**. Disponível em: <<http://repositoriosdigitais.web.simplesnet.pt/PDF'S/Artigo%20%20Repositorios%20nstitucionais.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268p.

MENZEL, Herbert. Scientific communication: five themes from social science research. **American Psychologist**, Washington, DC, v. 21, n. 11, pp. 999-1004, Nov. 1966. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/B6WY2-4NSX3X7-2/2/2fc0e3de968d4e6cc378623a96761e53>>. Acesso em: 28 mar. 2011. Doi:10.1037/h0024056.

MODESTO, Fernando. **DSpace na biblioteca para ampliar os serviços de informação**. Postado em dez. 2005. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=238>. Acesso em: 9 mar. 2011.

MORAES, Dijon de. **Análise do design brasileiro: entre mimese e mestiçagem**. São Paulo: E. Blücher, 2006.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n.2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: Acesso em: 13 jan. 2011.

MULLER, Claudia Cristina; FREITAS, Maria do Carmo Duarte de; SILVA, Eliza Mateus da. **Saberes em gestão pública**: um ambiente colaborativo de construção do conhecimento e de disseminação das inovações em gestão pública. Disponível em:

<http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Painel_63_Claudia_Cristina_Muller_formatado.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OPEN ARCHIVES FÓRUM. 2004. Disponível em:

<<http://www.oaforum.org/tutorial/english/page6.htm#section19>>. Acesso em:

OpenDOAR. Growth of the OpenDOAR Database – Brazil. Disponível em:

<<http://www.opendoar.org/onechart.php?clD=31&ctID=&rtID=&clID=&IID=&potID=&rSoftWareName=&search=&groupby=r.rDateAdded&orderby=&charttype=growth&width=600&height=350&caption=Growth%20of%20the%20OpenDOAR%20Database%20-%20Brazil>>. Acesso em: 2 maio 2011a.

OpenDOAR. **Search or Browse for Repositories**. Disponível em:

<<http://www.opendoar.org/find.php?search=&clID=&ctID=&rtID=&clID=31&IID=&rSoftWareName=&submit=Search&format=charts&step=20&sort=r.rName&rID=&ctrl=new&p=1?search=&clID=&ctID=&rtID=&submit=Filter&clID=31&IID=&rSoftWareName=&format=table&step=all&sort=c.cCountry%2Cr.rName&ctrl=new&p=1>>. Acesso em: 2 maio 2011b.

ORTELLADO, Pablo; MACHADO, Jorge Alberto. Direitos autorais e o acesso às publicações científicas. **Revista ADUSP**, São Paulo, p. 6-15, ago. 2006. Disponível em: Acesso em: 13 jan. 2011.

PACKER, Abel L.; MENEGHINI, Rogério. Visibilidade da produção científica. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. cap.9, p.[235]-259.

PAVÃO, Caterina Groposo. **Contribuição dos repositórios institucionais à comunicação científica**: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. 149 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/20932>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____ et al. Repositório digital: acesso livre à informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 2., Rio de Janeiro, 2008. **Anais eletrônico...**Rio de Janeiro, 2008.

PIRES, Dorotéia Baduy. Design de moda: uma nova cultura. **Dobras revista**, Barueri, v.1, n.1, p. 66-73, 2007. Disponível em:

<<http://www.projetomilano.pro.br/artigos/Design%20de%20Moda%20uma%20nova%20cultura%20-%20Dobras.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

_____. A história dos cursos de design de moda no Brasil. **Revista nexos: estudos em comunicação e educação**. Especial Moda/Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, v. 6, n. 9, 2002. Disponível em: <http://www.design.org.br/artigos_cientificos/db_historia_escola_design_moda_1_.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL. **Dirigentes e instituições**. Disponível em: <http://projecto.rcaap.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=22&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2010.

RIBEIRO, Odília Barbosa; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Otimização do acesso à informação científica: discussão sobre a aplicação de elementos da arquitetura da informação em repositórios digitais. **Biblos**, Rio Grande, v.23, n.2, p. 105-116, 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008441&dd1=5667e>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

RLG/OCLC. **Trusted Digital Repositories**: attributes and responsibilities an RLG-OCLC report. Mountain View, CA: RLG, 2002. 62p. Disponível em: <<http://www.oclc.org/research/activities/past/rlg/trustedrep/repositories.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2011.

REGISTRY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES (ROAR). **Charts and Graphs**. Disponível em: <http://roar.eprints.org/cgi/roar_graphic?cache=880852>. Acesso em: 09 maio 2011.

RODRIGUES, Eloy et al. **RepositóriUM**: criação e desenvolvimento do Repositório Institucional da Universidade do Minho. 2004. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/8513/1/BAD_artigo_-_Final.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.

ROWLANDS, Ian. Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools. **Journal of Information Science**, v. 22, n. 1, p. 13-25, 1996.

SABINO, Marco. **Dicionário de moda**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 446-447.

SANT'ANA, Ricardo. **Protocolo de metadados para troca e coleta de informações**. [Apostila da disciplina introdução à ciência da computação]. s.d. Disponível em: <http://189.47.157.112:8080/ra_Unesp/bitstream/123456789/149/2/Protocolo%20de%20Metadados%20para%20Troca%20e%20Coleta%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.

SANTOS, Selena Escher dos. E a Moda? Você sabe como surgiu? **Revista Uma Nova Visão**, Cianorte, v. 4, n. 16, p. 34, abr./maio 2010.

SANTOS JUNIOR, Ernani Rufino dos. **Repositórios institucionais de acesso livre no Brasil**: estudos delfos. 2010, 177 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.bce.UnB.br/bitstream/10482/5343/6/2010_ErnaniRufinodosSantosJunior.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

SARMENTO, Fernanda et al. **Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre**. [2005?]. Disponível em: <<http://www.icml9.org/program/track5/public/documents/Fernanda%20Sarmiento-112444.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2010.

SAYÃO, Luís Fernando. Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes – URN, PURL, DOI, HANDLE SYSTEM, CrossRef e OpenURL. **TransInformação**, Campinas, v.19, n.1, p.65-82, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://revista.lbict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/672>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

SEGNINI, Rita de Cássia; ZAFALON, Zaira Regina. Copyright e copyleft: estudo dos direitos de acesso à informação e do direito do leitor. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., Rio de Janeiro, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ/CRUESP, 2010. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/15355/1/---%20SNBU%20-%20Copyright%20e%20copyleft%20-%20estudo%20dos%20direitos%20de%20acesso%20%C3%A0%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20do%20direito%20do%20leitor.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. **Manual do DSPACE**: administração de repositórios. Salvador: Edufba, 2010. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/123456789/769/1/Manual%20do%20Dspace\(2\).pdf](http://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/123456789/769/1/Manual%20do%20Dspace(2).pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

SILVA, Terezinha Elisabeth da; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Acesso aberto à informação científica: políticas e iniciativas governamentais. **Informação e informação**, Londrina, v.14, n.2, p.100-116, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/4817>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

_____; TOMAÉL, Maria Inês. Repositórios institucionais e o modelo open. In: TOMAÉL, Maria Inês (Org.). **Fontes de informação na internet**. Londrina: Eduel, 2008. cap.6, p. 123-149.

SILVA, V.J.B.; FERREIRA JÚNIOR, J.R.C. **Repositório institucional de centro de biotecnologia da Amazônia**: implementação e apoio as atividades de gestão do conhecimento. 2007. Disponível em: Unicamp. Acesso em: 13 jan. 2011.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUSA, Maria da Conceição Pereira de; CRUZ, Maria Aparecida Lopes da; BRAGA, Maria de Fátima Almeida. Acesso livre e repositório institucional: uma ferramenta indispensável nas Instituições de Ensino Superior. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS 15., São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: CRUESP, 2008. 1 Pen-drive.

SUBER, Peter. **Open Access**: "Strong" and "Weak" Open Access Archivangelism. 2008. Postado em 4/29/2008. Disponível em:

<<http://openaccess.eprints.org/index.php?/archives/399-guid.html>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

_____. Removing the barriers to research: An Introduction to Open Access for Librarians. **College & Research Libraries**, News, 64, p. 92-94, 113, Feb. 2003. The print edition is somewhat abridged. This online edition is unabridged. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/4616/1/acrl.htm>>. Acesso em 30 abr. 2011.

TARGINO, Maria da Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

THOMAZ, Kátia P. Gestão e preservação de documentos eletrônicos de arquivo: revisão de literatura – Parte 2. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 114-131, jan./jun. 2006.

_____. Repositórios digitais confiáveis e certificação. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 80-89, jan./jun. 2007.

TOMAÉL, Maria Inês. Gestão da informação e do conhecimento. **Informação e Informação**, Londrina, v.13, n. esp., 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1849/1558>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., Salvador, 2007. **Anais eletrônico...** Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

TONET, Helena Correa; GRAÇAS, Maria das Torres da Paz. Um modelo para o compartilhamento de conhecimento no trabalho. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.10, n. 2, p. 75-94, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v10n2/a05.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2011.

TORINO, Ligia Patrícia. **Organização da produção científica em repositórios institucionais**: um parâmetro para a UTFR. Londrina, 150 f. Dissertação (mestrado profissional em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010. Disponível em: < <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/138>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. Biblioteca digital: definição de termos. In: MARCONDES, Carlos H. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais**: saberes e práticas. 2.ed. Salvador: Edufba ; Brasília, DF: Ibict, 2006. p. 15-24.

TRISKA, Ricardo; CAFÉ, Lígia. Arquivos abertos: subprojeto da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.3, p.92-96, set./dez. 2001. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/207>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM). **Resolução nº 017/85-COU**: aprova a criação do Câmpus Regional de Cianorte.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Portaria N.024/2010**. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Resolução N. 059/2010-Consepe, de 13 de abril de 2010**: estabelece normas sobre a política institucional de informação técnico-científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/sobre/resolucao_592010_consepe_riufrn.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR). Sistema de bibliotecas. **Política de informação do repositório institucional da UTFPR**. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/sobre/politica_repositorio_1.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.

VARGAS, Graziela Mônaco. **Repositórios institucionais em universidades: estudo de relatos de casos**. 2009. 80 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22714/000740403.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

VASQUES, Ronaldo Salvador. **Disciplina tecnologia têxtil II**. Cianorte, 2011. Apostila.

VIANA, Cassandra Lúcia de Maya; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel; SHINTAKU, Milton. **Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace**. [2006]. Disponível em: <<http://dici.lbict.br/archive/00000719/02/viana358.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

WEITZEL, Simone da Rocha. Fluxo da informação científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. **Comunicação & produção científica: contexto, contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006a. p. 81-114.

_____. O papel dos repositórios institucionais e temático na estrutura da produção científica. **Em questão**, Porto Alegre, v. 12, n.1, p. 51-71, jan./jun. 2006b. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/19/7>>. Acesso em:

_____; MACHADO, Elisa Campos. Estratégias para implementação de repositórios da UNIRIO. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., Rio de Janeiro, 2010. **Anais eletrônico...** Rio de Janeiro: UFRJ; CRUESP, 2010.

WIKIPÉDIA. **Creative Commons**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Creative_Commons>. Acesso em: 6 maio 2011.

GLOSSÁRIO

Copyright: direito autoral, pertence ao criador intelectual da obra, salvo disposição expressa em contrário.

Dublin Core: surgiu no encontro realizado em Dublin (Ohio), em 1995, e foi concebido para descrever os recursos de Internet e responder a necessidade de criar uma nomenclatura comum de metadados. É composto de 15 elementos de descrição de documentos eletrônicos (título, autor, assunto, descrição, editora, outros colaboradores, data, tipo, formato, identificador, língua, fonte, versão, cobertura, direitos de cópia) que facilita a informação básica sobre os mesmos (BARRUECO CRUZ, 2010).

DSpace: DSpace é um software de código aberto utilizado para resolver diversas necessidades de arquivamento, por exemplo, repositórios institucionais, bibliotecas digitais e GED. Foi desenvolvido em cooperação pelo MIT Libraries e a Hewlett-Packard (HP). O sistema está disponível gratuitamente para qualquer instituição como um software livre que pode ser customizado e adaptado independentemente (IBICT, 2011).

Interoperabilidade: é a capacidade dos sistemas, serviços e organizações trabalharem juntas em direção a objetivos comuns ou diversificados. Na área técnica isso é apoiado por padrões abertos de comunicação entre sistemas e para a descrição dos recursos e coleções, entre outros. Interoperabilidade é considerado o principal no contexto da descoberta de recursos e de acesso (OPEN ARCHIVES FÓRUM 2004).

Metadados: são dados sobre dados. Os metadados são dados associados a objetos ou sistemas de informação para fins de descrição, administração, uso, preservação, etc. Existem vários tipos de metadados: descritivos (que servem para identificação e localização), administrativos (criação, direitos, controle de acesso, etc.) e estruturais (que relacionam os objetos) (BARRUECO CRUZ, 2010).

OAI (Open Archives Initiative): é uma iniciativa para desenvolver e promover padrões de interoperabilidade que visam facilitar a disseminação eficiente de conteúdo de acesso livre (OPEN ARCHIVES FÓRUM 2004).

OAI-PMH (OAI Protocol for Metadata Harvesting): é um protocolo utilizado para a coleta de metadados de partilha entre os serviços (OPEN ARCHIVES FÓRUM 2004).

Post-print: texto digital de um artigo que foi avaliado e foi revisado e aceito para publicação por uma revista científica (BARRUECO CRUZ, 2010).

Pre-print: texto digital de um artigo que ainda não foi avaliado e testado e ainda não foi aceito para publicação por uma revista científica (BARRUECO CRUZ, 2010).

Protocol: é um conjunto de regras que estabelecem a comunicação entre sistemas. FTP (File Transfer Protocol) e HTTP (Hypertext Transport Protocol) são exemplos de outros protocolos usados para comunicação entre sistemas através da Internet (OPEN ARCHIVES FÓRUM 2004).

APENDICES

**APÊNDICE A – Lista de instituições de ensino superior NO BRASIL QUE OFERTAM os CURSOS DE MODA E DESIGN
(TECNÓLOGO, GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO)**

(Pesquisa realizada pela autora em dezembro de 2010 a janeiro de 2011 no *site* do e-MEC)

	INSTITUIÇÃO	DESIGN			Estado	MODA			RT M&D
		T	G	PG		T	G	PG	
1	Celer Faculdades (Xaxim - SC)				SC		2005		não
2	Centro de Ensino Superior do Amapá CEAP (Macapá - AP)		2006		AP				não
3	Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (São Paulo - SP)		X	X	SP		2001	X	não
4	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas FMU (São Paulo - SP)		2000	X	SP		2011		não
5	Centro Universitário de Araraquara UNIARA (Araraquara - SP)		X		SP	X			não
6	Centro Universitário de Brusque UNIFEBE (Brusque - SC)				SC	2004	2003	X	não
7	Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas CIESA (Manaus - AM)				AM	2006			não
8	Centro Universitário de Jaraguá do Sul UNERJ (Jaraguá do Sul - SC)		2003		SC	2005	2003		não
9	Centro Universitário de Maringá - CESUMAR (Maringá - PR)	2011	2004	X	PR	2011	1999	X	não
10	Centro Universitário de Rio Preto UNIRP (São José do Rio Preto - SP)	X		X	SP		1985		não
11	Centro Universitário de Volta Redonda UNIFOA (Volta Redonda - RJ)		2006	X	RJ				não
12	Centro Universitário do Espírito Santo Unesc (Colatina - ES)				ES	X			não
13	Centro Universitário do Maranhão UNICEUMA (São Luís - MA)	2002			MA	2006			não
14	Centro Universitário do Norte Paulista UNORP (São José do Rio Preto - SP)	X			SP				não
15	Centro Universitário do Triângulo UNITRI (Uberlândia - MG)				MG	X			não
16	Centro Universitário FAE (Curitiba - PR)		X		PR				não
17	Centro Universitário Franciscano UNIFRA (Santa Maria - RS)		1999		RS				não
18	Centro Universitário Jorge Amado UNIJORGE (Salvador - BA)	X	X		BA	X			não
19	Centro Universitário La Salle UNILASALLE (Canoas - RS)	X			RS				não
20	Centro Universitário Metodista do Sul IPA (Porto Alegre - RS)				RS		X	X	não

21	Centro Universitário Moura Lacerda CUML (Ribeirão Preto - SP)				SP	1998	X	não
22	Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio CEUNSP (Salto - SP)		X		SP	X		não
23	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal UNIPLAN (Águas Claras - DF)	X			DF	X		não
24	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal UNIPLANDF (Brasília - DF)	X			DF	X		não
25	Centro Universitário Plínio Leite UNIPLI (Niterói - RJ)				RJ	2003		não
26	Centro Universitário Ritter dos Reis UniRitter (Porto Alegre - RS)		2005	X	RS		2007	não
27	Centro Universitário Salesiano de São Paulo UNISAL (Americana - SP)				SP	X		2011 não
28	Centro Universitário Sant'Anna UNISANT'ANNA (São Paulo - SP)	X			SP	X		não
29	Centro Universitário SENAC SP (São Paulo - SP)	X	1999	X	SP		1999	X não
30	Centro Universitário Toledo UNITOLEDO (Araçatuba - SP)		2008		SP	2006		não
31	Centro Universitário UNA (Belo Horizonte - MG)	X			MG	X	X	não
32	Centro Universitário UNIEURO (Brasília - DF)		2005		DF	2004		não
33	Centro Universitário Univates (Lajeado - RS)			X	RS	X		Sim RI
34	Centro Universitário Vila Velha - UVV (Vila Velha - ES)	X		X	ES	X		X não
35	Escola de Arte e Design PANAMERICANA (São Paulo - SP)	X			SP	X		não
36	Escola de Moda Profissional - EMP (São Paulo - SP)				SP	X		não
37	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação ESAMC (Campinas - SP)		X		SP		X	X não
38	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação ESAMC (Santos - SP)		X		SP		X	X não
39	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação ESAMC (Sorocaba - SP)		X		SP		X	X não
40	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação ESAMC (Uberlândia - MG)		X		MG		X	X não
41	Escola Superior de Desenho Industrial ESDI UERJ (Rio de Janeiro - RJ)		1962	X	RJ			não
42	Estácio FIC (Fortaleza - CE)	X			CE	X		não
43	Faculdades Integradas de Santo André - FEFISA (Santo André - SP)			ERGONOMIA	SP	X		não
44	Faculdade AD1 (Brasília - DF)				DF	X		X não
45	Faculdade Anglicana de Erechim FAE (Erechim - RS)		X		RS			não

46	Faculdade Barddal de Artes Plásticas FBAA (Florianópolis - SC)		2005	X	SC			não
47	Faculdade Boa Viagem FBV (Recife - PE)		2005	X	PE	2005	X	não
48	Faculdade Católica do Ceará (Fortaleza - CE)					2006	X	não
49	Faculdade Cidade do Salvador FCS (Salvador - BA)		2003		BA	2003		não
50	Faculdade CIMO (Belo Horizonte - MG)				MG	1999		não
51	Faculdade da Serra Gaúcha FSG (Caxias do Sul - RS)		2006		RS			não
52	Faculdade de Administração de Limeira FAAL (Limeira - SP)		2006	X	SP			não
53	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (São Paulo - SP)		2006		SP			não
54	Faculdade de Arte e Design FACED/FAD (Divinópolis - MG)				MG	2004	X	não
55	Faculdade de Artes Plásticas da Fundação Armando Álvares FAAP (São Paulo - SP)		1967	X	SP	1989	X	não
56	Faculdade de Campinas FACAMP (Campinas - SP)		2002		SP			não
57	Faculdade de Desenho Industrial de Mauá FADIM (Mauá - SP)		1975		SP	2005		não
58	Faculdade de Desenho Industrial de Tatuí FADESIGN (Tatuí - SP)		1985		SP			não
59	Faculdade de Desenho Industrial Silva e Souza FISS (Rio de Janeiro - RJ)		1981		RJ			não
60	Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional FADIRE (Santa Cruz do Capibaribe - PE)				PE	X		não
61	Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista - FAIP (Marília - SP)				SP	2007		não
62	Faculdade de Marketing e Negócios UNIESSA (Uberlândia - MG)		X		MG			não
63	Faculdade de Tecnologia do Instituto Europeo Di Design IEDSP (São Paulo - SP)		X	X	SP	X	X	não
64	Faculdade do Centro Leste UCL (Serra - ES)		2001	X	ES			não
65	Faculdade do Norte Pioneiro - FANORPI (Santo Antonio da Platina - PR)				PR	X		não
66	Faculdade Drummond (São Paulo - SP)	X			SP	X		não
67	Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora - FESJF (Juiz de Fora - MG)				MG	X		não
68	Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina FESSC (São José - SC)				SC	X		não
69	Faculdade FUCAPI (Manaus - AM)		2005	2006	AM			não
70	Faculdade IDEAU (Getulio Vargas - RS)				RS	X		não
71	Faculdade Martha Falcão FMF (Manaus - AM)	X	X		AM			não
72	Faculdade Mater Dei (Pato Branco - PR)				PR	2008		não

73	Faculdade Maurício de Nassau (Recife - PE)			PE	X		não
74	Faculdade Novo Milênio FNM (Vila Velha - ES)			ES	2005		não
75	Faculdade Paulista de Artes FPA (São Paulo - SP)	1991		SP		1993	não
76	Faculdade Santa Marcelina FASM (São Paulo - SP)			SP		X X	não
77	Faculdade Senac (Recife - PE)			PE		X X	não
78	Faculdade Senai Cetiqt (Rio de Janeiro - RJ)			RJ		X X	não
79	Faculdades Adamantinenses Integradas FAI (Adamantina - SP)	2007		SP			não
80	Faculdades Associadas do Espírito Santo FAESA (Vitória - ES)	2002		ES	X	2004	não
81	Faculdades Integradas Camões FICA (Curitiba - PR)			PR	2008		não
82	Faculdades Integradas de Bauru FIB (Bauru - SP)			SP	X		não
83	Faculdades Integradas do Brasil UniBrasil (Curitiba - PR)	2005		PR			não
84	Faculdades Integradas Rio Branco (São Paulo - SP)	X		SP			não
85	Faculdades Integradas Teresa D'Ávila FATEA (Lorena - SP)	1990		SP			não
86	Faculdades Noroeste FANOR (Fortaleza - CE)	X	X	CE	X		não
87	Faculdades Oswaldo Cruz (São Paulo - SP)	1996		SP			não
88	Fundação de Ensino Superior de Passos - FESPMG (Passos - MG)			MG		X	não
89	IBModa Instituto Brasileiro de Moda (São Paulo - SP)			SP	X		não
90	IESVILLE Anhanguera (Joinville - SC)	X		SC			não
91	Instituto de Educação Superior de Brasília IESB (Brasília - DF)	X	X	DF	X	X	não
92	Instituto de Ensino Superior de Bauru IESB (Bauru - SP)	2001		SP			não
93	Instituto de Estudos Superiores da Amazônia IESAM (Belém - PA)	2003		PA			não
94	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina IF SC (Joinville - SC)	X		SC			não
95	Instituto Mauá de Tecnologia IMT (São Caetano do Sul - SP)	2007	X	SP			não
96	Novafapi Faculdade (Teresina - PI)	2009		PI		2007	não
97	Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC/GO UCG (Goiânia - GO)	X		GO			não
98	Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC/PR (Curitiba - PR)	1974	X	PR		1974	não
99	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC/RJ (Rio de Janeiro - RJ)	1977	X	RJ		1977	Sim RI
100	Senai (Blumenau - SC)			SC	X	X	não
101	Senai (Criciúma - SC)			SC	X		não
102	Senai (Jaraguá do Sul - SC)			SC	X		não
103	Senai (Rio do Sul - SC)			SC	X		não

104	UCPel Pelotas				RS	2007			não
105	Uniandrade (Curitiba - PR)	2007			PR		1999		não
106	Unianhanguera (São Paulo - SP) Brigadeiro		X		SP				não
107	União das escolas do Grupo Faimi de Educação - FAIMI (Mirassol - SP)		2006		SP				não
108	União Dinâmica de Faculdades Cataratas UDC (Foz do Iguaçu - PR)				PR		2008		não
109	UNIASSELVI (Indaial - SC)				SC		2005		não
110	UNIASSELVI ASSEVIM (Brusque - SC)				SC		2003		não
111	UNIASSELVI FAMEG (Imigrantes - SC)				SC		2004		não
112	UNIASSELVI FAMESUL (Rio do Sul - SC)				SC		2007		não
113	Unicarioca (Rio de Janeiro - RJ)		X		RJ				não
114	UNIMONTE (Santos - SP)	2005			SP	2007			não
115	UNIPÊ (João Pessoa - PB)				PB		X		não
116	UniverCidade (Rio de Janeiro - RJ)		1986		RJ				não
117	Universidade Anhanguera UNIDERP				MS	X			não
118	Universidade Anhembi Morumbi (UAM) São Paulo	X	X	X	SP		1990	X	não
119	Universidade Bandeirantes de São Paulo UNIBAN (São Paulo - SP)		2001		SP	X		X	não
120	Universidade Candido Mendes UCAM (Ipanema - RJ)	2004			RJ	2004			não
121	Universidade Candido Mendes UCAM (Niterói - RJ)				RJ		2004		não
122	Universidade Católica Dom Bosco UCDB (Campo Grande - MS)		2003		MS				não
123	Universidade Caxias do Sul UCS (Bento Gonçalves - RS)		2009		RS				não
124	Universidade Caxias do Sul UCS (Caxias do Sul - RS)		2001		RS	1996	1993		não
125	Universidade Cidade de São Paulo UNICID (São Paulo SP)	2005			SP				não
126	Universidade Comunitária da Região de Chapecó UNOCHAPECÓ (Chapecó - SC)				SC	X		X	não
127	Universidade Cruzeiro do Sul (São Paulo - SP)	2006			SP				não
128	Universidade da Amazônia UNAMA (Belém - PA)	2003			PA		X		não
129	Universidade da Região de Joinville UNIVILLE (Joinville - SC)		1997		SC		1997		não
130	Universidade de Brasília UnB (Brasília - DF)		1989		DF				Sim RI
131	Universidade de Cuiabá UNIC (Cuiabá - MT)				MT	X			não
132	Universidade de Franca UNIFRAN (Franca - SP)		1972		SP		X		não

133	Universidade de Guarulhos UNG (Guarulhos - SP)		1974		SP				não
134	Universidade de Mogi das Cruzes UMC (Mogi das Cruzes - SP)		2002		SP				não
135	Universidade de Passo Fundo - UPF (Passo Fundo - RS)	X		X	RS	X			não
136	Universidade de São Paulo EACH USP (São Paulo - SP)				SP		X	X	não
137	Universidade de Sorocaba UNISO (Sorocaba - SP)		2009		SP				não
138	Universidade do Contestado UnC (Canoinhas - RS)		X		RS				não
139	Universidade do Contestado UnC (Rio Negrinho - RS)		X		RS				não
140	Universidade do Estado da Bahia UNEB (Salvador - BA)		1986		BA				não
141	Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG (Belo Horizonte - MG)		1963	X	MG				não
142	Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG (Ubatuba - MG)		X		MG				não
143	Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC (Florianópolis - SC)		1996		SC		1996		não
144	Universidade do Estado do Pará UEPA (Belém - PA)		2001		PA				não
145	Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC (Criciúma - SC)		X		SC	X			não
146	Universidade do Norte do Paraná UNOPAR (Londrina - PR)		1988	X	PR				não
147	Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC (Maravilha - SC)				SC	X		X	não
148	Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC (São Miguel do Oeste - SC)	X	2006		SC	X		X	não
149	Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC (Videira - SC)		2006		SC				não
150	Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC (Xanxerê - SC)		2004		SC				não
151	Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL (Florianópolis - SC)		2003		SC	X			não
152	Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL (Tubarão - SC)				SC	X			não
153	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (Balneário Camboriú - SC)		1998	X	SC		X	X	não
154	Universidade do Vale do Paraíba UNIVAP (São José dos Campos - SP)				SP		2006		não
155	Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos (São Leopoldo - RS)		X	X	RS		X	X	não
156	Universidade Estácio de Sá UNESA (Rio de Janeiro - RJ)		1996		RJ		X		não
157	Universidade Estadual de Goiás UEG (Jaraguá - GO)				GO			2008	não
158	Universidade Estadual de Goiás UEG (Trindade - GO)				GO	X			não

159	Universidade Estadual de Londrina UEL (Londrina - PR)	1997	X	PR	1997	X	não
160	Universidade Estadual de Maringá UEM (Cianorte - PR)	2002		PR	2002		Sim RI
161	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP (Bauru - SP)	1974	X	SP			Sim RI
162	Universidade Federal da Bahia UFBA (Salvador - BA)	1990		BA			Sim RI
163	Universidade Federal da Paraíba UFPB (Litoral Norte - PB)	2006		PB			não
164	Universidade Federal de Campina Grande UFCG (Campina Grande - PB)	1978		PB			não
165	Universidade Federal de Goiás UFG (Goiânia - GO)			GO	2004		Sim RI
166	Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF (Juiz de Fora - MG)	X		MG	X	X	não
167	Universidade Federal de Minas Gerais UFMG (Belo Horizonte - MG)			MG	2009		Sim RI
168	Universidade Federal de Pelotas UFPEL (Pelotas - RS)	1999		RS			Sim RI
169	Universidade Federal de Pernambuco UFPE (Caruaru - PE)	X		PE			não
170	Universidade Federal de Pernambuco UFPE (Recife - PE)	1972		PE			não
171	Universidade Federal de Santa Catarina UFSC (Florianópolis - SC)	1999	X	SC			Sim RI
172	Universidade Federal de Santa Maria UFSM (Santa Maria - RS)	1981	X	RS			não
173	Universidade Federal do Amazonas UFAM (Manaus - AM)	1987		AM			não
174	Universidade Federal do Ceará UFC (Juazeiro do Norte - CE)	2009		CE	1994		não
175	Universidade Federal do Espírito Santo UFES (Vitória - ES)	1997		ES			não
176	Universidade Federal do Maranhão UFMA (São Luís - MA)	1976		MA			Sim RI
177	Universidade Federal do Paraná UFPR (Curitiba - PR)	1975	X	PR			Sim RI
178	Universidade Federal do Piauí UFPI (Teresina - PI)			PI	X		não
179	Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ (Rio de Janeiro)	1971	X	RJ			não
180	Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN (Natal - RN)	X		RN			Sim RI
181	Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS (Porto Alegre - RS)	X		RS			Sim RI
182	Universidade FEEVALE (Novo Hamburgo - RS)	1999		RS	X		não
183	Universidade FUMEC. Faculdade de Engenharia e Arquitetura (Belo Horizonte - MG)	2001	X	MG	2004	X	não

184	Universidade Gama Filho UGF (Rio de Janeiro - RJ)		2002		RJ			não	
185	Universidade Luterana do Brasil ULBRA (Canoas - RS)	X	1988	X	RS	X	X	não	
186	Universidade Nove de Julho UNINOVE (São Paulo - SP)		X		SP			não	
187	Universidade Paranaense UNIPAR (Cascavel - PR)				PR	X	X	não	
188	Universidade Paranaense UNIPAR (Cianorte - PR)				PR	X		não	
189	Universidade Paranaense UNIPAR (Umuarama - PR)				PR		1998	não	
190	Universidade Paulista UNIP (São Paulo - SP)		1990	X	SP		1991	não	
191	Universidade Positivo UP (Curitiba - PR)		1999	X	PR		1999	não	
192	Universidade Regional de Blumenau FURB (Blumenau - SC)		2003	X	SC		1997	X	não
193	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul UNIJUI (Ijuí - RS)		2002		RS				não
194	Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO (Goiânia - GO)				GO		X	X	não
195	Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO (Rio de Janeiro - RJ)				RJ		X	X	não
196	Universidade Salvador UNIFACS (Salvador - BA)		X	X	BA			X	não
197	Universidade Santa Cecília UNISANTA (Santos - SP)	2007			SP	2003		X	não
198	Universidade São Francisco USF (São Paulo - SP)				SP	X			não
199	Universidade São Judas Tadeu USJT (São Paulo - SP)		1989	X	SP				não
200	Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR (Apucarana - PR)				PR	X			Sim RI
201	Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR (Curitiba - PR)		X	X	PR				Sim RI
202	Universidade Tuiuti do Paraná UTP (Curitiba - PR)		1997		PR		1997		não
203	Universidade Veiga de Almeida UVA (Rio de Janeiro - RJ)	X		X	RJ		1995	X	não
204	Universidade Veiga de Almeida. Instituto Zuzu Angel (Rio de Janeiro - RJ)				RJ	X		X	não

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a):

Este formulário de coleta de dados tem como objetivo verificar junto aos gestores dos repositórios aspectos que possam interferir no compartilhamento da informação e do conhecimento, como parte da pesquisa para dissertação de mestrado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Londrina.

Esclareço que os nomes dos respondentes não aparecerão no relatório final do trabalho (dissertação) resguardando os princípios éticos de sigilo e anonimato.

Esclareço ainda que sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Caso não queira colaborar, por gentileza devolva em branco este formulário.

Agradeço a sua colaboração e solicito a gentileza e empenho no preenchimento do questionário até, no máximo, dia 28/03/2011, para que todos os dados e análises sejam tratados em tempo hábil, tendo em vista o prazo para entrega final da dissertação.

Atenciosamente

Márcia Regina Paiva
Mestranda em Gestão da Informação – UEL

FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS
SOBRE ASPECTOS QUE INTERFEREM NO COMPARTILHAMENTO DA
INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Este formulário é composto de perguntas relacionadas ao compartilhamento da informação e do conhecimento. Sua colaboração é muito importante e qualquer dúvida estou a disposição no e-mail: mpaiva76@yahoo.com.br.
Muito obrigada por sua colaboração!

CARACTERIZAÇÃO DO REPOSITÓRIO

1) Data de implantação do repositório: _____

2) Qual software é adotado? _____

GESTÃO / INTEROPERABILIDADE HUMANA

3) Nome e função do respondente: _____

4) Qual é o nível de participação do respondente no repositório?

- Coordenador
- Analista de sistemas
- Bibliotecário
- Assessor
- Equipe técnica
- Outro: _____

5) Há uma equipe exclusiva para gerenciar o repositório?

- Sim
- Não
- Desconheço

6) Quais os profissionais que fazem parte dessa equipe no desenvolvimento do repositório?

- Bibliotecário
- Analista de sistemas
- Docente
- Técnicos
- Outro: _____

7) Houve capacitação da equipe participante?

- Sim
- Não
- Desconheço

8) Quais foram as atividades para promover a capacitação da equipe?

- Participação em eventos
- Cursos na instituição
- Treinamentos externos
- Trocas de experiência com outras instituições (parceria)
- Grupos de discussão
- Outro: _____

COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

9) Os gestores do repositório (ou a equipe) promovem o compartilhamento da informação e do conhecimento em sua Instituição?

- Sim
- Não
- Desconheço

10) Quais atividades foram promovidas para o compartilhamento da informação e do conhecimento pelos gestores (ou equipe) do repositório da sua Instituição ?

- Desconheço
- Trocas de experiências com outras instituições (parcerias)
- Grupos de pesquisa
- Grupos informais
- Fórum
- Participação em eventos
- Outro: _____

11) Há algum problema identificado no repositório da sua Instituição referente ao compartilhamento da informação e do conhecimento? Descreva resumidamente.

POLÍTICA

12) Há uma política de informação institucional?

- Sim
- Não
- Desconheço

13) Descreva/explique sumariamente a política de informação existente na sua Instituição.

14) Há uma política de informação institucional específica para o repositório na sua Instituição?

- Sim
- Não
- Desconheço

15) Alguma das opções de política se enquadra no repositório da sua Instituição?

- Desconheço
- Política de conteúdo
- Política de metadados
- Política de divulgação (marketing)
- Política de depósito
- Política de acesso
- Política de autoarquivamento
- Política de preservação digital
- Política de publicação
- Política de submissão
- Política de indexação
- Política de direitos autorais
- Outro: _____

INTEROPERABILIDADE DE SISTEMAS

16) O repositório permite a interoperabilidade com outros arquivos/sistemas de informação da sua Instituição ou com a comunidade externa?

- Sim
- Não
- Desconheço

17) Quais são os arquivos/sistemas de informação da sua Instituição que oferecem interoperabilidade com o repositório?

- Desconheço
- Catálogo on-line
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- Programa de Pós-Graduação
- Currículo Lattes
- Outro: _____

18) O repositório da sua Instituição enfrenta alguma dificuldade na coleta dos documentos? Descreva.

SERVIÇOS

19) O repositório da sua Instituição disponibiliza algum serviço ao usuário?

- Sim
- Não
- Desconheço

20) Quais serviços são disponibilizados no repositório? Descreva.

21) O repositório permite a comunicação entre autores / leitores?

- Sim
- Não
- Desconheço

22) Como acontece essa comunicação entre autores / leitores?

OUTROS

23) Adicione alguma observação que considere relevante e que possa contribuir com o meu trabalho de pesquisa e que não foi considerado no formulário de coleta de dados. Caso queira receber os resultados desta pesquisa, por favor deixe seu nome e seu e-mail. Informamos que os resultados somente estarão disponíveis na segunda quinzena de setembro de 2011.

APÊNDICE C – PROPOSTA DE POLÍTICA DE INFORMAÇÃO PARA REPOSITÓRIO TEMÁTICO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CÂMPUS REGIONAL DE CIANORTE
DEPARTAMENTO DE DESIGN E MODA
BIBLIOTECA

Proposta de minuta de RESOLUÇÃO Nº xxxxxx/2012-CAD

Estabelece normas para a Política Institucional de Informação no que se refere ao Repositório Temático Institucional em Moda e *Design* no âmbito da Universidade Estadual de Maringá, Câmpus Regional de Cianorte.

Considerando o conteúdo do Protocolizado nº XXX/2012-CRC;
considerando a necessidade de estabelecer normas sobre a Política Institucional de Informação no que se refere ao Repositório Temático Institucional em Moda e *Design* da UEM, bem como preservar a produção científica dessas áreas na referida Instituição; ampliar a visibilidade da produção científica desta Instituição; potencializar o intercâmbio desta Instituição com outras instituições; acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; ampliar o acesso à sua produção científica; facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição;

considerando o disposto no Artigo 23 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá, a necessidade de acesso, de ampliar a visibilidade e bem como preservar a sua produção científica.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO APROVOU E EU, REITOR, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS E REGIMENTAIS, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

RESOLVE :

reconhece a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica desta Instituição⁷. Assim, para atender a estas necessidades, o <reitor>/<diretor> da <Universidade XXXX>/<Câmpus Regional de Cianorte> estabelece o seguinte:

⁷ Para efeito deste documento, produção científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados veiculados em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares.

Art. 1º Estabelecer Normas para a Política Institucional de Informação no que se refere ao Repositório Temático Institucional em Moda e *Design* da UEM;

Art. 2º A Biblioteca do Câmpus Regional de Cianorte, o Departamento de *Design* e Moda, a Pró-Reitoria de Graduação, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação constituem a comissão gestora responsável pelo desenvolvimento, implantação e manutenção do repositório temático institucional em Moda e *Design* nesta Instituição, doravante, nesse documento, denominado RTI-DDM-UEM;

Art. 3º Para efeito desta resolução os documentos a serem depositados são:

- a) Artigos científicos avaliados pelos pares;
- b) Teses e dissertações;
- c) Monografias de cursos de especialização *Lato sensu*;
- d) Trabalhos de conclusão de curso de graduação em Moda e *Design*;
- e) Livros;
- f) Capítulos de livros;
- g) Trabalhos publicados em eventos;
- h) Objetos educacionais,
- i) Outros documentos a serem definidos.

Art. 4º Os trabalhos de conclusão de curso (TCCs) de graduação em Moda e *Design* a ser inseridos no repositório, deverão cumprir os seguintes critérios: obter nota igual ou maior a 8,0; apresentação do trabalho estar conforme as normas sugeridas pela coordenação do TCC dos respectivos cursos em conjunto com a biblioteca do Câmpus de Cianorte e também ser indicado pela banca avaliadora na defesa final para ser inserido no repositório temático institucional de Moda e *Design*.

Art. 5º O repositório temático institucional deverá ter a seguinte capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Art. 6º O repositório temático institucional do Departamento de *Design* e Moda da UEM será alimentado pela Biblioteca do Câmpus Regional de Cianorte e mantido de forma centralizada a princípio. Posteriormente o RTI-DDM-UEM pretenderá permitir aos autores a submissão de seus próprios documentos (autoarquivamento), dentro dos critérios estabelecidos pela comissão gestora e divulgados no *site* Institucional. Será permitido aos autores optar por:

- a) disponibilizar a documentação na versão original;
- b) disponibilizar os metadados incluindo o *abstract*;

Parágrafo 1º. Os metadados são utilizados para a identificação e localização dos documentos submetidos e serão validados pela Biblioteca do Câmpus Regional de Cianorte, visando à normalização de dados.

Parágrafo 2º. Por tratar-se de iniciativa de acesso livre, todos os trabalhos depositados no repositório temático são de propriedade dos autores, cabendo a eles a responsabilidade sobre o que é depositado e a decisão sobre quais conteúdos poderão ser acessados ou não, garantindo assim sua propriedade intelectual.

Art. 7º A Biblioteca do Câmpus Regional de Cianorte, de modo a facilitar o povoamento do RTI-DDM-UEM, poderá promover o registro da produção científica do DDM-UEM, mediante autorização dos autores da referida produção, efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 8º A comunidade científica institucional publicará os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que façam constar em seus contratos de publicação, o depósito de artigos publicados (*postprints*) no repositório temático, sendo esse de acesso livre.

Parágrafo 1º - Na impossibilidade da disponibilização do documento de forma imediata, o autor ou co-autor deverá disponibilizar os metadados e o documento completo, sendo que esse ficará embargado pelo período que se fizer necessário.

Parágrafo 2º - Para efeito deste documento, considera-se *postprints* a versão de um artigo já publicado em revistas científicas.

Art. 9º Na impossibilidade de realização do depósito devido à cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde seu trabalho foi publicado, ficam desobrigados de depósito no repositório temático institucional os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;

Parágrafo único. Para efeito deste documento, considera-se *preprints* a versão original de um artigo submetido, avaliado, revisado e aceito por uma revista científica, mas ainda não publicado. Ficam desobrigados de depósito no repositório temático institucional, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;

Art. 10º O titular dos direitos autorais dos documentos relacionados no artigo 3º, em consonância com a Lei 9.610/98, autorizará a Biblioteca do Câmpus Regional de Cianorte, por intermédio do Repositório Temático Institucional, sem ressarcimento dos direitos autorais, o acesso ao seu conteúdo em formato pré-definido para leitura, impressão e ou *download*, com autorização devidamente assinada (Apêndice D).

Art.11 Ficam dispensados de depósito no RTI-DDM-UEM:

- a) Os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
- b) Os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;
- c) Os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 12 O Técnico informática deverá dar o suporte técnico necessário a instalação, implantação e operacionalização do RTI-DDM-UEM assim como planejar ações para sua preservação.

Art. 13 Para o cumprimento desta política, a UEM estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 14 Os casos omissos serão resolvidos pela comissão gestora.

Art. 15 Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Para o cumprimento desta política, esta Instituição estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços. Além disso, a implementação desta política poderá suscitar a elaboração, discussão, regulamentação e estabelecimento de políticas e mecanismos específicos de forma a garantir a plena alimentação do repositório institucional e, por conseguinte, a preservação da produção científica institucional.

Esta Política Institucional de Informação entrará em vigor a partir da data de sua publicação

Maringá, XX de xxxxxxxx de 201X.

Fulano de tal
Reitor da Universidade XXXX ou
Presidente ou Diretor da Instituição XXXX



Universidade Estadual de Maringá
 Câmpus Regional de Cianorte
 Departamento de Design e Moda
 Biblioteca

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS NO REPOSITÓRIO
 TEMÁTICO INSTITUCIONAL DO DDM*

IDENTIFICAÇÃO

Autor: _____

RG.: _____ CPF: _____ e-

mail: _____

Fone: _____ Vínculo _____ na

UEM: _____

Título _____ do _____ documento*:

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento identificado acima é seu trabalho original. Que detém os direitos de autoria e pode, nesse caso, ceder os termos contidos nesta licença. Declara também que a cessão não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Estadual de Maringá os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Estadual de Maringá, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

c) Se o documento foi, previamente publicado em veículo de acesso livre ou com licença Creative Commons com a opção de distribuição, entende-se que o autor pode concordar com os termos dessa licença, mesmo sem a autorização formal dos detentores dos direitos de distribuição.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, autorizo Biblioteca do Câmpus Regional de Cianorte - UEM a disponibilizar a obra,

* Modelo Fonte: Adaptado do Anexo ao termo para publicação de trabalhos no repositório institucional da UTFPR.

gratuitamente, de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 Unported, por mim declarada, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra?

Sim Não

Permitir a criação de obras derivadas de sua obra?

Sim

Sim, contanto que outros compartilhem pela mesma licença**

Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis.

Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

* Quando se tratar de autorização para mais de um documento, especificar, em anexo, quais publicações deverão ser disponibilizadas no Repositório Institucional.

** O licenciante permite que outros distribuam obras derivadas somente sob uma licença idêntica a que rege a obra do licenciante.

_____, ____/____/____

Local Data

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais



ANEXO AO TERMO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS NO REPOSITÓRIO TEMÁTICO INSTITUCIONAL DO DDM

AUTOR:

Tipologia documental	DOCUMENTO	SUORTE	COPYRIGHT	AUTORIZAÇÃO
Artigo em periódico Artigo em eventos texto completo Artigo em eventos resumo Capítulo de livro Livro no todo Organização de livro Monografia Tese Dissertação	Incluir aqui a referência do documento	Incluir o endereço onde o documento está publicado	Informar a licença do documento Ex: _	Assinatura do autor

FONTE: ADAPTADO DO ANEXO AO TERMO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UTFPR.

ANEXOS

ANEXO A – Instituições brasileiras que cadastram seus repositórios na base de dados do OpenDOAR

1. [Ação Educativa](http://www.acaoeducativa.org/) - <http://www.acaoeducativa.org/>
Biblioteca Digital Ação Educativa <http://www.bdae.org.br/>
2. [Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia \(ABECiP\)](http://www.bvs-psi.org.br/abecip.htm) - <http://www.bvs-psi.org.br/abecip.htm>
PePSIC - Electronic Psychology Journals <http://pepsic.bvs-psi.org.br/>
3. [Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas](http://www.cbpf.br/) - <http://www.cbpf.br/>
CBPF Index <http://cbpfindex.cbpf.br/>
4. [Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer \(CTI\)](http://www.cti.gov.br/) - <http://www.cti.gov.br/>
RCTI <http://repositorio.cti.gov.br/repositorio>
5. [BIREME \(Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde\)](http://www.bireme.br/) - <http://www.bireme.br/>
SciELO Public Health <http://www.scielosp.org/>
SciELO Social Sciences <http://socialsciences.scielo.org/>
Scientific Electronic Library Online - Brazil (SciELO - Brazil) <http://www.scielo.br/>
6. [Conselho Nacional de Justiça \(National Council of Justice\)](http://www.cnj.jus.br/) - <http://www.cnj.jus.br/>
Central de Informações sobre Cooperação Jurídica Internacional (Information Center on International Legal Cooperation) <http://www.cnj.jus.br/cji/>
7. [Controladoria-Geral da União](http://www.cgu.gov.br/) - <http://www.cgu.gov.br/>
Biblioteca Virtual Sobre Corrupção <http://bvc.cgu.gov.br/>
8. [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária \(Brazilian Agricultural Research Corporation\) \(Embrapa\)](http://www.embrapa.br/) - <http://www.embrapa.br/>
Infoteca-e <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/>
Alice (Repository Open Access to Scientific Information from Embrapa) <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/>
9. [Escola de Governo do Paraná](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/) - <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/>
SabeRES (Repositório Saberes em Gestão Pública) <http://www.saberes.seap.pr.gov.br/>
10. [Federal University of Para](http://www.portal.ufpa.br/) - <http://www.portal.ufpa.br/>
Institutional Repository of Federal University of Para <http://www.repositorio.ufpa.br/>
11. [FIOCRUZ \(Fundação Oswaldo Cruz\)](http://www.fiocruz.br/) - <http://www.fiocruz.br/>
Biblioteca Multimídia <http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/>
ARCA (Institutional Repository of Fiocruz) <http://www.arca.fiocruz.br/>
12. [Fundação Santo André](http://www.fsa.br/) - <http://www.fsa.br/>
Repositorio Institucional da Fundacao Santo Andre <http://www.repositorium.fsa.br:8080/repositorio/>
13. [Instituto Antonio Carlos Jobim](http://www.jobim.org/) - <http://www.jobim.org/>
Jobim <http://www.jobim.org/xmlui>
14. [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia \(Ibict\)](http://www.ibict.br/) - <http://www.ibict.br/>
Arquivos Abertos Sociedade Brasileira de Genética <http://mangueira.ibict.br/>
Dialogo Científico (DICI) <http://dici.ibict.br/>
15. [Instituto Nacional de Tecnologia \(INT\)](http://www.int.gov.br/) - <http://www.int.gov.br/>
Ri - INT (Repositório Institucional - Instituto Nacional de Tecnologia) <http://repositorio.int.gov.br:8080/repositorio>
16. [Inter America Institute for Global Change Research \(IAI\)](http://www.iai.int/) - <http://www.iai.int/>
IAI Search <http://mercury.ornl.gov/iai/>

17. [Intercom](http://www.intercom.org.br/) (Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) - <http://www.intercom.org.br/>
REPOSCOM (Repositórios Institucionais em Ciências da Comunicação)
<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/>
18. [Ministério da Saúde](http://www.ministerio.saude.bvs.br/) - <http://www.ministerio.saude.bvs.br/>
Biblioteca Virtual em Saúde - Ministério da Saúde (BVS) <http://www.saude.gov.br/bvs>
19. [Ministério da Educação](http://www.mec.gov.br/) - <http://www.mec.gov.br/>
Banco Internacional de Objetos Educacionais <http://objetoseducacionais.mec.gov.br/>
20. [Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro \(PUC-RIO\)](http://www.puc-rio.br/) - <http://www.puc-rio.br/>
Projeto Maxwell (MAXWELL) <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/>
21. [Rede CEDES](http://www.labomidia.ufsc.br/redecetes/index.html) - <http://www.labomidia.ufsc.br/redecetes/index.html>
Repositório Institucional Rede CEDES <http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui>
22. [RABCI](http://rabci.org/) (Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação) - <http://rabci.org/>
Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RABCI)
<http://rabci.org/rabci/>
23. [Senado Federal](http://www.senado.gov.br/) - <http://www.senado.gov.br/>
BDSF (Biblioteca Digital do Senado Federal) <http://www2.senado.gov.br/bdsf/>
24. [Superior Tribunal de Justiça](http://www.stj.gov.br/) - <http://www.stj.gov.br/>
Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça (BDJur)
<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/>
25. [Universidade Federal de Minas Gerais \(UFMG\)](http://www.ufmg.br/) - <http://www.ufmg.br/>
BDBComp (Biblioteca Digital Brasileira de Computação)
<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/bdbcomp/>
26. [Universidade Federal do Maranhão](http://www.ufma.br/) - <http://www.ufma.br/>
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Maranhão
<http://www.tedebuc.ufma.br/>
Repositório de Publicações Científicas da Universidade Federal do Maranhão
<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/>
27. [Universidade de Brasília \(UnB\)](http://www.unb.br/) - <http://www.unb.br/>
Biblioteca Digital de Monografias (BDM) <http://bdm.bce.unb.br/>
Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB)
<http://repositorio.bce.unb.br/>
28. [Universidade de São Paulo \(USP\)](http://www.usp.br/) - <http://www.usp.br/>
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (BDTD Ibict)
<http://www.theses.usp.br/>
Brasiana USP <http://www.brasiana.usp.br/>
29. [UNITAU](http://www.unitau.br/) (Universidade de Taubaté) - <http://www.unitau.br/>
Repositório Eletrônico - Departamento de Ciências Agrárias
<http://www.agro.unitau.br:8080/dspace/>
30. [UNICAMP](http://www.unicamp.br/unicamp/) (Universidade Estadual de Campinas) - <http://www.unicamp.br/unicamp/>
Biblioteca Digital da UNICAMP <http://libdigi.unicamp.br/>
31. [Universidade Estadual de Ponta Grossa \(UEPG\)](http://www.uepg.br/) - <http://www.uepg.br/>
Repositório UEPG <http://ri.uepg.br/>
32. [Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" \(Unesp\)](http://www.unesp.br/) - <http://www.unesp.br/>
Acervo Digital UNESP <http://www.acervodigital.unesp.br/>
33. [Universidade Federal da Bahia](http://www.ufba.br/) - <http://www.ufba.br/>
Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RI/UFBA)
<http://www.repositorio.ufba.br/>
34. [Universidade Federal da Grande Dourados \(UFGD\)](http://www.ufgd.edu.br/) - <http://www.ufgd.edu.br/>

Repositório de Divulgação das Produções Científicas e Técnicas da UFGD

<http://www.ufgd.edu.br:8080/jspui/>

35. **[Universidade Federal de Goiás](http://www.ufg.br/)** - **<http://www.ufg.br/>**

Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás **<http://repositorio.bc.ufg.br/>**

36. **[Universidade Federal de Mato Grosso do Sul](http://www-nt.ufms.br/)** - **<http://www-nt.ufms.br/>**

Repositório Institucional UFMS (RIUFS) **<http://repositorio.cbc.ufms.br/jspui/>**

37. **[Universidade Federal de Santa Catarina \(UFSC\)](http://www.ufsc.br/)** - **<http://www.ufsc.br/>**

Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina

<http://repository.bu.ufsc.br:8080/xmlui>

38. **[Universidade Federal de Sergipe](http://www.ufs.br/)** - **<http://www.ufs.br/>**

Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe

<http://www.repositorio.biblioteca.ufs.br/>

39. **[Universidade Federal do Acre](http://www.ufac.br/)** - **<http://www.ufac.br/>**

Repositório Institucional da Universidade Federal do Acre

<http://repositorios.ufac.br:8080/repositorio/>

40. **[Universidade Federal do Espírito Santo \(UFES\)](http://www.ufes.br/)** - **<http://www.ufes.br/>**

Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo

<http://repositorio.ufes.br/>

41. **[Universidade Federal Do Parana \(UFPR\)](http://www.ufpr.br/)** - **<http://www.ufpr.br/>**

DSpace at UFPR **<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/>**

42. **[Universidade Federal do Rio Grande do Norte \(UFRN\)](http://www.sistemas.ufrn.br/portalufrn/PT/)** -

<http://www.sistemas.ufrn.br/portalufrn/PT/>

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações **<http://bdttd.bczm.ufrn.br/tesesimplificado/>**

Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<http://www.repositorio.ufrn.br/>

43. **[Universidade Federal do Rio Grande do Sul \(UFRGS\)](http://www.ufrgs.br/)** - **<http://www.ufrgs.br/>**

Lume - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<http://www.lume.ufrgs.br/>

44. **[UFVJM \(Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri\)](http://www.ufvjm.edu.br/)** -

<http://www.ufvjm.edu.br/>

Repositório Institucional da UFVJM **<http://acervo.ufvjm.edu.br:8080/jspui/>**

45. **[Universidade Federal Fluminense \(UFF\)](http://www.uff.br/)** - **<http://www.uff.br/>**

Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RIUFF)

<http://repositorio.uff.br/jspui/>

46. **[Universidade Municipal de São Caetano do Sul](http://www.uscs.edu.br/)** - **<http://www.uscs.edu.br/>**

Repositório Digital da Universidade Municipal de São Caetano do Sul

<http://repositorio.uscs.edu.br/>

47. **[Universidade Tecnológica Federal do Paraná](http://www.utfpr.edu.br/)** - **<http://www.utfpr.edu.br/>**

Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT)

<http://riut.utfpr.edu.br/jspui/>

ANEXO B – Instituições brasileiras que cadastraram seus repositórios na base de dados do ROAR

Database/A&I Index

1. [Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação](#) (unknown number of records) - 04 May 2006

Learning and Teaching Objects

2. [Banco Internacional de Objetos Educacionais](#) (unknown number of records) [Ministério da Educação - MEC](#) - 27 June 2008

Other

3. [Biblioteca Digital Ação Educativa](#) (2170 records) [Ação Educativa](#) - 31 March 2008
4. [Biblioteca Digital do Comitê do Itajaí](#) (966 records) [Comitê do Itajaí](#) - 11 December 2008
5. [Biblioteca Digital do Senado Federal](#) (136466 records) [Senado Federal - Brasil](#) - 06 July 2007
6. [Ciência & Ensino Online](#) (130 records) - 14 September 2006
7. [Comunicação e Sociedade](#) (25 records) - 03 March 2005
8. [Contracampo](#) (37 records) - 02 December 2004
9. [Galáxia - Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica, Cultura](#) (20 records) - 26 January 2005
10. [Infoteca-e \(Informação Tecnológica em Agricultura\)](#) (34469 records) [Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária](#) October 2008
11. [Maxwell - PUC-Rio](#) (11102 records) - 24 May 2002
12. [Media & Jornalismo](#) (14 records) - 19 May 2005
13. [PePSIC - Electronic Psychology Journals](#) (unknown number of records) - 02 February 2009
14. [R.A. - UNESP: Página inicial](#) (unknown number of records) - 26 November 2007
15. [RABCI - Repositório acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação](#) (83 records) - 08 December 2008
16. [Revista Brasileira de Ciências da Comunicação](#) (160 records) - 20 December 2004
17. [Revista Comunicação & Sociedade](#) (41 records) - 02 December 2004
18. [Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia](#) (46 records) - 18 January 2005
19. [SciELO - Social Sciences](#) (101 records) - 01 January 2005
20. [Superior Tribunal de Justiça Biblioteca Digital Jurídica](#) (30499 records) - 06

April 2005

Research Cross-Institutional

21. [Central de Informações sobre Cooperação Jurídica Internacional](#) (unknown number of records) [Conselho Nacional de Justiça](#) - 11 May 2010
22. [Diálogo Científico](#) (705 records) - 10 May 2004
23. [RIUFAC: Repositório Institucional da Universidade Federal do Acre](#) (200 records) [Universidade Federal do Acre](#) - 15 October 2010
24. [URLib](#) (6383 records) - 20 November 2000

Research Institutional or Departmental

25. [Acervo Digital do Inmetro](#) (unknown number of records) - 04 November 2010
26. [ARCA - Repositório Institucional Fiocruz - ICICT](#) (810 records) - 30 June 2009
27. [ARCA](#) (unknown number of records) Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz - 04 November 2010
28. [BDM](#) (1482 records) [Universidade de Brasília: Biblioteca Digital de Monografias - BDM](#) - 06 July 2009
29. [Biblioteca Virtual da FGV](#) (6201 records) [Fundação Getulio Vargas](#) - 22 September 2008
30. [ETD - Educação Temática Digital](#) (346 records) - 18 August 2004
31. [Institute of Mathematics and Statistics of University of São Paulo](#) (0 records) - 04 May 2006
32. [Open Digital Library of Gama Filho University](#) (unknown number of records) [Central de Cursos da Universidade Gama Filho](#) - 26 January 2011
33. [Publicações do Reitor Clemente Ivo Juliatto](#) (67 records) [Pontifícia Universidade Católica do Paraná](#) - 01 January 2006
34. [Reposcom - Repositórios Institucionais em Ciências da Comunicação](#) (9800 records) - 16 August 2004
35. [Repositório de Publicações Científicas da Universidade Federal do Maranhão](#) (unknown number of records) [Universidade Federal do Maranhão](#) - 25 March 2011
36. [Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul](#) (21733 records) [Universidade Federal do Rio Grande do Sul](#) - 31 July 2007
37. [Repositório Digital da Universidade Municipal de São Caetano do Sul](#) (unknown number of records) [Universidade Municipal de São Caetano do Sul](#) - 21 March 2011
38. [Repositorio Institucional - UFGD: Página principal](#) (unknown number of records) - 22 March 2011
39. [Repositorio Institucional da UFG : Home](#) (unknown number of records) [Universidade Federal de Goiás](#) - 18 March 2011

40. [Repositório Institucional da Universidade de Brasília](#) (6357 records) [Universidade de Brasília](#) - 16 September 2008
41. [Repositório Institucional da Universidade de Brasília](#) (unknown number of records) [Universidade de Brasília](#) - 03 February 2011
42. [Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina](#) (unknown number of records) [Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca Universitária](#) - 15 February 2011
43. [Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo](#) (unknown number of records) [Universidade Federal do Espírito Santo](#) - 14 March 2011
44. [Repositorio Institucional da Universidade Federal do Pará](#) (468 records) - 23 March 2011
45. [Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte](#) (unknown number of records) [Universidade Federal do Rio Grande do Norte](#) - 22 February 2011
46. [Repositório Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri](#) (unknown number of records) UFVJM - 07 February 2011
47. [Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense](#) (unknown number of records) - 16 February 2011
48. [Repositório Institucional do CTI](#) (unknown number of records) - 21 March 2011
49. [Repositorio Institucional do Instituto Nacional de Tecnologia - INT](#) (unknown number of records) [INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA](#) - 08 February 2011
50. [Repositório Institucional do Sistema CFB/CRB](#) (unknown number of records) [Portal Corporativo do Sistema CFB/CRB](#) - 14 December 2009
51. [Repositório Institucional Rede CEDES](#) (129 records) [Rede CEDES](#) - 09 June 2010
52. [Repositório UEPG](#) (14 records) [Universidade Estadual de Ponta Grossa](#) - 11 May 2010
53. [Revista Discurso Jurídico](#) (83 records) [Faculdade Integrado de Campo Mourão](#) - 23 August 2005
54. [RIUT: Institutional Repository at the Federal University of Technology - Paraná - Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná](#) (unknown number of records) - 17 February 2011
55. [SabeRES em Gestão Pública - Repositório da Escola de Governo do Paraná](#) (unknown number of records) [Governo do Estado do Paraná](#) - 18 February 2009
56. [Sistema Nou-Rau: Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Maringá](#) (unknown number of records) [Universidade Estadual de Maringá/Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura\(Nupélia\).Biblioteca Setorial](#) - 23 September 2008

57. [UFMG Database Group](#) (4240 records) - 14 October 2002
e-Journal/Publication
58. [Acta Biológica Paranaense](#) (unknown number of records) - 31 January 2006
59. [Archives of Veterinary Science](#) (unknown number of records) - 31 January 2006
60. [Arquivistica.net](#) (73 records) - 04 July 2005
61. [BIBLOS - Revista do Departamento de Biblioteconomia e História](#) (unknown number of records) - 26 January 2006
62. [Boletim Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos](#) (unknown number of records) - 01 February 2006
63. [Boletim de Ciências Geodésicas](#) (unknown number of records) - 31 January 2006
64. [Boletim de Medicina Veterinária](#) (23 records) - 16 August 2005
65. [Boletim Paranaense de Geociências](#) (138 records) - 26 August 2004
66. [Cadernos do Colóquio](#) (31 records) - 14 June 2005
67. [Campos - Revista de Antropologia Social](#) (unknown number of records) - 01 February 2006
68. [Contemporanea - Journal of Communication and Culture](#) (unknown number of records) - 22 May 2006
69. [Águas Subterrâneas](#) (unknown number of records) - 31 January 2006
70. [Inclusão Social](#) (35 records) - 03 October 2005
71. [Informação & Sociedade: Estudos](#) (480 records) - 01 January 1991
72. [Iniciacom - Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social](#) (unknown number of records) - 22 May 2006
73. [Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais](#) (49 records) - 15 December 2004
74. [Perspectivas Contemporâneas - Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas](#) (50 records) - 06 May 2006
75. [Perspectivas em Ciência da Informação](#) (503 records) - 13 June 2005
76. [Pró-Reitoria de Pesquisas e Pós-Graduação](#) (unknown number of records) - 04 May 2006
77. [REM - Revista Escola de Minas](#) (88 records) - 15 July 2005
78. [Revista ACB](#) (261 records) - 19 August 2005
79. [Revista Ciência da Informação](#) (479 records) - 30 April 1995
80. [Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação](#) (95 records) - 23 November 2004
81. [Revista Letras & Letras](#) (unknown number of records) - 31 January 2007
82. [SciELO - Public Health - Brazil](#) (87120 records) - 04 May 2006

83. [Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas](#) (4673 records) [Portcom - Rede de Informação em Ciências da Comunicação dos Países Lusófonos](#) - 02 December 2004
84. [Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas](#) (4673 records) [Portcom - Rede de Informação em Ciências da Comunicação dos Países Lusófonos](#) - 02 December 2004
85. [Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas](#) (4673 records) [Portcom - Rede de Informação em Ciências da Comunicação dos Países Lusófonos](#) - 02 December 2004

e-Theses

86. [Biblioteca Digital de Teses e Dissertações](#) (27828 records) - 24 October 2005
87. [Biblioteca Digital de Teses e Dissertacoes \(BDTD\)](#) (154533 records) - 28 February 1993
88. [Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UEL](#) (1059 records) [Universidade Estadual de Londrina](#) - 08 November 2005
89. [Sistema de Sumissão de Teses e Dissertações Eletrônicas](#) (3241 records) [Universidade Federal do Rio Grande do Norte](#) - 10 May 2006
90. [Sistema Nou-Rau: Biblioteca Digital da Unicamp](#) (unknown number of records) [Sistema Nou-Rau: Biblioteca Digital da Unicamp](#) - 24 March 2008
91. [Universidade Federal Do Parana: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações](#) (6103 records) - 09 November 2004
92. [Universidade Federal Do Parana: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações](#) (6103 records) - 09 November 2004

Fonte: <http://roar.eprints.org/view/geoname/geoname=5F2=5FBR.html>

This list was generated on Mon May 9 18:27:45 2011 BST.